

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ADRIANA FREITAS DE CARVALHO

“FILHOS DE QUATRO PATAS”:
UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO DE ANTROPOMORFIZAÇÃO
DE ANIMAIS EM MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO **G1**
RORAIMA.

BOA VISTA

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
ADRIANA FREITAS DE CARVALHO

“FILHOS DE QUATRO PATAS”:
UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO DE ANTROPOMORFIZAÇÃO DE ANIMAIS EM
MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO **G1 RORAIMA**.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em Comunicação.

Orientador: Simão Farias Almeida

BOA VISTA

2022

ADRIANA FREITAS DE CARVALHO

**“FILHOS DE QUATRO PATAS”: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO DE
ANTROPOMORFIZAÇÃO DE ANIMAIS EM MATÉRIAS
JORNALÍSTICAS DO G1 RORAIMA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em Comunicação.

Aprovado em: 30 de novembro de 2022.

Banca examinadora

Prof. Dr. Simão Farias Almeida (orientador)

Profa. Dra. Lisiane Machado Aguiar (avaliadora)

Profa. Dra. Eveline dos Santos Teixeira Baptistella (avaliadora)

Profa. Dra. Vângela Maria Isidoro de Moraes (suplente)

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

C331f Carvalho, Adriana Freitas de.
“Filhos de quatro patas” : a análise da relação de antropomorfização de animais em matérias jornalísticas no G1 Roraima / Adriana Freitas de Carvalho. – Boa Vista, 2022.
131 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Simão Farias Almeida.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

1 – Jornalismo ambiental. 2 – Antropocentrismo. 3 – Animais de estimação. 4 – Domesticação. 5 – Domesticidade. I – Título. II – Almeida, Simão Farias (orientador).

CDU – 070:502.3

Para meus gatinhos Bibi, Gatilda, Pichita, Camille Victoria, Nino, Fatmagul, Bolseira, Rhyca, Totete, Rato, Pulga, Pelado, Frederico, Ferdinando, Piniwinnie, Khadija, Gambá, Talarica e minha cadelinha Juju. Para os meus amores que já se foram, as duas Morganas, Sharlou, Shantala, Champinha, Preta, Preto, Pompom, Khadija primeira, Lulu, Bruna Kelly, Schultz, Baco, Minerva, Domenico, Pepe. Para todos aqueles que resgatei e pude dar um novo lar, para aqueles animais que não consegui salvar a tempo, e por fim, para todos que não possuem a oportunidade de terem uma vida digna nem receberem ao menos um gesto de compaixão.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço as duas pessoas que tornaram a dedicação a esta pesquisa possível, meu orientador Simão Farias Almeida, e meu marido Rodrigo. O primeiro, por ter se lembrado de mim após treze anos de formada, e me convidar a participar do processo seletivo para o mestrado. Sempre flertei voltar para a vida acadêmica e esta oportunidade foi muito gratificante. Ao meu marido, por proporcionar a base material necessária para que eu pudesse me dedicar aos estudos, afinal, alguém precisa sustentar as vinte boquinhas de nossos filhos de quatro patas.

Agradeço também as professoras Lisiane Aguiar e Eveline Baptistella, cujas sugestões de leituras e acréscimos enriqueceram muito a minha pesquisa e meus conhecimentos sobre o relacionamento entre humanos e animais.

RESUMO

Partindo do ponto de vista que a representação da mídia sobre os animais pode influenciar na opinião e no comportamento das pessoas em relação aos mesmos, o objetivo desta pesquisa consiste em averiguar como as reportagens jornalísticas do portal *G1 Roraima* constroem o discurso de domesticação e domesticidade entre humanos e animais domésticos. A partir dessa questão geral, faremos um resgate teórico das obras de filósofos e teólogos clássicos e modernos para entender e explicar como o pensamento humano em relação aos animais foi mudando e sofrendo alterações, até chegar à maneira a qual lidamos com eles na atualidade. Em seguida, retomaremos o conceito de jornalismo ambiental, seus princípios, técnicas e objetivos para servir de base de análise do meio ambiente, no que concerne ao espaço ocupado por humanos e animais domésticos e a relação entre animais humanos e não-humanos nesse espaço. A terceira parte da pesquisa consiste na análise do discurso jornalístico de cinco reportagens do portal *G1 Roraima* para verificar o enfoque dado na relação humano-animal e compreender como a mídia representa esse relacionamento, e se há enfoque antropocêntrico de dominação nessas obras, refletindo sobre os aspectos ideológicos e sociais priorizados pelas notícias escolhidas, e sobre os papéis ocupados pelos animais domésticos na nossa sociedade. Para tanto, utilizamos o método pós-fenomenológico de análise do discurso jornalístico, analisamos as perspectivas das fontes e quais os discursos dominantes. A relação humano-animal no que diz respeito a animais de estimação é um tema pouco explorado no jornalismo. Levando em consideração a falta de estudos na área, pretendemos contribuir, através desta pesquisa, como fonte bibliográfica para futuros debates e reflexões sobre o assunto.

Palavras-chave: jornalismo ambiental, antropocentrismo, animais de estimação, domesticação, domesticidade.

ABSTRACT

Starting from the point of view that the media's representation of animals can influence people's opinions and behavior towards them, the objective of this research is to find out how the journalistic reports on the G1 Roraima portal build the discourse of domestication and domesticity among humans and domestic animals. Based on this general question, we will carry out a theoretical review of the works of classical and modern philosophers and theologians to understand and explain how human thinking in relation to animals has been changing and undergoing alterations, until reaching the way in which we deal with them today. Then, we will resume the concept of environmental journalism, its principles, techniques and objectives to serve as a basis for analysis of the environment, with regard to the space occupied by humans and domestic animals and the relationship between human and non-human animals in that space. The third part of the research consists of analyzing the journalistic discourse of five reports from the G1 Roraima portal to verify the focus given to the human-animal relationship and understand how the media represents this relationship, and whether there is an anthropocentric focus of domination in these works, reflecting on the ideological and social aspects prioritized by the chosen news, and on the roles played by domestic animals in our society. For that, we use the post-phenomenological method of analysis of the journalistic discourse and analyze the perspectives of the sources and which are the dominant discourses. The human-animal relationship with regard to pets is a subject little explored in journalism. Taking into account the lack of studies in the area, we intend to contribute, through this research, as a bibliographic source for future debates and reflections on the subject.

Keywords: environmental journalism, anthropocentrism, pets, domestication, domesticity.

RESUMEN

Partiendo del punto de vista de que la representación mediática de los animales puede influir en la opinión y el comportamiento de las personas hacia ellos, el objetivo de esta investigación es averiguar cómo los reportajes periodísticos del portal G1 Roraima construyen el discurso de domesticación y domesticidad entre humanos y animales domésticos. A partir de esta pregunta general, realizaremos una revisión teórica de la obra de filósofos y teólogos clásicos y modernos para comprender y explicar cómo el pensamiento humano en relación con los animales ha ido cambiando y sufriendo alteraciones, hasta llegar a la forma en que tratamos ellos hoy. Luego, retomaremos el concepto de periodismo ambiental, sus principios, técnicas y objetivos para que sirvan de base para el análisis del medio ambiente, en lo que respecta al espacio que ocupan los humanos y los animales domésticos y la relación entre humanos y animales no humanos en ese espacio. La tercera parte de la investigación consiste en analizar el discurso periodístico de cinco reportajes del portal G1 Roraima para verificar el enfoque dado a la relación humano-animal y comprender cómo los medios representan esta relación, y si existe un enfoque antropocéntrico de dominación en estos trabajos, reflexionando sobre los aspectos ideológicos y sociales que priorizan las noticias escogidas, y sobre el papel que juegan los animales domésticos en nuestra sociedad. Para ello utilizamos el método posfenomenológico de análisis del discurso periodístico, analizamos las perspectivas de las fuentes y cuáles son los discursos dominantes. La relación humano-animal con respecto a las mascotas es un tema poco explorado en el periodismo. Teniendo en cuenta la falta de estudios en el área, pretendemos contribuir, a través de esta investigación, como fuente bibliográfica para futuros debates y reflexiones sobre el tema.

Palabras clave: periodismo ambiental, antropocentrismo, mascotas, domesticación, domesticidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Pirâmide invertida	73
Figura 02 – Pirâmide deitada	75
Figura 03 – Reportagem sobre o registro de animais em cartório	95
Figura 04 – Reportagem sobre furtos de cães em Roraima	97
Figura 05 – Reportagem sobre perfis de animais em redes sociais	99
Figura 06 – Reportagem sobre carnaval para cães	106
Figura 07 - Reportagem sobre adaptação de animais de estimação para a vinda de um bebê na família	110

SUMÁRIO

PREFÁCIO	12
1. INTRODUÇÃO	19
2. ESTUDOS FENOMENOLÓGICOS, PÓS-COLONIAIS E ANIMAIS	41
2.1 PARADIGMAS FENOMENOLÓGICOS E PÓS-FENOMENOLÓGICOS	42
2.2 HOMI BHABHA, SUBALTERNIDADE E INTERSUBJETIVIDADES	47
2.3 VAL PLUMWOOD, IDENTIFICAÇÃO E DIFERENÇA	51
2.4 LEONARDO BOFF E A ÉTICA DO CUIDADO	59
3. O JORNALISMO AMBIENTAL E OS ANIMAIS	63
3.1 JORNALISMO AMBIENTAL: PRINCÍPIOS E TÉCNICAS	68
3.2 WEBJORNALISMO E MEIO AMBIENTE	72
3.3. OS ANIMAIS NA COBERTURA JORNALÍSTICA AMBIENTAL	77
3.4 FONTES JORNALÍSTICAS E OS ANIMAIS	81
4. DOMESTICAÇÃO E DOMESTICIDADE ANIMAL NO WEBJORNALISMO DO PORTAL G1 RORAIMA	85
4.1 O PORTAL G1 RORAIMA	87
4.2 A DOMESTICAÇÃO EM MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO PORTAL	89
4.3 A DOMESTICIDADE EM MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO PORTAL	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	118
ANEXOS	126

PREFÁCIO

Desde muito cedo na infância, tive uma forte ligação com os animais. Custava-me ver algum deles abandonado na rua, até mesmo os ratos mortos quando minha avó colocava veneno no quintal. Não entendia o que o bichinho tinha feito de errado para merecer aquele tratamento. O primeiro animal significativo foi um filhote de gato que apareceu em casa, eu tinha uns 6 ou 7 anos, e minha mãe pediu que meu pai o levasse embora e soltasse num terreno qualquer. Eu pedi tanto para ficar com ele, apenas um bebê, sabia de alguma forma que ele não sobreviveria sozinho. A sombra daquele gatinho me acompanhou durante toda a vida, um fantasma de um ser que não teve a oportunidade de ter um teto, segurança e alimento. Quando, aos 14 anos, apareceu uma nova gata filhote na porta de casa, a lembrança do gato se fez mais forte, e contra a opinião dos meus pais, ninguém conseguiu colocá-la para fora, eu decidi que ela ficaria e ninguém conseguiu me tirá-la. Essa foi nossa primeira companheira animal, e viveu conosco por 14 anos. A partir da convivência com ela, todo um mundo novo de companheirismo e respeito se abriu para nossa família, ao perceber o quanto eles são inteligentes, amorosos e sociáveis.

Aos 18 anos o meu interesse, que até então se estendia apenas aos animais domésticos, abarcou outras espécies, e passei a questionar o porquê da necessidade de nos alimentarmos da carne. Comecei uma dieta vegetariana e anos depois, vegana, estilo de vida que sigo há mais de 20 anos. Ao longo desse processo, criei mais de 20 gatos, alguns cachorros, trabalhei como protetora em Ongs, ajudei a criar duas associações de proteção animal (Adote um Bichim Coxim em Coxim, MS e Anjinhos de Quatro Patinhas em Maceio, AL) e a promover castrações e adoções de cães e gatos.

O primeiro resgate que efetuei, informalmente, foi em 2001, uma gata adulta com uma filhote, abandonada numa praça de São Leopoldo (RS), onde levava minha cachorra para passear. Consegui ajuda para sua castração através de protetores locais que faziam parte de uma associação de proteção animal e cuidei das duas até sua adoção conjunta. Desde essa experiência, passei a fazer parte do quadro da associação, o que aumentou a quantia de gatos em casa de três para nove, após algumas novas adoções.

No período em que vivi em Boa Vista (RR) e Rio de Janeiro continuei atuando em resgates de animais e doações, mas de forma individual, sem me associar a nenhum órgão de proteção animal. Mesmo assim, foram 12 os animais que resgatei em Roraima de 2004 à 2006 e 18 animais no Rio de Janeiro, entre 2007 e 2012. Quando me mudei para Coxim, MS, em 2013, conheci uma jovem, Marcia Altafini, que possuía 7 gatos e pouco conhecimento sobre cuidados de saúde com animais, porém uma imensa vontade de atuar na causa. Ela tinha o objetivo de um dia cuidar de uma associação de proteção animal, porém não sabia nem por onde começar.

O início aconteceu por acaso – em um domingo pela manhã, ao sair para correr, encontrei quatro filhotes de gatos abandonados em um terreno. Eu não podia levar para casa, pois já era tutora, com meu marido, de 16 gatos e duas cadelas, e não teria sua anuência em mais essa adoção. Então eu a procurei, improvisamos um abrigo em um quatinho de despensa da casa dos pais dela e fizemos o primeiro resgate oficial do que viria a ser o Adote um Bichim Coxim, primeira associação de proteção animal desta pequena cidade do interior da região Centro-Oeste do país. Após esses gatos, vieram inúmeros outros, sempre em lar temporário seja na minha casa, na dela, ou de alguns voluntários. Veterinários nos ajudavam cobrando mais barato as castrações e atendendo consultas de forma gratuita, fazíamos rifas com prêmios obtidos através de doações. Eu fui embora de Coxim em 2015, com o número de 157 animais resgatados, a maioria doados (infelizmente alguns não resistem às doenças que adquirem nas ruas, e alguns morreram). Já era, na época, um projeto conhecido, mas ainda informal. Nos anos seguintes Marcia o transformou em um projeto de maior vulto, que possui inclusive um brechó com recursos destinados aos resgates, tratamentos e castrações¹.

A chegada em Maceió trouxe outra perspectiva ao que eu conhecia sobre a causa animal. Apesar de ser uma capital, era claro o regresso nos cuidados com os animais nesta nova cidade. A quantidade de animais abandonados é muito grande, são poucas associações de proteção, e as adoções são difíceis – poucos são os tutores que querem se comprometer com os cuidados mínimos de uma adoção. Dessa forma, acabei por adotar quase todos os animais que resgatei, e a me afastar formalmente da causa, atuando apenas nos bastidores e

¹ Redes sociais do projeto: <https://www.instagram.com/adoteumbichimcoxim/> e do brechó: www.instagram.com/vidamiabrecho/

auxiliando alguns protetores a obterem visibilidade. Foi dessa forma que conheci a fundadora do abrigo Anjinhos de Quatro Patinhas², Lerida Lobo, em 2016, que na época possuía 5 cachorros e em torno de 90 gatos em sua casa e contava apenas com sua pensão e a ajuda financeira mensal de uma voluntária para alimentar os animais, sem planejamento algum. Auxiliei na organização do orçamento, criação de visibilidade através das redes sociais, rifas e apadrinhamento de animais através de ajuda financeira mensal. O projeto cresceu, os animais aumentaram, e eles se mudaram para um espaço doado no interior do Estado. Hoje são mais de 2 mil animais, o abrigo se tornou uma ONG, a única formalmente reconhecida no Estado de Alagoas. Já não faço mais parte do quadro, mas atuei na mesma até a sua existência como entidade formal.

Se apenas na pequena cidade de Paulo Jacinto (AL) onde se encontra o abrigo, são mais de 2 mil animais sob seus cuidados, fora os que ainda se encontram abandonados nas ruas, em todo o país o número é muito maior. Segundo levantamento do Instituto Pet Brasil³ em 2019, existiam 370 ONGs de proteção animal no Brasil, tutelando mais de 172 mil animais. Dessas, em torno de 44 se encontram na região Norte (17%), cinco delas em Boa Vista, RR e 63 no Nordeste, seis no Estado de Alagoas. O número é ínfimo em relação à quantidade de animais em situação de vulnerabilidade, e o trabalho dos envolvidos é imenso e cumulativo, visto que a mão de obra voluntária é sempre escassa.

Através desse trabalho de décadas, presenciando toda a luta pela causa animal e o sofrimento dos mesmos, surgiu em paralelo o meu interesse pela pesquisa sobre o papel dos animais na sociedade contemporânea pois, apesar de todo o progresso intelectual, tecnológico e social, vemos que a sociedade ainda trata os animais de forma violenta, com maus tratos, exploração do trabalho e dos produtos de origem animal e em experiências científicas. É um verdadeiro contraste.

A argumentação mais difundida no senso comum para justificar toda essa barbárie é a premissa de que os animais não-humanos são inferiores aos animais humanos, servindo a estes para seu uso e satisfação. No entanto, ao longo dos séculos, os questionamentos

² <https://linkr.bio/anjinhos4patinhas>

³ <http://institutopetbrasil.com/imprensa/pais-tem-39-milhoes-de-animais-em-condicao-de-vulnerabilidade/>

filosóficos foram considerando cada vez mais as questões animais. Eles podem raciocinar, falar ou sofrer? Eles têm sentimento? Alma? Pensam? Animais não-humanos são seres morais, que entendem o conceito de bondade?

O direito dos animais não-humanos passou a ser colocado em pauta principalmente após o surgimento da bioética. A bioética surgiu a princípio no âmbito da saúde e medicina, no começo da década de 1970, com duas obras de um pesquisador norte-americano da área de oncologia, Van Rensselaer Potter⁴, que analisou a dimensão que os avanços da ciência, principalmente no âmbito da biotecnologia, estavam adquirindo:

Esperado com o desenvolvimento exponencial do conhecimento científico (especialmente na biologia) e com o atraso da reflexão necessária a sua utilização, Van Rensselaer Potter pede a criação de uma nova ciência – uma ciência da sobrevivência - que se baseia na aliança do saber biológico (bio) com os valores humanos (ética). Se a geração atual é marcada pela preocupação com a sobrevivência, explica ele, é por causa da separação existente entre nossas duas culturas, a cultura científica e a cultura clássica (as humanidades). As duas se desenvolveram separadamente sem se influenciar. É urgente estabelecer uma aliança entre elas (bio-ética). O saber dessa aliança será da ordem da sabedoria, e constituirá uma ponte rumo ao futuro (DURAND, 2007, p.20).

Ainda segundo Durand (2007), Potter sugeriu que ciência e filosofia se unissem, para definir os limites do aceitável. Passou-se então a debater a necessidade de pensar nas possíveis implicações (positivas ou negativas) dos avanços da ciência sobre a vida (humana ou, de maneira mais ampla, de todos os seres vivos). Um dos conceitos que definem Bioética (“ética da vida”) é de ciência que tem como objetivo indicar os limites e as finalidades da intervenção do homem sobre a vida. Quando surgiu, questões como aborto, eutanásia, prolongamento artificial da vida estavam em debate.

Portanto, a Bioética passa pelo estudo das dimensões morais das ciências da vida e do cuidado da saúde. Durante décadas, as preocupações bioéticas foram ganhando novos contornos, evoluindo não apenas acerca da preocupação com a vida humana, mas também

⁴ Van Rensselaer Potter (27 de agosto de 1911 — 6 de setembro de 2001) foi um bioquímico americano, e pesquisador na área de oncologia. Sua experiência com pacientes oncológicos o fez propor o surgimento de um novo conceito interdisciplinar, o qual correlaciona ética e ciência, o qual denominou de bioética. Potter tenta estabelecer um diálogo entre a ciência da vida e a sabedoria prática, ou seja, entre o Bios e o Ethos, criando desta forma a bioética. Seu livro Bioética: Ponte para o Futuro é o primeiro livro abordando este diálogo, e o marco inicial da bioética. Fonte: Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Van_Rensselaer_Potter>. Acesso em: 11 jul. 2021.

com a dos animais não-humanos. O que se torna relevante, para considerá-los através do viés da bioética, é que os animais não-humanos podem sofrer.

É uma implicação desse princípio de igualdade que nossa preocupação com os outros e nossa prontidão para considerar seus interesses não devem depender de como eles são ou das habilidades que possam possuir. Precisamente o que nossa preocupação ou consideração exige que façamos pode variar de acordo com as características das pessoas afetadas pelo que fazemos: a preocupação com o bem-estar das crianças que crescem na América exigiria que as ensinássemos a ler; a preocupação com o bem-estar dos porcos pode exigir apenas que os deixemos com outros porcos em um local onde haja alimentação adequada e espaço para correr livremente. Mas o elemento básico - a consideração dos interesses do ser, quaisquer que sejam esses interesses - deve, de acordo com o princípio da igualdade, ser estendido a todos os seres, pretos ou brancos, masculinos ou femininos, humanos ou não-humanos.⁵ (SINGER, 2002, p.5, tradução nossa)

O filósofo bioético Peter Singer (1946-?) explica que não há justificativa moral para desconsiderar o sofrimento de qualquer ser – não deveria haver comparações entre qual é capaz de sofrer mais, nem se basear em racionalidade ou inteligência para considerar os interesses de outros animais. Quando sobrepomos nossos interesses aos das outras espécies em benefício próprio, estamos praticando o especismo⁶, e indo contra o conceito bioético (SINGER, 2002).

Segundo Margo Demello,

curiosamente, a divisão entre humanos e todas as outras espécies animais não é universalmente encontrada nem universalmente aceita. Não é uma distinção exclusivamente comportamental nem biologicamente determinada, mas às vezes inclui biologia, comportamento, status religioso e parentesco. Em última análise, veremos que essa divisão é uma construção social. É cultural e historicamente contingente; ou seja, dependendo do tempo e do lugar, não apenas essa fronteira

⁵ It is an implication of this principle of equality that our concern for others and our readiness to consider their interests ought not to depend on what they are like or on what abilities they may possess. Precisely what our concern or consideration requires us to do may vary according to the characteristics of those affected by what we do: concern for the well-being of children growing up in America would require that we teach them to read; concern for the well-being of pigs may require no more than that we leave them with other pigs in a place where there is adequate food and room to run freely. But the basic element-the taking into account of the interests of the being, whatever those interests may be-must, according to the principle of equality, be extended to all beings, black or white, masculine or feminine, human or nonhuman.

⁶ O especismo - é um preconceito ou atitude de favorecimento dos interesses dos membros de uma espécie em detrimento dos interesses dos membros de outras espécies. O termo foi criado nos anos 70 pelo filósofo e psicólogo Richard Ryder, ao fazer uma analogia entre especismo, racismo e sexismo, isto é, preconceitos baseados em diferenças moralmente irrelevantes. Para Singer (2012), a maioria das pessoas são especistas por natureza, logo, tendem a priorizar sua própria espécie em função das demais, assim como o fazem com a família, nacionalidade, raça.

se move, mas também as razões para atribuir animais e humanos a cada lado da fronteira também mudam.⁷ (DEMELLO, 2021, p.43, tradução nossa).

Isso porque, se considerarmos somente a biologia, humanos são animais, mas nós não costumamos nos valer da biologia para nos categorizar. Simplesmente nos intitulamos humanos, ao invés de animais humanos, em referência à nossa espécie, biologicamente falando. E utilizamos separadamente o termo animal para todos os outros seres vivos. Demello levanta o questionamento de como e quando o animal humano chegou à conclusão de que é tão excepcional a ponto de se desconsiderar enquanto espécie animal (DEMELLO, 2021).

Segundo Singer, esse pensamento ocidental vigente foi fortemente influenciado pelas matrizes filosóficas e teológicas, culminando na cultura de superioridade e indiferença com que tratamos os outros animais. Ele explica que, nos termos de Aristóteles, o homem é o único animal racional - com vantagem intelectual que lhe dá o direito de dominar e usar a natureza de acordo com suas necessidades. Na lógica aristotélica, toda criatura viva possui alma, porém essa alma se diferencia conforme as espécies, podendo ser vegetativa, sensitiva ou racional. Os animais não-humanos, no caso, aprenderiam através das sensações (alma sensitiva), cabendo a parte racional somente ao animal humano. Portanto, o homem está no topo da pirâmide da criação, uma hierarquia na qual os seres de menor raciocínio servem aos de maior raciocínio, num crescente entre espécies vegetais e animais (SINGER, 2002). Ainda segundo essa lógica, a razão é o que separa o animal humano dos outros animais.

Para Aristóteles, somente o homem possui a capacidade de se expressar (linguagem) e de organizar os pensamentos (razão). Ou seja, mesmo que os animais tenham um pensamento limitado que os permite adotar determinado comportamento, como o medo ou a fuga quando em perigo, não são capazes, segundo ele, nem de se comunicar, nem de refletir. Esse viés antropocêntrico também está presente na concepção das principais matrizes teológicas difundidas, a judaico-cristã e islâmica. A matriz judaica, que culminou no

⁷ Interestingly, the divide between humans and all other animal species is neither universally found nor universally agreed on. It is neither an exclusively behavioral nor a biologically determined distinction but has at times included biology, behavior, religious status, and kinship. Ultimately, we will see that this divide is a social construction. It is culturally and historically contingent; that is, depending on time and place, not only does this border move, but the reasons for assigning animals and humans to each side of the border change as well.

pensamento cristão representado pela Bíblia, prega que o homem foi criado à semelhança de Deus para dominar sobre todas as criaturas da terra, tendo um lugar acima das outras espécies. Essa concepção utilitarista influencia até hoje a nossa sociedade, sendo usada para justificar a escravidão animal.

1. INTRODUÇÃO

Faremos uma breve contextualização do pensamento ocidental de algumas correntes filosóficas, sobre a natureza dos animais não-humanos. Partindo do princípio que a nossa cultura ocidental é fortemente influenciada pela matriz religiosa monoteísta e pela filosofia europeia com raízes na Grécia, escolhemos os autores com essas características que se dedicaram ao estudo da vida animal.

Rene Descartes (1596-1650) rompeu parcialmente com a lógica de Aristóteles sobre a existência de uma alma nos animais não-humanos, ao considerar que somente o ser humano possui alma. Ele desenvolveu um método de raciocínio através do qual é pré-requisito duvidar de tudo que absorvemos através dos sentidos, da moral e religião ensinados pela sociedade, para podermos estudar um fenômeno sem nenhuma opinião pré-concebida. Para ele, só a razão permite apreender e explicar os fenômenos. Seguindo essa linha, estudou a natureza a partir de experiências de dissecação e anatomia. Pretendia, com isso, entender e explicar como funciona a razão (ou a falta dela) nos animais. Assim, conheceu o funcionamento do sistema circulatório, órgãos, tecidos e chegou à conclusão que fisicamente, tanto os organismos de várias espécies de animais não-humanos quanto os de seres humanos eram semelhantes, feitos da mesma matéria e tendo funções similares.

Para Descartes, a alma nos animais não-humanos é de natureza mecânica, suas reações são previsíveis como de um relógio: o sangue que é bombeado pelo coração é o mesmo responsável por bombear as reações dos animais até o cérebro, suas reações são puro reflexo. Mesmo quando os animais gritavam e gemiam de dor ao terem seus corpos desmembrados em vida, ele continuava a afirmar que era reflexo e não sentiam dor (cabe salientar que o primeiro anestésico foi criado somente no século XVII, quase cem anos depois de sua morte, e não é possível saber se ele realmente acreditava na ausência de dor, ou se era uma forma de justificar seus experimentos). Já a razão do ser humano estava ligada à alma inserida por Deus em nosso corpo, algo impalpável e invisível. Ou seja, a natureza biológica, portanto, não era o suficiente para explicar a diferença entre homens e animais, pois nossos corpos funcionam de forma análoga. Descartes chegou então à conclusão de que a única diferença entre animais humanos e não-humanos é a capacidade de raciocinar (DESCARTES, 2009).

Segundo Descartes, mesmo pessoas com pouca ou nenhuma instrução formal ainda possuem maior capacidade de raciocínio que o mais inteligente dos animais, pois a este falta a razão. Se os animais não-humanos não possuíam nenhuma capacidade de raciocínio, conseqüentemente também não haveria nenhum espírito, pois a razão só existe porque Deus nos colocou um espírito no corpo material. A fala, os gestos e alguns comportamentos de animais que permitem a adestração, são frutos de seus órgãos, considerados como engrenagens de relógios, funcionando de maneira coordenada ao existir. Animais não-humanos, portanto, diferiam pouco de um objeto criado para determinado fim, obedecendo instintivamente sua natureza (DESCARTES, 2009).

Algumas décadas depois, John Locke (1632-1704) introduziu uma nova forma de pensar, criticando o método puramente racional de Descartes e se baseando no empirismo – o uso dos cinco sentidos e das ideias para explicar e entender o mundo a sua volta. Sua teoria é de que experimentamos primeiramente o mundo com nossos sentidos, para só então formarmos ideias sobre as coisas, e é através da reflexão da mente (raciocínio) que desenvolvemos o conhecimento.

Locke observou as semelhanças e diferenças das mais variadas espécies, e concluiu que existe uma hierarquia evolutiva entre todas as criaturas, da mais simples até a mais complexa, desde o reino vegetal até o animal, ou seja, pequenas distinções que vão se somando e se aprimorando a cada espécie, sendo todas interligadas por essa gradação. Para Locke, era complicado fazer uma separação de onde termina o irracional e onde começa o racional, qual é a espécie viva mais simples, qual é a mais complexa das formas inanimadas. Considerava inclusive que entre alguns homens menos inteligentes e animais mais inteligentes, essa gradação é bem sutil (LOCKE, 1973). Através dessa inferência, concluiu que nada impedia que houvesse outras espécies mais inteligentes do que nós, embora não as conhecêssemos. Embora aqui já houvesse a crença de que os animais não agiam tão somente pelo instinto, ainda era precário o entendimento do raciocínio e sentimento deles.

Locke observa que algumas inferências sobre si mesmo e outros indivíduos, como as relações de parentesco e de afinidade, como famílias e nações, por exemplo, é parte da distinção do raciocínio humano. Não é algo típico dos animais não-humanos, pois estes não se classificam segundo esses graus de parentesco familiar ou afinidade cultural. Na escala de

raciocínio, o diferencial do ser humano é a reflexão sobre si mesmo e sobre os outros e suas posições comparativas, em diversos graus, enquanto indivíduos sociais. É através dessa habilidade de raciocinar, catalogar e classificar que os homens divergem de outros animais, por mais inteligentes que estes sejam (LOCKE, 1973).

Gottfried Leibniz (1646-1716), filósofo e matemático, contemporâneo de Locke, foi na contramão do empirismo – para ele apenas os animais não-humanos são guiados exclusivamente pelo empirismo, pois aprendem através de exemplos das experiências passadas, pelo somatório de causas e conseqüentes efeitos. A diferença do ser humano é a capacidade de julgar, perceber que o resultado pode ser outro mesmo com experiências semelhantes, e a isso deu o nome de razão. Ele diferenciava razão de pensamento, pois acreditava que os animais não-humanos pensam – a capacidade de entender causa e efeito e aprender com isso, está no campo do pensamento, a capacidade de julgar e tirar conclusões através de conexões, pertence à razão. Ele inclusive fazia críticas aos empiristas, por muitas vezes incorrem no erro de confiar somente na experiência passada para chegar a conclusões, assim como pessoas mais experientes e/ou mais velhas se apegam ao já conhecido para explicar os fenômenos (LEIBNIZ, 1974).

Segundo Leibniz, os homens evoluem, modificam-se juntamente com o mundo e aprendem coisas novas, ao passo que os animais não-humanos são sempre os mesmos, um cachorro, por exemplo, não se torna mais esperto a cada geração. É interessante o quanto as crenças religiosas influenciavam o pensamento dos filósofos modernos. Leibniz está de acordo com o cartesianismo de Descartes no que se refere a Deus – ele é a razão do nosso pensamento, deu-nos esse dom. Porém, não concorda que os animais são meros organismos mecânicos, mas sim, possuidores também de alma, pensamento e sentimentos; também criticou os cartesianos por não terem conseguido provar, através da análise da matéria, a alma nos animais não-humanos, e não aceitando que estes possuam de Deus o mesmo dom que foi dado aos seres humanos, incorreram no erro de não lhes creditar sentimentos e raciocínio, mesmo que limitado (LEIBNIZ, 1974).

No que se refere a Locke, os discursos de Leibniz se assemelham aos dele quando analisa as diversas espécies de seres vivos e encontra semelhança entre as que são parecidas e as analisa da mais simples à mais complexa, e dessa para outra superior e assim por diante.

Todas as espécies possuem gradações de complexidade de organismo e de pensamento, desde o mais irracional até a escala humana. Inclusive ele chega a ser irônico, citando que existem animais que possuem tanta ou mais razão que alguns homens, considerados os únicos seres racionais (LEIBNIZ, 1974).

Leibniz crê que humanos e animais não-humanos, mesmo com níveis de raciocínio diversos, possuem instintos que os fazem agir prontamente em determinadas situações, mas ao contrário dos animais, os homens tentam se afastar desses instintos e privilegiar a razão, motivo pelo qual acredita-se que somente animais não-humanos possam ser guiados por instintos, e justamente por isso, não raciocinarem. Todo homem é um animal e deste reino faz parte, mas os outros animais não fazem parte do reino humano. Todos temos nossa parte animal, mas também estamos à parte na escala da natureza (LEIBNIZ, 1974).

Poucas décadas depois, David Hume (1711-1776) seguia os passos de Locke ao tomar as impressões e as experiências sensíveis como ferramentas utilizadas para explicar os fenômenos, ao invés da razão e das ciências exatas. Se Hume por um lado possuía o método de observação de Locke, assemelhava-se a Leibniz em suas conclusões, de que humanos e animais não-humanos aprendem a partir da observação de causa e efeito, e criam o hábito do condicionamento. Dessa forma, um cachorro vai entender que o fogo queima se passar pela experiência de encostar numa chama. E é o aprendizado de causa e efeito através da repetição de acontecimentos que permite às pessoas disciplinarem os animais, condicionando-os com castigos e recompensas, até aprenderem pelo hábito como se comportar. Inclusive, observou que os animais se habituem a determinados sons, até entenderem que determinada palavra (seu nome) é usada para lhe chamar a atenção. Porém, ressalta que essas inferências nos animais não-humanos se baseiam em associações de ações no passado repetidas a ponto de o animal esperar no presente a mesma reação quando situação análoga acontece (HUME, 2003). Ou seja, para Hume, o costume produzido pelo hábito leva à crença de que as coisas sempre acontecerão de determinada maneira quando determinados eventos repetitivos acontecerem. Essa crença não tem a ver com razão, pois animais e homens conseguem chegar à mesma conclusão sem precisar raciocinar.

O principal questionamento de Hume é: se todos possuíssemos o mesmo hábito, o que nos difere em superioridade de raciocínio, quanto a outros animais e também entre alguns

outros homens? (HUME, 2003). A explicação por ele encontrada para essa diferença é a de que os humanos possuem a intuição da existência de algo além do mundo material, intangível, do qual fazemos parte e acreditamos sempre existir independente da nossa existência. Mais uma vez, um filósofo recorre à crença quando chega no limite do que não se pode explicar através da inferência de fatos naturais. Hume inclusive ensaia questionamentos sobre a natureza dos sentimentos animais, pois acredita que seus sentimentos de amor são genuínos, desprovidos de interesse, como ocorre com alguns seres humanos (HUME, 2003).

É interessante ressaltar que apesar da semelhança entre essas correntes filosóficas de Descartes à Hume, o entendimento dos animais não-humanos se transforma. O animal deixa de ser uma simples máquina que age conforme a natureza de sua espécie (comportamento naturalmente determinado), para um ser que consegue adquirir hábitos através do pensamento de causa e efeito, sente e até possui alma. Passamos então, do status do animal como objeto de estudo para o animal como um ser vivo a ser estudado, mesmo que sua existência seja considerada inferior ao ser humano.

Foi somente no século XIX que a relação homens *versus* animais saiu do campo da experimentação puramente filosófica e teológica para o campo da biologia. O responsável por essa mudança de paradigma foi o biólogo naturalista e geólogo Charles Darwin (1809-1882). Darwin acreditava que a seleção natural determina a evolução dos seres vivos. Todos descenderíamos de um ancestral comum, e conforme as adaptações ao ambiente, sejam elas baseadas em facilidades ou dificuldades, os seres vivos foram criando mecanismos de sobrevivência, as mutações (DARWIN, 2018). As espécies foram se diferenciando conforme a geografia, o clima etc, ou seja, para Darwin, somos exclusivamente fruto das condições naturais às quais fomos sujeitos para evoluir. Na teoria evolucionista das espécies, portanto, o ser humano é produto da evolução animal, não está acima nem apartado das outras criaturas, é apenas um animal (um pouco) mais evoluído. A religião não é considerada na teoria darwiniana, trazendo a questão homem/animal para o campo exclusivo da ciência.

Darwin estudou os diversos tipos de mutação e as diferenças entre aquelas naturais e as causadas pelos seres humanos. Acreditava que os humanos passaram a escolher determinados animais para domesticar, dentre tantas opções, aqueles mais úteis e mais dóceis para confinamento, ou seja, os que servissem a determinadas tarefas. Visto que não

era possível saber de antemão quais deles se adaptavam facilmente a climas diferentes ou se seriam de fácil reprodução, a opção pelo utilitarismo foi a escolhida (DARWIN, 2018). Desta forma, os animais domésticos atuais, descendentes desses primeiros antepassados domesticados, não evoluíram através de um ambiente natural, mas sim de um ambiente moldado pelo ser humano para criar essa relação de domesticidade também de sentidos.

Darwin notou então que não só as condições naturais promoviam mutações comportamentais, mas também a domesticação. Para ele, comportamentos aprendidos por gerações antepassadas de animais domésticos eram transmitidas hereditariamente, de forma que cada geração se tornasse naturalmente cada vez mais dócil (DARWIN, 2018). A diferença entre a evolução natural e a causada pelo ser humano é que a primeira é lenta e uniforme, ao longo de anos e anos, da forma mais vantajosa para a espécie. Já a evolução forçada através da domesticação por parte dos humanos se faz mais rapidamente, em poucas gerações, para uso e prazer próprios da raça humana, causando diferenças entre espécies domesticadas e selvagens (DARWIN, 2018). Darwin deu os primeiros passos para explicar como funciona o utilitarismo aos olhos da ciência, sem explicações teológicas que o justificassem.

Demello explica que o próprio processo de domesticação foi uma consequência advinda tanto da evolução natural das espécies quanto da evolução cultural do animal humano. Pelo lado da evolução natural, a seleção partiu de animais individuais que mais facilmente se aproximavam, por conta própria, dos humanos, seja por curiosidade e/ou ausência de medo. Assim, conforme se reproduziam, passavam essas características. Da parte humana, escolhas eram feitas, selecionando aqueles animais que fossem mais úteis e, conforme incorporavam os animais à sua cultura, economia e sociedade, também moldava seu próprio comportamento para conviver com aquela espécie. O animal domesticado, portanto, passa a ser uma posse, controlado e manipulado por humanos, a ponto de, nos dias atuais, a seleção passar a ser não somente natural, mas também artificial (DEMELLO, 2021).

A preocupação com os sentimentos dos animais tomou vulto somente através dos filósofos contemporâneos. Jacques Derrida (1930-2004) critica os antigos pensadores que segundo ele, olharam para os animais não-humanos como um objeto de estudo, sem nunca se questionar como eles se viam e enxergavam o mundo e os humanos. Seja por negação ou desconhecimento, não se importaram com a contrapartida animal enquanto sujeito de sua

própria realidade (DERRIDA, 2002). Ele afirma, assim como Singer, que parte dessa ignorância voluntária vem da matriz religiosa, da crença do homem criado à semelhança de Deus e autorizado a domesticar, dominar e usar os animais. Porém, o ser humano levou às últimas consequências o seu domínio, intervindo na criação das espécies em escala exponencial, efetuando experiências genéticas, cruzamentos forçados, manipulando os animais como objetos para uso alimentar, de transporte, de vestimenta, remédios e quaisquer outros benefícios para o que se considera bem-estar humano. Toda essa violência é negada e camuflada com a justificativa do utilitarismo (DERRIDA, 2002).

Derrida defende a compaixão pelos animais. A questão aqui não é mais entender como seus organismos funcionam, se eles pensam ou se possuem razão, e o que os diferencia em termos racionais dos seres humanos. A questão atual passa a ser – eles podem sofrer? Derrida afirma que os filósofos antigos, por considerarem os animais não-humanos desprovidos de linguagem (linguagem que o homem entenda e que com eles possa dialogar), desprezaram a questão dos sentimentos por não ser possível obter uma resposta sobre o que pensam e sentem, mas que não se pode negar o sofrimento que transparecem seus olhares. Eles podem não possuir o dom da linguagem verbal, mas são capazes de demonstrar sentimentos de outras formas (DERRIDA, 2002). Os animais não-humanos possuem seu próprio ponto de vista, e temos o dever moral de reconhecer a perspectiva animal, visto que possuem interpretação própria do mundo ao redor. Ele critica a visão de mundo antropocêntrica a partir da qual o homem não somente se coloca como superior às demais espécies, mas também nega sua animalidade, colocando-se como uma espécie à parte, e acima da natureza. Derrida defende uma mudança na relação com os animais que leve em consideração não somente a visão humana.

E é justamente a partir da capacidade de sentir que os animais não-humanos possuem que Peter Singer constrói a defesa da igualdade de tratamento ético para os animais. Segundo ele, tratar os animais não-humanos com igualdade não é dar os mesmos direitos que aos humanos, mas respeitar seus direitos enquanto espécie, isto é, respeitar os animais de acordo com sua natureza (SINGER, 2002). Singer considera moralmente incorreto causar sofrimento a outro ser vivo. Tratar todos os seres como iguais nada mais é do que ter consideração com seu sofrimento. O único parâmetro correto de análise entre as espécies seria o da sciência,

a capacidade de sentir, e não a capacidade de pensar ou de raciocinar, pois esta última nos permite maltratar inúmeras espécies sob o argumento da superioridade intelectual, defendendo nossos próprios interesses de dominação. A dor animal não é inferior a dor humana (SINGER, 2002).

De acordo com Francione, um ser senciente é aquele que tem consciência das sensações, da dor, do prazer, não está somente vivo, mas possui um “eu” subjetivo, e que sabe reconhecer que a dor pode abreviar a sobrevivência, como por exemplo, ser queimado pelo fogo, portanto, a evita conscientemente escapar da dor, assim como os animais humanos (FRANCIONE, 2000).

Singer explica que somos condicionados a ignorar o sofrimento dos animais, pois desde cedo somos submetidos a uma dieta carnista, mesmo sem saber que o bife no prato um dia foi um animal que morreu para nos servir de alimento. E quando descobrimos, já estamos tão acostumados que acabamos por considerar aquilo natural (SINGER, 2002).

Nem os meios de comunicação de massa educam o público neste tópico. A televisão americana transmite programas sobre animais na natureza (ou supostamente na natureza - às vezes os animais foram capturados e soltos em um espaço mais limitado para tornar a filmagem mais fácil) quase todas as noites da semana; mas o filme de fazendas intensivas é limitado ao mais breve dos vislumbres, como parte de "especiais" raros na agricultura ou na produção de alimentos. O espectador comum deve saber mais sobre a vida de chitas e tubarões do que sobre a vida de galinhas ou bezerros. O resultado é que a maior parte da "informação" sobre os animais de fazenda que se obtém assistindo à televisão vem na forma de publicidade paga, que vai desde desenhos ridículos de porcos que querem ser transformados em linguiças e atum tentando ser enlatado, até mentiras diretas sobre as condições em que os frangos de corte são criados. Os jornais fazem um pouco melhor. Sua cobertura de animais não-humanos é dominada por eventos de "interesse humano", como o nascimento de um bebê gorila no zoológico, ou por ameaças a espécies em extinção; mas os desenvolvimentos nas técnicas de cultivo que privam milhões de animais da liberdade de movimento não são relatados.⁸ (SINGER, 2002, p.216, tradução nossa)

⁸Nor do the mass media educate the public on this topic. American television broadcasts programs on animals in the wild (or supposedly in the wild-sometimes the animals have been captured and released in a more limited space to make film in geasier) almost everynight of the week; but film of intensive farms is limited to the briefest of glimpses as part of infrequent "specials" on agriculture or food production. The average viewer must know more about the lives of cheetahsands harks than he or she know sabout the lives of chicken sorveal calves. The result is that most of the "information" about farm animals to begained from watching television is in the form of paid advertising, which ranges from ridiculous cartoons of pigs Who want to be made into sausages and tuna trying to get themselfe scanned, to straight forward lies about the conditions in which broiler chickens are reared. The newspapers do little better. Theircoverage of nonhuman animalsis dominated by "human interest" events like the birth of a baby gorilla at the zoo, orby threats to endangered species; but developments in farming techniques that deprive millions of animals of freedom of movement go unreported.

A função da mídia na nossa sociedade, segundo Singer, é a de nos manter entorpecidos, ignorantes ao sofrimento dos animais utilizados na indústria, para que este mercado lucrativo continue funcionando. Atualmente, a maneira pela qual categorizamos os animais se firmou em uma visão utilitarista baseada em interesses humanos: animais de abate na indústria da alimentação; animais selvagens em seus habitats naturais, mas que podem ser explorados conforme a conveniência (peles, presas, troféus etc.) e os de estimação, ora usados para guardar residências e caçar presas, ora usados como objetos de afeto. Este utilitarismo faz com que o animal exista em função do uso que lhe é destinado, dissociando-o, assim, de suas características próprias. Porém, se pensarmos no papel do animal doméstico atualmente, ainda que seja um “objeto”, essa relação vai além: há um certo reconhecimento enquanto sujeito, tendo lugar na vida afetiva do homem contemporâneo (SINGER, 2002).

Melanie Joy explica que vemos os animais dessa maneira porque temos um esquema de classificação para tudo que existe, inclusive os animais. E as categorias podem se sobrepor, mas normalmente, bicho de estimação é uma coisa, animal selvagem é outra, mas ambos podem ser comida ou não ser comida. No geral um cachorro não é comestível e imaginar sua carne assada num prato causará repugnância. Mas uma galinha, um pato, um porco são, e mesmo que muitas pessoas os criem como animais de estimação, dividam a casa e a cama com eles, outras pessoas ainda os verão como comida, pois a percepção que temos deles é diferente (JOY, 2014). Talvez não queiramos comer o porquinho Jerfisu⁹, mas provavelmente todos os outros porcos enquanto espécie/categoria.

Aquilo a que nos referimos como corrente principal é simplesmente outro modo de descrever uma ideologia que se acha tão difundida – tão arraigada – que seus pressupostos e práticas são vistos como mero bom senso. É considerada fato em vez de opinião; suas práticas são um dado, em vez de uma opção. É a norma. É o modo como as coisas são. E é a razão pela qual o carnismo não recebeu até agora um nome. Quando uma ideologia está arraigada, ela é essencialmente invisível (JOY, 2014, p.32-33).

O esquema de categorização no qual vivemos e não questionamos é dado como um fato e não opinião. E como é priorizado, na maioria das vezes, autoridades nos assuntos,

⁹ <https://instagram.com/porquinhojerfiso>

fontes oficiais e representantes de falas de autoridade, do poder vigente, dependendo do assunto, serão suscitadas questões que não são convenientes destacar na mídia.

As críticas de filósofos como Singer e Derrida, em relação às raízes de nosso antropocentrismo, ecoou também na teologia. Como forma de contrabalançar o discurso de que a matriz cristã é em grande parte responsável pelo olhar de dominância sobre os animais, Papa Francisco explica que o “antropocentrismo despótico” não está presente na Bíblia, pois ao mesmo tempo que nos é permitido usar plantas e animais de forma responsável, também somos cuidadores naturais das outras criaturas, as quais devemos tratar com compaixão. Para Francisco, nossa atitude perante os animais será refletida nas atitudes para com outros seres humanos - a crueldade é uma só, não sendo possível ser cruel com um animal e ao mesmo tempo possuir compaixão por outras pessoas (FRANCISCO, 2015). Essa fala de Francisco é paradoxal, pois, se o antropocentrismo é justamente a crença de que o ser humano é o centro de todas as coisas, e que delas pode usufruir em benefício próprio, não é possível separá-lo do despotismo. Dizer que nos é permitido “usar” outros seres vivos, porém com critério, é uma maneira de se eximir da responsabilidade do tratamento sem compaixão que até hoje nós damos aos animais. Segundo Francione (2000) esse tipo de atitude é moralmente “esquizofrênica” pois, aos mesmo tempo em que acreditamos ser errado impor sofrimento desnecessário aos animais, consideramos o sofrimento humano mais importante, colocando nossos interesses e nossa salvação acima aos dos animais não-humanos.

A justificativa que Francisco utiliza para eximir a doutrina cristã da responsabilidade deste tipo de ponto de vista é afirmar que existe um “antropocentrismo exagerado” nos dias atuais, que advém de uma interpretação errada da Bíblia, na qual se acredita num idílico domínio sobre o mundo, sem o devido cuidado com a natureza, quando o entendimento correto é mais a de um administrador do que a de um dominador, alguém que toma conta do planeta de forma responsável. Francisco não defende que nos igualemos a outras espécies, mas sim, reconheçamos nossas capacidades superiores como a responsabilidade do cuidado pela vida delas (FRANCISCO, 2015). Porém, responsabilidade e cuidado não é compatível com o antropocentrismo da forma que este se desenvolveu ao longo dos séculos.

É interessante notar que o discurso do Papa é apenas uma forma de tornar o antropocentrismo um tanto quanto mais palatável, pois apesar de condenar exageros, deixa

explícito que considera lícito o uso dos animais não-humanos a favor dos humanos e em detrimento de suas necessidades e/ou sofrimento. Ele não é contra o utilitarismo animal a favor de interesses humanos, não considera errado usá-los seja na indústria alimentícia seja na farmacêutica, nem em experiências. Desde que seja a favor da melhora da vida humana, coloca o ser humano acima das outras espécies, e suas necessidades como prioritárias. Por mais que o discurso de Francisco seja repleto de falas sobre o cuidado animal, ainda é uma forma de defesa do antropocentrismo.

Além de Derrida e Singer, a filósofa ecofeminista Val Plumwood (1939-2008) e o teólogo brasileiro Leonardo Boff (1938-?) são pensadores contemporâneos que defendem um tratamento digno para com os animais não-humanos. Plumwood (2002) considera subalterno o tratamento dado a eles, explica que sobrepomos nossa natureza à dos animais ao lhes atribuir características e comportamentos humanos e enfatiza a necessidade de nos comunicarmos com outras espécies à maneira do animal: “O verdadeiro desafio da comunicação neste nível de comunicação entre espécies é que nós, humanos, aprendamos a nos comunicar com outras espécies em seus termos, em suas próprias línguas ou em termos comuns, se houver” (PLUMWOOD, 2002, p.189)¹⁰. Ela não quer dizer que existe uma língua como o português ou espanhol, falada por cada espécie, a qual devemos aprender, mas sim, que precisamos entender os sinais que os animais nos mostram quando estão satisfeitos, nervosos, com dor, assustados, etc. Entendendo as reações dos animais a determinadas situações, poderemos conviver e cuidar deles de uma maneira mais respeitosa.

Plumwood defende o que chama de “solidariedade na diferença”, um processo de identificação de reconhecimento da identidade animal através do cuidado, respeito e uma ética apropriada para lidar com suas diferenças, de forma a superar uma visão exclusivamente humana (PLUMWOOD, 2002). Como, por exemplo, respeitar seus hábitos alimentares ao alimentar um animal doméstico, e até mesmo não tentar domesticar animais selvagens.

Para Leonardo Boff, se não houver o cuidado animal, resta apenas a prepotência da autoafirmação humana à custa das outras espécies, através da violência e autoimposição

¹⁰The real communication challenge at this level of interspecies communication is for we humans to learn to communicate with other species on their terms, in their own languages, or in common terms, if there are any.

(BOFF, 2012). Para o teólogo, os valores éticos perante o planeta e a natureza são de extrema importância não apenas para a sobrevivência de outras espécies, mas também para a nossa. A teoria crítica de ambos será discutida no primeiro capítulo.

A questão em pauta nos dias atuais, sobre a relação entre humanos, natureza e animais não-humanos é muito mais ampla do que somente a questão da diferença entre as espécies. Estamos na era do Antropoceno, na qual se debate a influência dos seres humanos em todas as questões ecológicas planetárias. O termo Antropoceno foi criado pelo biólogo americano Eugene F. Stoermer (1934-2012) e popularizado pelo cientista atmosférico holandês Paul Crutzen (1933-2021) no início dos anos 2000. Geologicamente falando, define-se como Antropoceno a era da Terra sob o domínio dos seres humanos. Segundo Fred Pearce, trata-se de

Uma nova era geológica, então dê uma boa olhada ao redor. Uma única espécie está no comando do planeta, alterando suas características quase que à vontade. E o que é mais natural do que nomear essa nova era com o nome daquele antropóide de ponta, nós mesmos?¹¹ (PEARCE, 2007, p.44, tradução nossa).

A ação dos seres humanos e sua crescente tecnologia têm dominado o planeta nos últimos séculos. Quase não há predadores para a nossa espécie. Essa nova era geológica tem como premissa que as atividades humanas no planeta, a partir do colonialismo europeu e consequente industrialização e modernização tecnológica, atuam como uma força planetária que modifica a natureza do planeta. Segundo Crutzen e Stoermer (2000), apesar da definição da data de início do Antropoceno ser arbitrária, o uso ilustrativo da última parte do século XVIII seria bem coerente, visto que foi nessa época que a atividade humana passou a provocar efeitos globais notórios, como, por exemplo, o efeito estufa (CRUTZEN; STOERMER, 2000). Portanto, o início do Antropoceno é associado ao início das modificações ambientais devido à ação do ser humano no planeta.

O termo foi se popularizando, sendo adotado por cientistas de diversas áreas e também por diversas disciplinas para designar um modo de vida, pois a influência humana sobre o planeta não é apenas física, mas também cultural (DÜRBECK, 2020). A economia vai

¹¹It's a new geological era, so take a good look around. A single species is in charge of the planet, altering its features almost at will. And what more natural than to name this new era after that top-of-the-heap anthropoid, ourselves?

analisar como a disseminação do capitalismo, por exemplo, influencia no domínio do ser humano sobre o planeta, a história analisa em que momento começamos a modificar o habitat natural, a sociologia estuda como cada cultura lida com o meio ambiente. O antropoceno, portanto, é um objeto de estudo multi e interdisciplinar.

Em todas essas frentes de estudo, nos deparamos com uma crise ecológica de desordem climática através da ação humana. A reflexão atual se dá na condição humana frente aos impactos globais no meio ambiente, ao mesmo tempo em que se faça uma análise dos impactos no ambiente e nas comunidades locais (DÜRBECK, 2020). É inegável que ações humanas já causam catástrofes naturais que podem ter consequências semelhantes à de desastres naturais. Desabamentos de encostas pela erosão do desgaste no uso do solo, extinção de espécies por causa da caça, entre outros efeitos cujas causas têm origem antropogênica, ou seja, motivadas pelas ações humanas. A análise global mostra o quão impactante é em escala planetária essa ação, mas tão importante quanto é o estudo do quanto afeta cada local. Como ficam as populações indígenas frente a essa devastação? Os animais da Amazônia e do pantanal sofrerão as mesmas consequências? E os diversos tipos de vegetação?

Nesse contexto, a tônica atual nos debates sobre o animal humano versus o não humano, não é mais sobre o animal não-humano ser capaz de raciocinar ou sentir, pois já sabemos que isso é possível. O debate contemporâneo envolve diversas questões ecológicas das mais variadas ordens – climáticas, interespecies, ambiental, dentre outras pelas quais a influência humana se faz presente (DÜRBECK, 2020). A questão atual focada no Antropoceno é sobre como o homem trata os outros animais, em termos de preservação, de cuidado, e respeito. Introduz-se, então, as questões éticas que os filósofos contemporâneos como Derrida, Singer, Plumwood e Boff passam a debater.

Segundo Tønnessen, Oma e Rattasepp (2016), a humanidade tem causado mudanças de longo alcance na dinâmica da natureza. Alteramos o espaço de tal forma que menos de um quarto do planeta é considerado totalmente sem interferência humana. Todo o restante deixou de ser um ambiente natural para algo modificado pela nossa espécie, os chamados “biomas antropogênicos”. Essa visão de Antropoceno representa a humanidade sob a ótica do domínio do homem branco adulto e ocidental, sem levar em consideração os diversos

povos, mulheres, faixas etárias que vivem e atuam nesses biomas antropogênicos, carregados de sentidos e valores humanos. A espécie humana é heterogênea, portanto, o estudo deve se estender aos diversos sujeitos, culturas e interação entre toda essa diversidade humana entre si e com os diversos biomas naturais (TØNNESEN; OMA; RATTASEPP, 2016). Os autores criticam a adoção da nomenclatura antropoceno, pois, para eles, ressalta a visão de que o ser humano é tão diferente e excepcional que merece inclusive ter toda uma época com seu nome. Realçar essa diferença é ser conivente com a visão de hierarquia humana e a falta de consideração com o bem-estar de outros animais. Para os autores, herdamos convenientemente a tradição do discurso do domínio humano sobre outras espécies para satisfazer nossas necessidades de consumo. A domesticação, por exemplo, nada mais é do que uma forma de escravização dos animais não-humanos em nosso próprio benefício.

Mas em vez de perguntar o que o animal significa para o humano, vamos tentar perguntar o que o animal significa para o planeta. Empreender essa mudança na maneira como pensamos sobre os animais e o Antropoceno não invalida questões filosóficas sobre a relação homem-animal - de fato, como veremos, a questão do humano como animal retornará de uma forma que pode nos forçar repensar a natureza do Antropoceno e conceber os possíveis futuros da Terra de maneiras novas e desafiadoras.¹² (TØNNESEN; OMA; RATTASEPP, 2016, p.165, tradução nossa)

O termo Antropoceno implica que somos diferentes dos outros animais, quando na verdade, estudos já comprovam que outros animais possuem sistemas de comunicação e cultura próprias e são sujeitos de seu próprio modo de vida, que deveria ser considerado ao tratarmos com eles. A questão, portanto, é repensar a maneira antropocêntrica através da qual nos relacionamos com os animais não-humanos, passar a compreendê-los como seres vivos com seus próprios hábitos e como podemos conviver de forma harmônica. As atuais considerações filosóficas e culturais acerca da representação dos animais não-humanos vão então colocar em pauta a consideração moral para com o animal, isto é, qual é a nossa responsabilidade moral para com outras espécies. Segundo Greg Garrard (* - ?)¹³, “A fronteira

¹²But rather than asking what the animal means for the human, let us try to ask what the animal means for the planet. Undertaking this shift in the way we think about animals and the Anthropocene will not invalidate philosophical questions about the human-animal relationship—indeed, as we shall see, the question of the human as animal will return in a way that might force us to rethink the nature of the Anthropocene, and to conceive of the possible futures of the Earth in new and challenging ways.

¹³ Data de nascimento não encontrada.

entre o humano e o animal é arbitrária e, além disso, irrelevante, já que compartilhamos com os animais uma capacidade de sofrer” (GARRARD, 2006, p.193), e é justamente essa capacidade que os habilita à essa consideração moral.

Garrard menciona a existência de duas correntes de pensamento sobre o animal - uma corrente libertária, que considera o fato de sentir dor e sofrimento, o divisor das espécies, e dessa forma é a favor da responsabilidade moral para com a vida de quase todas elas, incluindo animais usados como alimento, vestuário e em experimentos científicos. Já a outra, a corrente ecocrítica, possui uma ética ambientalista mais ampla, que não considera cada indivíduo animal e seu sofrimento, mas sim o equilíbrio da natureza, e nesse caso, pode ser a favor de contenção populacional de algumas espécies, mesmo que incorra na morte de determinados animais. Garrard explica que os ecofilósofos têm como argumento a importância do abate de espécies intrusas, predadores não nativos que causam desequilíbrios ecológicos (GARRARD, 2006). Nestes casos, prioriza-se a manutenção do equilíbrio da ecologia do local, em detrimento da vida de parte dos indivíduos das espécies superpopulosas.

Interessante notar que a ecocrítica se preocupa com o equilíbrio ambiental no trato com espécies animais, mas não leva em consideração que em muitos casos é o ser humano que causa esse desequilíbrio. Por exemplo, algumas espécies se tornam superpopulosas porque o ser humano as introduz em um habitat que não é o seu, ou dizima outras espécies que são seus predadores naturais. Outro exemplo é o excesso da população humana em muitas cidades, principalmente metrópoles urbanas, e não debatemos o extermínio de parte dos seres humanos para equilibrar a ecologia. Dessa forma, não deixa de ser hipocrisia defender contenção populacional animal, se o que causou sua superpopulação foi a ação humana na natureza. Animais de rua, como cães e gatos, são o exemplo mais próximo. Domesticamos os animais, nós os adotamos, mas muitos de nós não praticamos a posse responsável, como a esterilização, permitindo que procriem diversas vezes, descartando filhotes na rua e gerando cada vez mais animais abandonados. Muitos desses se não morrem doentes, atropelados, envenenados, são sacrificados pelos órgãos de contenção, os Centros de Controle de Zoonoses (CCZ).

Garrard explica que costumamos ter diferentes níveis de empatia com as espécies, conforme sua proximidade ou distanciamento com nosso universo, isto é, nossa realidade.

Dessa forma, consideramos animais de estimação e animais selvagens de diferentes formas, mesmo porque temos a convivência com os animais de estimação, e com os selvagens o contato é quase que exclusivo através da mídia, com sua representação através desta. O que pensamos sobre os animais é moldado pela cultura na qual estamos inseridos, e, por sua vez, nossa convivência com os mesmos também molda a cultura (GARRARD, 2006), pois acabamos por associar características de animais a determinados comportamentos humanos, como por exemplo, “teimoso como uma mula empacada” ou “fiel como um cão”. Normalmente esse tipo de comparação são estereótipos que não levam em consideração o animal em si, mas o que se supõe sobre sua espécie.

Apesar de ambas as vertentes partilharem interesse pela subjetividade dos animais não-humanos e as fronteiras entre eles e os humanos, a crítica libertária dá mais atenção à nossa responsabilidade para com os animais domesticados, seja para companhia, alimento e transporte, do que em relação aos animais selvagens, por estarem mais próximos do nosso cotidiano e da nossa convivência. Já os ecocríticos tendem a dar mais atenção à importância dos animais selvagens no ecossistema. Os ecocríticos acreditam que a mídia, principalmente através de documentários, é uma poderosa ferramenta para conscientização através de campanhas ambientais, mas que também podem incorrer no erro de demonstrar apenas questões da vida selvagem que reduz a experiência do espectador a algo puramente visual, com programas sobre predação e acasalamento animal, reforçando inclusive o medo (através da ignorância de fatos reais) de algumas espécies (GARRARD, 2006), pois muitos desses programas enfatizam a violência de animais predatórios e a reprodução sexual da vida selvagem como forma de entretenimento, e não de informação.

Nos anos 1980, os filmes de entretenimento contribuíram para esse tipo de imagem, com filmes como *Tubarão*, que reforçam o embate entre uma natureza cruel e selvagem e o ser humano heróico (homem) que a derrota (GARRARD, 2006). Gambim (2012) afirma que esse tipo de filme de terror natural surge da concepção de que causamos um impacto negativo na natureza, massacrando-a, explorando-a e que, dessa forma, haverá alguma espécie de vingança natural contra os seres humanos, através dos animais.

Nos anos 1950, a preocupação com a radioatividade pós-Segunda Guerra Mundial deu origem a filmes de horror natural sobre animais gigantes e monstros geneticamente

modificados por radiação, no final da década de 1960 e início dos anos 1970 os filmes de terror ecológico foram influenciados por movimentos anti-guerra, uma rebelião contra a destruição ambiental veio no esteio desses descontentamentos, e acabou culminando com filmes de terror como *Tubarão*, *Piranhas* e outros dos anos 1980, no qual a espécie dominante – o humano – representado pelo homem branco, triunfa sobre a natureza cruel e selvagem (GAMBIM, 2012). Essas representações cinematográficas contribuíram para a reafirmação de uma relação antropocêntrica com os animais, visto que mesmo sendo a parte explorada, coloca-se a natureza como inimiga dos humanos, que se volta de forma monstruosa e cruel contra a humanidade, e exalta o triunfo dos humanos e sua vitória perante os animais, vencendo o “inimigo”.

Para Malamud isso ocorre porque na cultura visual, ao olharmos para outros animais, supomos que o espectador sempre é um humano e o animal, o objeto a ser observado, inconscientemente determinando a subalternidade do objeto visual. E isso ocorre tanto com os animais quanto com aquela parcela de humanos que são categorizadas como inferiores, menos racionais, mais objetificadas. Aqueles que estão no poder possuem sempre o mesmo padrão de dominação, mulheres, por exemplo, foram objetificadas da mesma forma que animais utilizados na indústria da carne também o são. É esse o reducionismo que opera em filmes como *Tubarão*, ou *Os Pássaros* de Alfred Hitcock, exibindo os animais apenas conforme sua utilidade ou ameaça para nós (MALAMUD, 2016).

Porém, por mais que a mídia reforce o antropocentrismo, ela não é a causa do mesmo, visto que em diversas culturas, mesmo as não ocidentais, o antropocentrismo é algo naturalizado, a prioridade do interesse da própria espécie é considerada algo natural, o que torna a exploração das outras justificável. A perspectiva pós-colonial surgida na década de 1970, passa então a se deparar com a preocupação da relação entre o homem e as outras espécies, nos estudos animais e ambientais, além das relações entre sociedades de culturas nativas e invasoras (GRAHAM; TIFFIN, 2010).

Escolhemos como referencial teórico os estudos pós-coloniais animais na análise do objeto de estudo porque estes se preocupam em analisar a subjetividade animal e o relacionamento deles com os seres humanos na cultura em que vivemos. As teorias contemporâneas fazem uma crítica ao tratamento de dominância dedicado aos animais,

ressaltando a importância do tratamento ético para com os mesmos, o cuidado com eles e com a natureza, ponto de vista com o qual me identifico, visto que desenvolveremos um olhar crítico ao discurso antropocêntrico.

A partir dos estudos pós-coloniais e animais, pesquisaremos como as reportagens jornalísticas do portal *G1 Roraima* constroem o discurso de domesticação e domesticidade entre humanos e animais domésticos. Pretendemos estudar de que modo a domesticação de animais ocorre na atualidade sob um viés antropocêntrico ou antropogênico, por meio de fatos e sentidos. Mesmo que nesse processo os animais sejam cada vez mais considerados como indivíduos - até mesmo como membros da família e possuindo um forte vínculo afetivo com seus tutores, analisaremos se este relacionamento ainda preconiza uma relação de dominância de ações e de sentidos por parte dos seres humanos.

Analisaremos os discursos das matérias jornalísticas do portal *G1 Roraima* para investigar quais apresentam conteúdo sobre antropomorfização na domesticação de animais e o enfoque dado na relação entre humanos e seus animais nas reportagens selecionadas. Nosso problema de pesquisa está relacionado à representação da domesticação animal enquanto relação de poder antropocêntrico por parte dos discursos jornalísticos, ou seja, pretendemos verificar se o webjornalismo ambiental do portal reitera o discurso dominante, ou se dá voz aos seres subalternos que, neste caso, são os animais, representados por meio de fontes humanas que possam falar por eles.

Temos como objetivo geral compreender como a mídia representa a relação entre humanos e animais, se há enfoque antropocêntrico nas reportagens, além de refletir sobre os aspectos ideológicos priorizados pelas notícias escolhidas e sobre os papéis ocupados pelos animais domésticos na nossa sociedade. Como objetivos específicos procuramos, em primeiro lugar, fazer um levantamento histórico, através de pesquisa bibliográfica, desde os antigos pensadores até os atuais ecocríticos e pós-coloniais, recordando filosofia, sociologia e teologia, de como o homem entendia a natureza animal. Esse resgate histórico foi importante pois, para desenvolver nossas próprias análises sobre o assunto, fez-se necessário investigar como foi a evolução do entendimento da natureza dos animais não-humanos ao longo das épocas, até chegar no que temos hoje. Identificar os estudos produzidos sobre o tema e a

construção do pensamento sobre o assunto foi um passo importante para entender como chegamos no atual estado de conhecimento.

Em segundo lugar, procuramos compreender o jornalismo ambiental, seus princípios, técnicas e objetivos, suas peculiaridades em relação ao jornalismo em si, e examinar a conformidade do tema – a relação dos humanos e animais não-humanos domesticados - com o jornalismo ambiental. O terceiro objetivo foi investigar como são desenvolvidas as reportagens na mídia escolhida, o webjornalismo, em termos técnicos, os recursos utilizados. E, por último, analisar os discursos da cobertura jornalística ambiental animal do portal *G1 Roraima* no que se refere à domesticação e domesticidade animal.

Selecionamos matérias as quais, em primeiro lugar, se referissem à criação de animais domésticos. Destas, ficamos com as que possuem fontes diversas, para poder analisar variados discursos – do jornalista, da fonte representante do animal, e outras fontes envolvidas, com o objetivo de verificar a importância e o espaço dado para cada uma delas, e o enfoque das mesmas. São cinco as reportagens: *Cartório de RR passa a emitir registro de nascimento a animais de estimação com sobrenome do dono* (2017); *Cãofolia é opção para donos de animais de estimação em Boa Vista* (2019); *Hora do pet: animais de estimação de Roraima fazem sucesso nas redes sociais* (2019); *Hora do pet: Veja como preparar o cachorro para a chegada de um bebê em casa* (2020) e *Cães da raça pitbull são os principais alvos de furtos em Roraima* (2021).

A metodologia da pesquisa consistiu na análise das perspectivas dos atores envolvidos – jornalista, fontes (oficiais não-oficiais, etc.) e no intercâmbio entre os discursos de acordo com pressupostos pós-fenomenológicos, verificando como se apresentam as perspectivas das fontes e suas subjetividades, identidades, confrontos, e quais os discursos dominantes. Partindo do pressuposto de que o jornalismo é uma atividade de comunicação que tanto constrói quanto reproduz representações sociais, culturais e políticas, influenciando a forma de pensar e agir da sociedade, efetuaremos a análise do discurso jornalístico através dos métodos fenomenológico e pós-fenomenológico. Segundo Gomes (2009), no discurso jornalístico, o fato noticiado não é algo definido e objetivo, há uma gama de pontos de vista explícitos e implícitos, perspectivas dos vários atores nele envolvidos – não há verdade, mas verdades. Na reportagem, o avaliador (jornalista) escolhe um ponto de partida, um recorte

fenomenológico dentro do horizonte da notícia, para abordar o fato (GOMES, 2009). Um fato pode ter várias interpretações, dependendo dos sujeitos envolvidos e do recorte escolhido para abordar, desta forma, há um número infinito de interpretações possíveis (GOMES, 2009).

Dessa forma, procuramos desmembrar cada discurso das reportagens selecionadas para analisar o ponto de vista das fontes neles representadas, sempre levando em consideração a interação entre humanos e animais não-humanos, se há antropomorfização, se as fontes que falam pelos animais levam em consideração seus espaços e sua natureza, ou se mesmo falando por eles, o fazem sob a ótica exclusivamente humana do que se considera bom para os animais. Por exemplo, na reportagem *Cartório de RR passa a emitir registro de nascimento a animais de estimação com sobrenome do dono* (2017), além do exame estrutural do discurso (identificação das fontes e suas falas), analisaremos o conteúdo do discurso no assunto da notícia. Animais de estimação “solicitam”, “querem” ou “necessitam” de um registro de nascimento? Essa é uma prática social humana ou uma necessidade do animal? Em que contexto isso poderia vir a ser uma necessidade para o animal, mesmo que não seja algo inerente a uma necessidade específica de sua espécie?

No primeiro capítulo, fizemos o histórico do pensamento filosófico sobre os animais. No segundo capítulo abordaremos os estudos pós-coloniais e animais, os conceitos de subjetividade e intersubjetividade abordados por Homi Bhabha (1998) e como isso se reflete na relação entre humanos e animais não-humanos no espaço doméstico. No terceiro, será abordado o jornalismo ambiental, princípios e técnicas, os animais na cobertura ambiental, a representação do meio ambiente no webjornalismo e a abordagem de fontes jornalísticas que representam os animais. É importante, nesta pesquisa, contextualizar o jornalismo ambiental porque este será a base de análise do meio ambiente e da relação animal humano e animal não-humano. Partimos do pressuposto que o meio ambiente é um sistema complexo no qual todas as formas de vida se relacionam, inclusive social e culturalmente (BUENO, 2008). Dessa forma, a relação entre humanos e animais de estimação fazem parte do espaço natural e humano, e conseqüentemente, dos assuntos relativos ao meio ambiente, os quais são objetos do jornalismo ambiental. No quarto capítulo, adentraremos a questão da domesticação e domesticidade animal e o antropomorfismo especificamente no objeto de estudo, o webjornalismo do portal *G1 Roraima*.

O jornalismo é a principal fonte de informação para a sociedade e a maneira como transmite as mensagens influencia de certa forma todo o corpo social. As notícias de jornalismo ambiental devem considerar a natureza e os seres não-humanos, pois comunicando ao público e considerando esses valores, podem conduzir a sociedade na forma de tratar o meio ambiente e todo conjunto que ele abrange (ALVES in ALMEIDA; ALVES, 2020). Através da produção e circulação de significados e conhecimentos, influencia e é influenciado pelo entendimento que a sociedade tem do mundo, na construção de valores, padrões de consumo, imagem que temos de outros grupos étnicos, culturais e sociais, e consequentemente, nos nossos valores diante da relação com os animais. Porém, o ponto de vista habitual dos meios de comunicação na maioria das vezes não leva em consideração a compaixão e os direitos dos animais não-humanos; não trata essa temática com ética e responsabilidade; nem traz um modo de pensar no animal sob sua perspectiva própria.

Selecionamos um veículo de comunicação local para pesquisa por proporcionar a análise da domesticação em um território de herança cultural amazônica, o que permite entender a relação entre mídia, território e cultura local. Especificamente, o *G1 Roraima* por possuir reportagens mais aprofundadas sobre os temas, nos quais é possível examinar questões antropocêntricas de domesticação animal. Inicialmente buscamos outros websites jornalísticos. Na etapa de pesquisa, levantamos também outras reportagens como, por exemplo, da *Folha de Boa Vista* on-line, porém o conteúdo no geral é bastante resumido, não permitindo análises detalhadas. Desta forma, ficamos somente com aquelas veiculadas no *G1 Roraima*. O jornalismo no formato on-line foi escolhido por possuir uma configuração específica que favorece a divulgação de notícias de jornalismo ambiental, permitindo o aprofundamento dos assuntos através de recursos multimedia e links para assuntos relacionados, como discutiremos mais detalhadamente no capítulo 4, subcapítulo 4.2 – Webjornalismo e meio ambiente.

Esperamos com esta pesquisa compreender como o viés antropocêntrico influencia o discurso de domesticação de comportamentos e domesticidade animal de sentidos na mídia. Levando em consideração a falta de estudos nessa área e a carência de material sobre o assunto, pretendemos contribuir com material para reflexões sobre o discurso jornalístico ambiental voltado para as relações humanas e seus animais domésticos. Para a sociedade,

seja como tutores de animais ou membros de associações de proteção, esperamos contribuir com a reflexão sobre nosso relacionamento para com eles, de forma a melhorar essa relação, ao constatar se tendemos a respeitar suas características e necessidades naturais, ou se acabamos por criá-los tão somente como uma extensão mimetizada da espécie humana.

2. ESTUDOS FENOMENOLÓGICOS, PÓS-COLONIAIS E ANIMAIS

No início do século XX, após décadas da influência grega e cristã na filosofia e ciências, e mesmo após o domínio do cartesianismo nas ciências exatas e naturais, no qual a explicação racional dos fenômenos era imposta, surgiu uma nova forma de pensar o mundo – a fenomenologia, o estudo e a descrição dos fenômenos. A palavra fenômeno, neste contexto, refere-se às sensações de fatos que alguém vivencie, experimente, seja através da percepção dos cinco sentidos ou através do pensamento e das emoções. Fenomenologia é o processo de “descrever objetos exatamente como os vivenciamos e para extrair filosofia do processo”¹⁴ (HAMMOND; HOWARTH; KEA, 1991, p.1). É o estudo de como as pessoas experimentam as coisas, seja com a mente, seja com o corpo ou ambas, e como distinguimos o que é real do aparente. O que importa, aqui, é a percepção de cada indivíduo sobre algum fenômeno, e cada um de nós pode ter percepções diferentes sobre o mesmo fato.

É interessante notar que os estudos pós-coloniais que surgiram em torno da década de 1970 também englobam essa discussão de pontos de vista dos diversos sujeitos sobre a realidade vivida, sendo que, neste caso, é à visão do colonizado que é dada a voz, é o ponto de vista do subalterno, seja ele de qual grupo for (raça, sexo, classe social etc.), que se pretende estudar. “O termo ‘pós-colonialismo’ pode geralmente ser entendido como as múltiplas respostas políticas, econômicas, culturais e filosóficas ao colonialismo desde sua inauguração até os dias atuais, e é um tanto amplo e extenso em escopo”¹⁵ (HIDDLESTON, 2009, p.1).

O pós-colonialismo é um movimento que envolve diversas contribuições teóricas, passando pelo marxismo e o pós-estruturalismo. O objetivo comum é dar voz ao subalterno, ao pesquisar a sua visão de mundo dos grupos colonizados, ao mesmo tempo em que se desconstrói a visão de mundo única e exclusiva do colonizador, através do reconhecimento das diferenças e ambiguidades dessas relações culturais e de poder, pois o mundo atual é um

¹⁴To describe objects just as one experiences them, and to extract philosophy from the process.

¹⁵ The term "postcolonialism" can generally be understood as the multiple political, economic, cultural and philosophical responses to colonialism from its inauguration to the present day, and is somewhat broad and sprawling in scope.

espaço de hibridismos e ambivalências, como um permanente espaço de fronteira (BHABHA, 1998).

As perspectivas pós-coloniais trazem na sua gênese a crítica sobre discursos ideológicos hegemônicos, ao dar espaço para as histórias de diferentes comunidades, povos e raças, revelando as ambivalências e os antagonismos presentes nos discursos das minorias versus as autoridades sociais impostas, testemunhando as forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno (BHABHA, 1998).

Nesse contexto, o debate sobre o antropocentrismo e a ética para com outras espécies animais ganha destaque, visto que se passou a refletir sobre a visão dos animais, seus sentimentos, suas necessidades e seu lugar no planeta e na sociedade. Não é mais somente a diferença entre culturas e sociedades que temos diante de nós, mas também a diferença entre espécies, entre humanos e animais. Essa relação e sua dinâmica passam a pautar os estudos pós-coloniais animais.

2.1 PARADIGMAS FENOMENOLÓGICOS E PÓS-FENOMENOLÓGICOS

Os estudos fenomenológicos retomam, de uma certa maneira, algumas premissas do empirismo, visto que ambas as propostas levam em consideração a experiência do sujeito perante os objetos. No entanto, as semelhanças param aí, porque o empirismo pretende analisar e explicar os fenômenos, enquanto a investigação fenomenológica pretende descrevê-los a partir das sensações e do ponto de vista de diversos sujeitos. E, partindo do princípio de que cada indivíduo é único e possui sua própria subjetividade, cada um possuirá uma descrição diversa de um mesmo fenômeno. “A consciência que tenho de construir uma verdade objetiva me daria apenas uma verdade objetiva para mim, meu maior esforço de imparcialidade não me faria dominar a subjetividade” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.476). Ou seja, na fenomenologia, não existe uma verdade absoluta, pois o que eu entendo do mundo, daquilo que vejo, não é igual ao que os outros apreendem como verdade. Não existe objetividade, pois esta está sujeita à interpretação de cada indivíduo.

Para Merleau-Ponty, não é possível separar as ciências do subjetivismo do observador, pois tudo o que entendemos sobre o mundo, mesmo que o aprendamos através de teorias científicas, passa por nossa visão ou pela de alguém que estudou e explicou determinados fenômenos. A percepção é o pressuposto anterior a qualquer explicação que pudermos desenvolver, anterior a qualquer dogma ou lei estabelecida cientificamente (MERLEAU-PONTY, 1999).

A fenomenologia não está de acordo com as ciências exatas no que se refere ao pesquisador, ao observador, pois estas não levam em consideração o sujeito que analisa os fatos, como se a explicação do mundo em que vivemos, seus fenômenos naturais, fosse independente do observador, como se os objetos possuíssem explicação por si só, sem julgamento de valor. As ciências exatas e naturais inclusive enxergam o sujeito como algo que atrapalha o objetivismo, pois o universo existe e possui uma explicação independente do ponto de vista desse sujeito (MORIN, 2005b).

Essa separação faz com que nos inclinemos a enxergar o subjetivo como algo interno, como nossos valores, e o objetivo como um fato dado, que pertence ao mundo. Mas eles não caminham separados. Terry Eagleton explica que sempre partimos de algum ponto de saber para explicar algo, para julgar com o que consideramos ser objetividade, mas que cada cultura compreende o mundo a sua maneira, e o que é um fato ou uma verdade para alguns, para outros não é (EAGLETON, 2003).

No âmbito da pesquisa, a fenomenologia leva em consideração a posição do pesquisador no contexto do discurso que analisa, a fim de obter uma maior compreensão dos fenômenos cotidianos. Nesse sentido, é diferente da pesquisa tradicional, pois esta já tem especificado aquilo que procura descobrir, enquanto o método fenomenológico usa da pesquisa aberta – não há uma definição do que se pretende revelar, mas sim a intenção de captar os fenômenos de acordo com o sentido que as pessoas dão aos mesmos. Se existir ambiguidade de respostas, isso não é um problema, pois o significado encontrado é aquele que as pessoas atribuem através de suas experiências – elas dão sentido e extraem sentido da sua realidade (ORBE, 1998).

Mark Orbe explica que o objetivo principal da pesquisa fenomenológica é determinar, a partir das descrições das realidades vividas coletadas, o que é essencial e o que não é. O pesquisador então reflete sobre as descrições oferecidas, para encontrar as características essenciais do fenômeno. Para tanto, essas pesquisas seguem três diretrizes norteadoras. A primeira é prestar atenção aos fenômenos conforme se revelam a cada observador; segundo, não tentar explicar os fenômenos, mas sim apenas coletar descrições com o máximo de detalhes da experiência vivida. E em terceiro, considerar todas as descrições importantes e com igual valor. Não existe um ponto de vista mais importante que outro (ORBE, 1998).

Os três passos no método fenomenológico – descrição, redução e interpretação – representam uma abordagem interpretativa para estudar a experiência de vida dos outros. O método ajuda os pesquisadores a ganhar entendimento de como as ocorrências diárias revelam as estruturas essenciais das experiências diárias dos outros. O objetivo da pesquisa fenomenológica [...] é pegar essas descobertas críticas e retorná-las para o mundo da vida no qual vivemos para incrementar o entendimento da comunicação humana.¹⁶ (ORBE, 1998, p.46, tradução nossa)

Isso é o que o autor chama de redução fenomenológica – transcrever as descrições, voltar a elas, lê-las até encontrar os denominadores comuns entre cada relato (redução) para então poder interpretar o material colhido.

Ora, se os fenômenos se explicam de acordo com a nossa percepção, e se cada um de nós possui um conjunto de pressupostos culturais, geográficos, políticos, sociais etc., que faz de nós ser quem somos com nossas características (sexo, etnia, classe social, país, religião, cultura, etc.), teremos diversas visões de mundo. Segundo Edgar Morin, esse é um processo que se retroalimenta, pois o mundo que apreendemos depende da nossa inserção naquela realidade e, ao mesmo tempo, essa realidade é co-criada pela percepção que temos dela:

Passo rapidamente sobre a necessidade de estabelecer uma dialógica entre organização e ambiente, objeto e sujeito. Volto ao ponto principal de minha pré-conclusão: é que temos de reconhecer o campo real do conhecimento. Ele não é o objeto puro, mas o objeto visto, percebido e co-produzido por nós. O objeto do conhecimento não é o mundo, mas a comunidade nós-mundo, porque o nosso mundo faz parte da nossa visão do mundo, que faz parte do nosso mundo. Em outras palavras, o objeto do conhecimento é a fenomenologia e não a realidade ontológica.

¹⁶The three steps in the phenomenological method – description, reduction, and interpretation – represent an interpretative approach to studying the lived experience of others. The method helps researchers gains understanding of everyday occurrences as they reveal the essential structures of the lived experience of others. The goal of phenomenological research (...) is to take these critical discoveries and return them to the lifeworld in wich we live to increase understanding of human communication.

Essa fenomenologia é a nossa realidade de seres no mundo. As observações feitas por espíritos humanos comportam a presença ineliminável de ordem, desordem e organização nos fenômenos microfísicos, macrofísicos, astrofísicos, biológicos, ecológicos, antropológicos etc. Nosso mundo real pertence a um universo do qual o observador nunca poderá eliminar as desordens nem ele mesmo (MORIN, 2005a, p.205).

Morin explica que toda essa complexidade abarca uma certa “desordem” da qual não é possível se livrar, pois não conseguimos explicar todos os fenômenos existentes de forma científica, e a nossa percepção só abarca aquilo que conseguimos experienciar. Nesse contexto, diversas visões de mundo se cruzam, um fenômeno é entendido no conjunto das descrições de diversos olhares, nas suas somas, diferenças e seus interstícios. A partir disso, o método fenomenológico avança para pressupostos complexos, capazes de abarcar as diversas subjetividades em suas nuances, pois não há apenas o eu e o outro, mas sim, outros – outros olhares, que podem ao mesmo tempo convergir em semelhanças em alguns pontos quanto divergir em outros:

O lugar do outro não deve ser representado, como às vezes sugere Fanon, como um ponto fenomenológico fixo oposto ao eu, que representa uma consciência culturalmente estrangeira. O Outro deve ser vista como a negação necessária de uma identidade primordial - cultural ou psíquica - que introduz o sistema de diferenciação que permite ao cultural ser significado como realidade linguística, simbólica, histórica (BHABHA, 1998, p.86).

Não existe apenas o eu e o outro, com opiniões estanques. Na visão pós-colonialista, somos parte de diversos grupos com pontos de vista que se afastam e se aproximam. Dessa forma, se sou mulher, branca, ocidental, atea, vivendo em uma metrópole, posso ter perspectivas semelhantes a outras mulheres, porém cristãs, budistas, agnósticas, ou semelhanças de pontos de vista com homens orientais e ateus, da mesma forma que podem existir opiniões divergentes entre cristãos ocidentais e orientais, e assim, infinitamente. O mundo atual é pautado pela pluralidade cultural, pertencemos a diversos grupos que se aproximam e se diferem. Bhabha afirma que a construção de sentidos se faz na negociação de oposições e antagonismos; ao dialogar com outros pontos de vista, a perspectiva do outro passa a fazer parte das nossas perspectivas, seja na soma do que se tem de igual, seja na soma das diferenças (BHABHA, 1998). As fronteiras dessas subjetividades são fluidas e a

ambivalência presente na diferença cultural acaba por fazer parte da construção de sentidos no mundo, sob o ponto de vista pós-colonial e pós-fenomenológico.

Bhabha explica que “tensões e ambivalências marcam esse lugar enigmático de onde fala a teoria” (BHABHA, 1998, p.47) e os sujeitos que controlam as narrativas (discursos colonizadores) estereotipam as manifestações discursivas dos discursos subalternos, o que acaba por provocar a presença do contraponto das narrativas destes últimos: no conceito de ambivalência, temos o fato de que falar do outro é falar com nós mesmos. Isto é, a construção de sentidos constrói também contra-saberes, o que leva a uma “negociação (ao invés de uma negação) de elementos oposicionais e antagonísticos” (BHABHA, 1998, p.48). Ou seja, o discurso do opressor nega aos subalternos suas diferenças culturais e de ponto de vista, nega-lhes aquilo que a pós-fenomenologia busca, os diversos olhares. É o que Bhabha chama de diferença cultural que surge da ambivalência da autoridade cultural ao tentar dominar através da supremacia (BHABHA, 1998). O próprio discurso dominante causa o processo compensatório de significação subalterna que os sujeitos dominados criam para manter suas perspectivas e não se sujeitar à autoridade cultural imposta. Se do ponto de vista fenomenológico, não existe perspectiva mais importante do que outra, a partir do método pós-fenomenológico, reconhecemos os discursos dos subalternos – a história contada pelo olhar do dominador não é mais a única “verdade” possível.

No que tange à pesquisa jornalística, os recortes fenomenológicos devem levar em consideração que cada fonte possui sua versão de um fato ou acontecimento, e que se deve deixar que cada uma delas relate sua visão, sem que um ou outro enfoque seja privilegiado (ORBE, 1998). O jornalista sempre terá seu ponto de vista sobre aquilo que pesquisa, que nem sempre coincide com o discurso das fontes, e não é possível reduzir esses mundos diferentes a um só discurso. O jornalista segundo Orbe, portanto, deve reconhecer como se posicionar em relação ao discurso que procura compreender (ORBE, 1998). Dessa forma, o discurso jornalístico precisa abranger com o máximo de fidelidade os pontos de vista das fontes envolvidas, para que o objeto em questão seja entendido o melhor possível sob as diversas perspectivas. O jornalista é aquele que, nesse processo de pesquisa pós-fenomenológica, sai do seu ponto de vista para colher as descrições dos pontos de vista das fontes, compreendê-

los, assimilar, trazer de volta para seu campo de experiência para só então, com sua bagagem e aquilo que apreendeu com outros, poder transcrever o fenômeno ocorrido.

Em reportagens sobre animais não-humanos, como estes não possuem fala própria, isto é, os animais não podem falar por si, é necessário considerar as fontes que representam os animais e “falem” por eles, desde tutores e protetores até profissionais da área, fontes especializadas, como veterinários e biólogos. Normalmente o discurso dominante costuma vir de fontes oficiais, como órgãos governamentais de controle populacional, como Centros de Controle de Zoonoses, por exemplo, no caso de populações de animais domésticos que vivem soltos nas cidades; outro exemplo são representantes de órgãos de controle sanitário da indústria agropecuária.

2.2 HOMI BHABHA, SUBALTERNIDADE E INTERSUBJETIVIDADES

Homi Bhabha (1998) é um dos críticos culturais mais conhecidos dos estudos pós-coloniais a respeito de discursos de contestação sobre a dominação colonial e os legados do colonialismo. Para o autor, o pós-colonialismo é representado pela manifestação dos discursos de interstícios no embate cultural, tendo como resultado a sobreposição e o deslocamento do domínio da diferença. Até então, a história colonial é estudada através do ponto de vista do colonizador, do poder dominante. O pressuposto era o de que ao colonizar outros povos, a cultura dominante era introduzida no novo local, numa via de mão única. Os estudos pós-coloniais desmitificam essa teoria, pois mostram que a diversidade cultural já existia tanto no processo colonizador quanto no processo de descolonização. Ambos, colonizador e colonizado são modificados nesse processo, absorvendo culturas diferentes e criando novos modos de vida. Já não é mais um versus o outro, mas sim novos modos de viver que assimilam a cultura dos grupos minoritários. Quanto mais se dissolve a tradição recebida de gerações passadas, mais as diferenças seriam redefinidas e negociadas, através das novas relações constitutivas. Segundo Bhabha, uma das consequências importantes diz respeito às percepções identitárias, cada vez mais fluidas e transitórias, em uma época de mobilidade das populações: migrações, imigrações, exílios etc (BHABHA, 1998).

É na emergência dos interstícios - a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença - que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação [nationness], o interesse comunitário ou a valor cultural são negociados. De que modo se formam sujeitos nos "entre-lugares", nos excedentes da soma das "partes" da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero etc.)? De que modo chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder [empowerment] no interior das pretensões concorrentes de comunidades em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável? (BHABHA, 1998, p.20).

Para Bhabha, falar de sujeito é falar da formação de sujeitos culturais híbridos. A subjetividade humana leva a sistemas de representação cultural que possuem contradições e ambivalências. Tentar transcender essa complexidade e procurar essencialismos, segundo Bhabha, é uma utopia do ponto de vista da cultura hegemônica (BHABHA, 1998).

No conceito de ambivalência, temos o fato de que falar do outro é falar com nós mesmos. Isto é, a construção de sentidos constrói também contra-saberes, o que leva a uma "negociação de elementos oposicionais e antagônicos" (BHABHA, 1998, p.48).

Nesse sentido, fazendo analogia com sujeitos representados no jornalismo, as fontes especializadas e oficiais são ambivalentes porque interpelam os sujeitos, comunidades vulneráveis e seus discursos cujos sentidos são compatíveis ou diferentes. Bhabha diz que os sujeitos dominantes controlam os discursos coloniais e estereotipam as manifestações discursivas dos discursos subalternos, o que acaba por provocar a presença do contraponto dos discursos destes últimos (BHABHA, 1998).

Bhabha afirma que existe um "jogo de forças" de dominação e resistência entre as diversas culturas. Mesmo que nos discursos não apareça claramente a posição dos subalternos, ela se manifesta no posicionamento cultural de embate ao discurso dominante, o que o autor chama de estratégia de imposição. A ambivalência do discurso dominante parte do fato de que esse discurso gera um discurso em contraponto, que subverte essa dominância, isto é, o próprio discurso dominante é a causa do seu contraponto: "A ambivalência na fonte dos discursos tradicionais sobre a autoridade permite uma forma de subversão, fundada na indeterminação que desvia as condições discursivas do domínio para o terreno da intervenção" (BHABHA, 1998, p.163). Bhabha descreve a tentativa de introdução da Bíblia na

colonização da Índia, para exemplificar esse jogo de poder discursivo: não houve adesão dos nativos colonizados ao livro, pois este estava escrito em inglês, e para que aceitassem lê-lo, exigiram sua transcrição para sua língua, pois não aceitavam que um livro divino viesse até eles através de uma obra do dominador inglês. Era uma forma de resistência à religião e à língua inglesa. Para converter os hindus, um Evangelho não somente traduzido, mas também “indianizado”, transcrito de forma a criar metáforas mais próximas da cultura local seria necessário, e com isso tornaria impossível o processo de catequização, visto que não extinguiria totalmente suas crenças originais, criando algo novo, híbrido. Esse é um espaço de negociação de autoridade cultural que desafia o discurso dominante (BHABHA, 1998).

Esse embate acaba por criar um terceiro discurso, que não é nem o do dominante e nem o discurso original do subalterno, e sim um terceiro que é a resposta desse subalterno, isto é, a tentativa de impor seu ponto de vista e ao mesmo tempo encontrar um entendimento com o poder dominante para que entrem num acordo:

O pacto da interpretação nunca é simplesmente um ato de comunicação entre o Eu e o Você designados no enunciado. A produção de sentido requer que esses dois lugares sejam mobilizados na passagem por um Terceiro Espaço, que representa tanto as condições gerais da linguagem quanto a implicação específica do enunciado em uma estratégia performativa e institucional da qual ela não pode, em si, ter consciência. O que essa relação inconsciente introduz é uma ambivalência no ato da interpretação. O Eu pronominal da proposição não pode ser levado a interpelar - em suas próprias palavras - o sujeito da enunciação, pois isto não é personalizável, e sim continua sendo uma relação espacial no interior dos esquemas e estratégias do discurso. O sentido do enunciado não é, literalmente, nem um nem o outro. Essa ambivalência é enfatizada quando percebemos que não há como o conteúdo da proposição revelar a estrutura de sua posicionalidade, não há como deduzir esse contexto mimeticamente do conteúdo (BHABHA, 1998, p.66).

Esse Terceiro Espaço permite que se desconstrua a representação dominante, culminando no hibridismo cultural construído na intersubjetividade e nos interstícios desses discursos. Nosso propósito é aplicar o método pós-fenomenológico desenvolvido por Homi Bhabha na análise de nosso objeto de estudo, ao alternar a análise de sentidos de um discurso a outro, identificando diferenças entre os discursos das fontes, as interseccionalidades entre seus pontos de vista e as ambivalências que eventualmente possam existir em cada um dos discursos das reportagens selecionadas. É interessante notar que mesmo fontes que falem por animais podem fazer parte de discursos dominantes, como veterinários vinculados a

órgãos públicos. Dessa forma, é no ato da análise dos discursos que conseguimos compreender quem é quem, quais são os discursos dominantes e como os discursos subalternos constroem suas falas de resistência.

Demello explica que esse jogo de dominação e opressão é o mesmo tanto para humanos quanto para os animais, e que os preconceitos e demais sistemas de opressão operam através dos mesmos mecanismos:

de acordo com muitos estudiosos, o sofrimento e a exploração dos animais e o sofrimento e a exploração humanos estão ligados. Em outras palavras, os mesmos sistemas de opressão que impedem os humanos de atingir seu pleno potencial, como o sistema de classes, o sistema de castas, o racismo ou a escravidão, também funcionam para oprimir os animais. O inverso também pode ser verdade: os sistemas de exploração animal encontrados, por exemplo, na indústria da carne ou na indústria biomédica também podem explorar alguns humanos enquanto obtêm lucro para outros humanos. Teóricas feministas e acadêmicas que estudam a desigualdade mostraram que os sistemas de exploração estão ligados. O racismo, por exemplo, não funciona no vácuo; está ligada ao sexismo, classismo e outros sistemas de opressão, como a homofobia. Uma mulher nativa americana, por exemplo, pode ser subjugada por sua posição como mulher e como nativa americana porque o racismo e o sexismo operam juntos e até reforçam um ao outro. Interseccionalidade, um termo emprestado da estudiosa feminista negra Kimberlé Crenshaw (1989)¹⁷, refere-se às maneiras pelas quais os sistemas de opressão trabalham juntos e reforçam uns aos outros. Os estudiosos de estudos humanos-animais agora usam esse termo para abordar os sistemas interligados de opressão que encapsulam animais e pessoas, como racismo, sexismo, homofobia, capacitismo e especismo.¹⁸ (DEMELLO, 2021, p.308-309, tradução nossa)

A autora reitera que um desses mecanismos de opressão é a chamada essencialização, que é nada mais do que imputar os mesmos comportamentos, sentimentos e pensamentos a

¹⁷ Crenshaw, K. 1989. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics." *University of Chicago Legal Forum* 1989, no. 1: 139–67.

¹⁸ According to many scholars animal suffering and exploitation, and human suffering and exploitation are linked. In other words, the same systems of oppression that keep humans from reaching their full potential, such as the class system, the caste system, racism, or slavery, also work to oppress animals. The reverse might be true as well: the systems of animal exploitation found, for example, in the meat industry or the biomedical industry can also be said to exploit some humans while gaining other humans profit. Feminist theorists and scholars who study inequality have shown that systems of exploitation are linked. Racism, for example, does not work in a vacuum; it is linked to sexism, classism, and other systems of oppression, such as homophobia. A Native American woman, for example, might be subjugated by her position as both a woman and a Native American because racism and sexism operate together and even reinforce each other. Intersectionality, a term borrowed from Black feminist scholar Kimberlé Crenshaw (1989), refers to the ways in which systems of oppression work together and reinforce each other. Human-animal studies scholars now use this term to address the interlocking systems of oppression that encapsulate animals as well as people, such as racism, sexism, homophobia, ableism, and speciesism.

determinados grupos, seja categorizando por raça, sexo ou espécie. Dessa forma, toda mulher é histérica por causa dos seus hormônios, todo homossexual do sexo masculino é afeminado, todos os baianos são preguiçosos, todos os gatos são individualistas e todos os tubarões são agressivos (DEMELLO, 2021). É uma maneira de desqualificar aqueles aos quais se domina ou pretende dominar. E uma das formas de desqualificar é associar pobres, minorias raciais, mulheres a termos animais, pois a natureza, nesses termos, é vista como pejorativa na medida em que é ligada ao que é selvagem, instintivo, não racional e, portanto, não humano ou humanamente inferior. E quando se trata humano enquanto animal, tanto se tratam humanos com menos do que merecem ser tratados, quanto se mantém um tratamento inferior àquele que os animais merecem, e ambas as formas de tratamento servem para manter os benefícios daqueles que se encontram no poder e justificar a submissão feminina, a escravidão humana e animal, e todo o tipo de exploração (DEMELLO, 2021).

2.3 VAL PLUMWOOD, IDENTIFICAÇÃO E DIFERENÇA

Se ao longo dos séculos os filósofos viam os animais como seres desprovidos de raciocínio e sentimentos, esse panorama foi mudando através do tempo. Com a modernização da ciência, novas técnicas de análise puderam ser introduzidas, e o que antes era somente parte de indagações filosóficas (mesmo que Descartes já fizesse seus experimentos anatômicos rudimentares) passou a ter dados corroborados pelas ciências biológicas. Dessa forma, foi possível afirmar, definitivamente, que os animais possuem capacidade cognitiva e sentimental. Inclusive muitos deles, como os golfinhos, porcos e alguns primatas, raciocínio avançado. Já as ciências sociais como a antropologia contribuíram para demonstrar que os animais também vivem em sociedade e possuem determinados hábitos considerados um modo próprio de cultura. Dessa forma, a subjugação dos animais com a justificativa de inferioridade intelectual deixa de ser tão plausível, ao se tomar o conhecimento de que cada espécie, a sua maneira, possui sistemas sociais complexos.

Val Plumwood (2002) retoma as discussões pós-coloniais de subalternidade sob o viés dos animais. Aqui, os subalternos são as outras espécies que se relacionam com os seres humanos. O respeito para com a natureza e os animais numa sociedade primordialmente

antropocêntrica permeia seus debates. Segundo a autora, o pensamento racionalista originado desde os filósofos gregos, de que seres humanos estão apartados e acima da natureza e dos outros animais, não possui mais razão de ser. Nos dias atuais, após todas as descobertas científicas sobre a inteligência e os sentimentos de outras espécies, e extensos debates passando pela filosofia construtivista de Derrida e pela bioética de Singer sobre sua capacidade de sentir, chegamos numa crise da cultura vigente, ocidental e capitalista, que situa os humanos à parte e acima da natureza, considerada inferior e à disposição da manipulação humana, tal qual uma propriedade, isentos de consideração ética (PLUMWOOD, 2009). Este tipo de postura não é mais uma opção viável, como bem explica Peter Singer, pois já temos a consciência de que os animais são seres sencientes que merecem um tratamento ético.

Plumwood afirma que a cultura antropocêntrica cria uma moralidade limitante, pois as pessoas inseridas nesse viés cultural percebem-se dissociadas da natureza, numa esfera à parte e superior, com uma ética própria diferenciada. Dessa forma, nos tornamos um perigo para a vida no planeta e para as questões ecológicas como a manutenção da flora e da fauna, pois enxergamos os outros seres como recursos disponíveis a serem explorados, como uma esfera inferior. Nessa visão limitada acabamos por crer que esses recursos são garantidos e inesgotáveis, sempre à nossa disposição (PLUMWOOD, 2002). Esse conceito cultural centrado no homem não é ecologicamente racional, visto que permite danos à natureza de forma irremediável.

Sua tese é a de que o modelo centrado no ser humano, além de ser um perigo para a natureza, é também um perigo para nós, nossa sobrevivência, visto que somos parte da natureza, vivemos nela, com ela e por causa dela. A cultura ocidental capitalista que legitimou tanto a exploração de humanos e de não-humanos, não leva em consideração que o sucesso medido por expansão e conquista, sem que haja recursos naturais que permitam a manutenção da vida no planeta, de nada vale (PLUMWOOD, 2002).

Segundo Plumwood, a atual maneira de nos relacionarmos com os animais e com a natureza é um impeditivo para que possamos encontrar novas formas de lidar com o meio ambiente a tempo de impedir que a situação ecológica piore:

O antigo modelo antropocêntrico que liga nossas relações com a natureza dentro da lógica do Um e do Outro nos impede de avançar para os novos modelos mutualísticos e comunicativos que agora precisamos desenvolver com tanta urgência para a nossa própria sobrevivência e a da natureza em uma era de limites ecológicos.¹⁹ (PLUMWOOD, 2002, p.122, tradução nossa)

Apesar desse sistema exploratório sem restrições ter funcionado no passado como forma de expansão colonial e domínio, sem nenhum respeito à natureza que poderia ter impedido suas conquistas, a estrutura da racionalidade centrada no homem chegou num ponto alarmante, numa crescente invasão de sistemas naturais dos quais somos dependentes. Vivemos numa época diferente, em que estamos próximos do esgotamento dos limites ecológicos, e a insensibilidade em relação à natureza se torna uma ameaça à nossa própria sobrevivência, não somente à sobrevivência de outras espécies. Impactamos cada vez mais os sistemas naturais, sem perceber o quanto somos vulneráveis enquanto espécie natural.

A lógica antropocêntrica que venho analisando tem sido confundida com racionalidade desde o Iluminismo, como mecanismo conceitual para obter o máximo do Outro que é a natureza. Mas uma análise dos pontos cegos cêntricos mostra que na verdade é o oposto da razão. Seguir essa lógica antropocêntrica será destrutiva para nós, na medida em que sejamos encorajados a não ter consciência da maneira como outros organismos sustentam nossas vidas, e que estamos enredados em ideologias de autocontenção, autoenclausuramento e autonomia que são ilusórias e hegemônicas.²⁰ (PLUMWOOD, 2002, p.118, tradução nossa)

No passado, o homem iluminista, ao se considerar o único ser racional existente, colocou-se acima da natureza e das outras espécies, e não procurou compreender o devido valor de cada uma delas no ecossistema, no meio ambiente, na manutenção da vida planetária. O antropocentrismo e o centramento na razão enquanto característica exclusivamente humana, implicaram na espécie humana fechando-se em si mesma, negando sua face biológica animal e enfraquecendo o senso ecológico, já que não nos consideramos parte da natureza, mas senhores dela, nos isolando com o intuito de explorá-la (PLUMWOOD,

¹⁹The old anthropocentric model that bind sour relationships with nature within the logic of the One and the Other prevent sus from moving onto the new mutualistic and communicative models we now sourgently need to develop for bothou row nandnature'survival in an age of ecological limits.

²⁰The anthropocentriclogic I have been analysinghás been mistaken for rationality since the Enlightenment, as conceptual machinery for getting the most out of the Other which is nature. But ananalysis of centric blindspots shows that it is actually the opposite of reason. Following that anthropocentric logic will be destructive for us to the extent that we are encouraged to be unaware of the way other organisms support our lives, and thatwe are enmeshed in ideologies of self-containment, self-enclosure and autonomy that are illusory and hegemonic.

2002). No antropocentrismo, dá-se ênfase ao que nos diferencia dos animais, e se despreza as características que nos assemelham e nos tornam parte da natureza:

Um ponto de vista antropocêntrico trata a natureza como radicalmente outra, e os humanos como enfaticamente separados da natureza e dos animais. Ele vê a natureza como uma ordem inferior hiper-separada, sem continuidade com o humano, e enfatiza as características que tornam os humanos diferentes da natureza e dos animais, ao invés daquelas que compartilham com eles, como constitutivas de uma identidade verdadeiramente humana. A cultura antropocêntrica endossa uma visão do humano como fora e separado de uma natureza plástica, passiva e "morta" que é concebida em termos mecânicos como completamente desprovida de qualidades como mente e agência que são vistas como exclusivas do ser humano.²¹ (PLUMWOOD, 2002, p.107, tradução nossa)

Nesse separatismo, qualquer característica ou qualidade que aproxime o humano da natureza ou da animalidade é desvalorizada, associando essas características a grupos sociais inferiorizados. Por exemplo, a reprodutividade nas mulheres é associada à "natureza", etnias indígenas são consideradas estágios primitivos de humanidade, enquanto aos grupos dominantes são associadas características de dominação e poder, de superação da condição natural. "Para todos aqueles classificados como natureza, como Outro, a identificação e a simpatia são bloqueadas por essas estruturas do Outro"²² (PLUMWOOD, 2002, p.107). A associação ao que é natural estende a discriminação que até então separava os animais dos seres humanos, para outros humanos, inclusive permitindo que se subjugue e escravize aqueles que são considerados animalizados, selvagens.

Essa visão instrumentalista do "Outro", que considera todas as outras espécies disponíveis para uso humano irrestrito é uma atitude declaradamente antropocêntrica de superioridade e de servidão. Plumwood afirma que sensibilidade e humildade para considerar os interesses das outras espécies são importantes como estratégia de combate ao

²¹An anthropocentric viewpoint treats nature as radically other, and humans as emphatically separated from nature and from animals. It sees nature as a hyper-separate lower order lacking continuity with the human, and stresses those features which make humans different from nature and animals, rather than those they share with them, as constitutive of a truly human identity. Anthropocentric culture endorses a view of the human as outside of and apart from a plastic, passive and 'dead' nature which is conceived in mechanical terms as completely lacking in qualities such as mind and agency that are seen as exclusive to the human.

²² For all those classed as nature, as Other, identification and sympathy are blocked by these structures of Othering.

instrumentalismo. Além disso, substituir a visão reducionista de meros recursos autômatos para respeitar as outras espécies enquanto seres vivos e sencientes (PLUMWOOD, 2002).

Para tanto, não é necessário que cheguemos ao ponto de tratar os animais assim como tratamos humanos – até porque isso é uma das facetas da visão antropocêntrica, o antropocentrismo – nem sermos obrigados a preferir salvar primeiro animais em qualquer situação de emergência, mas sim aceitar que existe uma responsabilidade em não encontrar justificativas para infligir sofrimentos aos animais não-humanos, pois estes, assim como nós, possuem interesse moral no não-sofrimento (FRANCIONE, 2000).

Uma das consequências do antropocentrismo é o tratamento antropomórfico que atribuímos aos animais. Quando valorizamos um animal, como os de estimação, tendemos a tratá-los de forma humanizada, como se isso fosse algo vantajoso. Antropomorfizar é encontrar de alguma forma características humanas, reais ou atribuídas, nestes animais, de forma a colocá-los num patamar acima daqueles outros que continuamos a tratar como meros objetos. Supostamente antropomorfizamos para beneficiar aqueles animais pelos quais sentimos afeto, no entanto, acabamos por negligenciar as necessidades específicas de sua espécie.

Essas facetas questionáveis do antropomorfismo estão presentes, por exemplo, quando animais como macacos no circo são vestidos como humanos e levados a comportamentos que não são os hábitos da sua espécie, negando suas diferenças e negligenciando suas necessidades. Este tipo de atitude é consequência de uma relação colonizadora, de domínio de nossa parte (PLUMWOOD, 2002). Plumwood alerta que o antropocentrismo se encontra velado até mesmo em ações que teoricamente visam o benefício de determinadas espécies de animais:

A preocupação com a falta de respeito pela diferença não humana pode validamente se estender para cobrir até mesmo tentativas bem-intencionadas de direitos dos animais de assimilar animais dentro do modelo da pessoa, em contextos onde não houve nenhuma tentativa associada de desconstruir o dualismo pessoa/propriedade formador do liberalismo.²³ (PLUMWOOD, 2002, p.59-60, tradução nossa)

²³ The concern about lack of respect for non-human difference can validly extend to cover even well meaning animal rights attempts to assimilate animals within the model of the person, in contexts where there has been no associated attempt to deconstruct the person/property dualism formative of liberalism.

O antropofornismo, portanto, seja com intenções sentimentais ou colonizadoras, é uma forma de negação da diferença. Em vez de conceder à natureza a dignidade e presença independente, a cultura antropocêntrica a trata como Outra, meramente como uma folha refratária ao ser humano. Definida em relação ao humano ou como uma ausência do humano, a natureza tem um status conceitual que a deixa totalmente dependente para seu significado do termo humano "primário". Assim, natureza e animais são julgados como "carência" em relação ao colonizador e desvalorizados como uma ausência de qualidades ditas essenciais, como a racionalidade. Consideramos os animais não-humanos inferiores porque acreditamos que lhes faltam raciocínio e reflexão ou pensamento abstrato, enquanto desconsideramos capacidades positivas que somente eles possuem. As diferenças sempre tendem a ser julgadas de forma negativa, com base na inferioridade, desprezando os benefícios da diversidade. A humanidade é a única espécie dotada da capacidade de colocar ordem através do progresso, da colonização e do uso irrestrito da natureza, considerada irracional e desordenada, tendo utilidade somente na medida em que possa nos servir (PLUMWOOD, 2002).

Plumwood enfatiza que o antropomorfismo possui um sentido geral, que é o da atribuição de características humanas a animais, pura e simplesmente, mas também assume um sentido com características específicas nessa atribuição:

Precisamos distinguir vários sentidos de antropomorfismo, incluindo sentidos gerais e específicos (...). É ambíguo entre atribuir a não-humanos características que os humanos possuem e atribuir a não-humanos características que somente os humanos possuem. Ambos os sentidos são problemáticos, de maneiras ligeiramente diferentes, quando usados para apoiar a afirmação de que a atribuição de características como subjetividade aos animais deve ser antropomórfica.²⁴ (PLUMWOOD, 2002, p.56, tradução nossa)

No primeiro caso de que algo é antropomórfico, se atribui características humanas aos não-humanos, o pressuposto é a existência de uma linha separativa bem definida entre as naturezas humana e animal, de forma a não se sobreporem. O problema é que muitas características consideradas somente humanas são atribuídas a determinados animais

²⁴We need to distinguish various senses of anthropomorphism, including general and specific senses. (...) It is ambiguous as between attributing to nonhumans characteristics humans have, and attributing to non-humans characteristics only humans have. Both senses are problematic, in slightly different ways, when used to support the claim that the attribution of characteristics such as subjectivity to animals must be anthropomorphic.

domésticos, àqueles que passam pelo processo de antropomorfização. Esse tipo de antropomorfismo é incorreto, não somente por causa dessa separatividade extrema, mas também por deslegitimar as subjetividades de espécies silvestres, por exemplo. O segundo sentido de antropomorfismo - atribuindo a não-humanos características que apenas humanos têm, nega na própria proposição qualquer tipo de subjetividade e intencionalidade aos animais, por considerar que estas características são exclusivamente humanas (PLUMWOOD, 2002). Um exemplo do primeiro caso é a afirmação clássica, oriunda desde dos antigos filósofos, de que só os seres humanos são dotados de raciocínio. Ou seja, aceitamos que nosso cachorro ou gato, os quais antropomorfizamos, raciocinem. Eles interagem conosco de uma forma que percebemos que estão analisando situações, como quando jogamos uma bolinha, e após algumas vezes, não jogamos nada e o cachorro percebe que está sendo enganado. Mas, neste caso, se apenas os animais aos quais atribuímos raciocínio possuem essa característica, não nos importamos se outros raciocinam. E isso permite que os usemos para quaisquer outros fins, como abater porcos e vacas para a indústria alimentícia. Já o segundo conceito é prejudicial no sentido de que nega a subjetividade animal, não respeitando sua individualidade e impondo características e comportamentos humanos aos mesmos. Outro exemplo em relação à antropomorfização de animais domésticos é o de usar perfume nos pets, ou calçados para que não sujem as patas ao caminhar nas ruas. Muitos deles ficam incomodados com esses costumes, o que não impede os tutores de insistir nesses hábitos.

Ambos os conceitos de antropomorfismo incorrem em erro pela imprecisão da representatividade da natureza de um animal específico ou de sua espécie. O antropomorfismo em si traz embutido como característica o centramento no humano, visto que é este a base de comparação com as outras espécies – sempre se volta ao humano para estabelecer padrões de comportamentos e características, negando respeito à diferença do animal, de forma a manter sua subordinação e colonização (PLUMWOOD, 2002). Dessa forma, o ser humano ao longo dos séculos selecionou quais espécies eram dignas de um “melhor” tratamento, considerando que esse tratamento considerado superior seria o mais próximo daquele dado a um humano, de acordo com a visão de cada época e cultura. E aquelas espécies para as quais não havia identificação, foram relegadas à margem por fazerem parte de uma natureza mais distante, selvagem, ou foram usadas e escravizadas na alimentação,

vestuário e transporte. De todas as formas, a classificação das espécies animais foram pautadas conforme o uso que lhes é dado, inclusive os animais domésticos.

Plumwood analisa os filósofos contemporâneos que se pretendem inclusivos, tal como o filósofo bioético Peter Singer. Ela critica o utilitarismo de Singer quando explica que nesta visão, há uma extensão mínima de reconhecimento a alguns animais, aqueles mais parecidos conosco. Ela afirma que esta é uma metodologia minimalista que mantém o status de superioridade humana, pois preconiza uma ética somente às espécies animais que podem ter consciência suficiente para serem consideradas uma espécie de "pessoa". "O minimalismo realmente não dissipa o especismo, apenas o estende e disfarça"²⁵ (PLUMWOOD, 2002, p.148). As outras espécies, no entanto, permanecem com potencial condição de propriedade. No minimalismo, as normas humanas ainda são a base de comparação e de ordenação hierárquica de importância e consideração ética. Uma das consequências desse separatismo de espécies consideradas com características mais próximas dos humanos e as outras, é a extrema separação entre animais de estimação e de abate que são criados para nos alimentar, e nos servir, sujeitados a um regime de produção em massa da fazenda industrial ou do laboratório. O animal doméstico passa a ser uma extensão do humano e desaparece enquanto espécie distinta, se antes o melhor tratamento que se poderia dar a eles era a valorização de qualidades específicas da espécie que colaboravam a estender habilidades humanas, como por exemplo vigiar residências e espantar outros animais, na atual configuração, o animal de estimação é tratado como um brinquedo ou humanamente infantilizado, totalmente dependente e sem autonomia, um "eu inferior" (PLUMWOOD, 2002).

O tratamento dado tanto aos animais de estimação quanto aos que nos servem sua carne são pólos de um dualismo que nos dá o aval para instrumentalizar a vida das mais variadas espécies, visto que nos consideramos amantes da natureza na medida em que criamos em nossos lares alguns animais como companhia. Acreditamos ser suficiente que esses animais tenham um tratamento ético, e continuemos a explorar outras espécies cujo fim natural é nos servir. Muitas de nossas contradições são explicadas por esse dualismo

²⁵ Minimalism does not really dispel speciesism, it just extends and disguises it.

animal de estimação/carne, como por exemplo, nossas afirmações de amar e respeitar os animais enquanto, ao mesmo tempo, criamos espécies que se alimentam de outros animais (PLUMWOOD, 2002).

De qualquer forma, na cultura antropocêntrica, os interesses humanos são considerados os únicos que possuem importância, negando à natureza uma agência, que quando existe, é criada de forma a coincidir com a dos seres humanos. Ao considerar inexistente e vazia de propósito a agência de outras espécies, o ser humano, explorador e colonizador, impõe seus próprios interesses. Somente quando a natureza serve ao ser humano/colonizador como um meio para seus fins é que ela encontra significado no antropocentrismo. Lidamos com ela de forma instrumental porque consideramos que implicações éticas se aplicam somente à esfera humana, ou seja, não há imposição de limites morais à ação humana, que pode prejudicar a natureza e outras espécies desde que não prejudique outros humanos ao fazê-lo (PLUMWOOD, 2002). Deste modo, a agência pós-colonial nos termos de Homi Bhabha, aplicada aos estudos animais especificamente à discussão das subalternidades impostas pelos humanos, implica em encontrar estratégias nas quais se possa dar voz aos interesses das outras espécies, e não somente aos interesses dos humanos ou que seja benéfico aos humanos. A preservação de determinadas espécies que não parecem influenciar no nosso meio ambiente direto, a defesa da libertação dos animais criados em circo e animais selvagens em cativeiro, dentre outras, são exemplos de agências de sobrevivência e insubordinação às vontades humanas.

2.4 LEONARDO BOFF E A ÉTICA DO CUIDADO

Val Plumwood defende uma ética ao lidar com os animais respeitando suas subjetividades e diferenças, tendo como motivação, em primeiro lugar, o bem-estar animal, mas salienta também o bem-estar da nossa espécie, visto que nossa atitude autocentrada de superioridade pode levar a um desequilíbrio ecológico que pode nos custar também a sobrevivência enquanto espécie. Tendo em vista este último ponto, a sobrevivência de nossa espécie, da natureza e do planeta, Leonardo Boff formula uma ética do cuidado. Este é o resultado de suas pesquisas para evitar uma possível catástrofe ecológica e humanitária. O

autor prega que o cuidado para com a natureza deve ser a estrutura norteadora da nossa relação com o planeta: “ou cuidamos da vida em todas as suas formas especialmente da vida humana, e de nossa Casa Comum, a Terra, ou podemos por em risco a nossa presença neste planeta” (BOFF, 2012, p.19). Nesse sentido, o autor compartilha das mesmas preocupações que Plumwood, pois também acredita que não somos seres apartados da natureza, mas sim, incluídos nela, uma peça no todo, mesmo sendo uma peça com um nível superior de raciocínio.

Boff propõe dois pilares para entregarmos um planeta habitável para as futuras gerações: a sustentabilidade e o cuidado. Quanto à sustentabilidade, ele salienta que política e ciência são controladas por interesses econômicos que se preocupam somente com lucros, e não com a vida do planeta. Com uma economia sustentável, que respeite os limites dos ecossistemas na busca do capital, é possível o não esgotamento das espécies e dos recursos naturais. Já o cuidado seria “uma relação amorosa, respeitosa e não agressiva para com a realidade e, por isso, não destrutiva” (BOFF, 2012, p.20). Como membros da natureza, temos a responsabilidade de proteger e também regenerar o que foi prejudicado. O cuidado é um novo paradigma de relacionamento entre humanos e as diversas espécies existentes. As mudanças propostas por Boff passam tanto pela esfera da estrutura do sistema econômico vigente quanto da educação cultural das novas gerações:

Se a sustentabilidade representa o lado objetivo, ambiental, econômico e social da gestão dos bens naturais e de sua distribuição, o cuidado denota seu lado subjetivo, as atitudes, os valores éticos e espirituais que acompanham todo esse processo, sem os quais a própria sustentabilidade não se realiza adequadamente (BOFF, 2012, p.21)

Ambos formam as ferramentas necessárias para minimizar a crise ecológica e climática que temos causado à natureza nos últimos séculos. Para Boff, são as crises que tornam possível rever comportamentos e encontrar oportunidades de crescimento para mudar e melhorar. O autor afirma que a crise ecológica na qual nos encontramos atualmente é o momento ideal para analisarmos as atitudes que tomamos até agora, o que causaram erros, quais foram os possíveis acertos, e realinhar atitudes para que um colapso total não ocorra futuramente.

A ética do cuidado abarca tanto um cuidado “natural-objetivo” quanto um cuidado “ético-consciente”. O primeiro é quase que um impulso natural, uma característica intrínseca de autopreservação, é a preocupação com a qualidade de vida, seja num âmbito pessoal subjetivo, como cuidar do corpo, da mente, das pessoas queridas, com amor, prevenção e preocupação, seja num âmbito planetário, cuidando do solo, da água, do ar e dos animais, preocupando-se com o futuro e se prevenindo contra danos e irresponsabilidades. Já o segundo tipo é um valor interiorizado de forma racional, que surge quando refletimos sobre a nossa responsabilidade pela saúde do planeta e decidimos que a natureza é um valor a ser preservado. Dessa forma, é transformado em propósito social e na medida em que é aplicado, vai se transformando em uma prática cultural (BOFF, 2012). Mas para que essa visão de cuidado e responsabilidade possa existir, seria necessário que a cultura antropocêntrica fosse repensada, visto que é a ideologia dominante. Antropocentrismo e ética do cuidado não são pontos de vista convergentes. A manutenção da natureza precisaria passar, portanto, por uma reformulação da cultura vigente.

O cuidado está ligado à manutenção da vida no planeta. O respeito à diferença no trato com as espécies não humanas de Plumwood e o cuidado ético de Boff são conceitos que, ao se unirem, complementam-se numa visão diferente do antropocentrismo, pois considera o ser humano como uma espécie na natureza, dependente e não apartado dela. As capacidades que nos fazem diferir de outros animais não nos tornam melhores ou mais especiais, e sim mais responsáveis com o meio ambiente e os animais, visto que temos a capacidade de refletir sobre o quanto podemos prejudicar ou proteger os recursos naturais existentes. Nossas características específicas, portanto, não nos habilita à exploração, e sim ao cuidado e à consciência do respeito pelas diferentes formas de vida do planeta.

Bhabha (1998) salienta que os discursos dos subalternos no mundo pós-colonial são estratégias de sobrevivência e resistência cultural, num planeta no qual o colonialismo tentou massificar a cultura hegemônica dos povos dominantes. No caso dos animais, que são sujeitos subalternos sem poder de fala, não há como desenvolverem tal defesa de sua subjetividade e hábitos naturais; resta, portanto, de acordo com Plumwood, a necessidade de que o ser humano repense a cultura antropocêntrica na qual se insere a fim de desenvolver um olhar mais justo para com as outras espécies. Boff vai mais além, salientando a necessidade de uma

agenda ambiental planetária, que visa a conservação da natureza para que o planeta não entre em colapso. O Jornalismo Ambiental é uma ferramenta importante de divulgação desse agenciamento, capaz de dar voz às questões importantes do meio ambiente, ecologia e animais, através do levantamento de assuntos ambientais que informem seu público sobre a importância dessas questões.

3. O JORNALISMO AMBIENTAL E OS ANIMAIS

Temáticas ambientais vêm sendo pauta de diversas reportagens nas últimas décadas. A imprensa diária costuma dar espaço, principalmente, para problemáticas como os diversos tipos de poluição, exploração desenfreada de recursos naturais, crimes ambientais, e alimentação comprometida por agrotóxicos e transgênicos. Além disso, acidentes ambientais ganham um grande espaço na mídia, sejam aqueles causados por ações humanas, como o de Chernobyl²⁶ na Rússia e o rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais²⁷, quanto catástrofes naturais como terremotos, furacões e tsunamis²⁸. Além desse tipo de reportagem marcada por tragédias ambientais, programas documentais que exibem a vida selvagem nos canais de TV, como Globo Repórter, Discovery, Animal Planet e National Geographic costumam cativar o público. Essa vertente sensacionalista da mídia ambiental costuma ser, no geral, uma visão rasa sobre os assuntos abordados, que não engloba uma apuração sistêmica das causas e consequências dos fatos.

No entanto, o jornalismo ambiental não se limita somente a assuntos sobre desastres naturais e vida na natureza selvagem. Como toda forma de expressão jornalística, contempla várias mídias e mantém as mesmas características de atualidade e periodicidade de outras produções da área, focando, exclusivamente, nas temáticas relativas ao meio ambiente (BUENO, 2008).

É interessante notar que quando se fala em meio ambiente, associa-se geralmente a uma questão geográfica ligada à natureza menos imediata, como a floresta amazônica, Pantanal, e outros biomas nos quais animais não domesticados e até mesmo selvagens habitam, além de vegetação pouco tocada pelo ser humano. No entanto, essa é uma confusão que se faz entre o conceito de meio ambiente e o de natureza. A natureza com sua fauna e flora faz parte do meio ambiente, porém este é um conceito bem mais amplo, que engloba também as cidades, a cultura (inclusive a urbana) e a ecologia, que é pautada em questões sociais envolvendo natureza e comportamento humano (GERN; LIMA, 2018).

²⁶<https://www.nationalgeographicbrasil.com/2019/06/o-que-aconteceu-desastre-chernobyl-uniao-sovietica-ucrania-energia-nuclear>

²⁷<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/18/brumadinho-mg-tres-anos-depois-o-que-mudou>

²⁸<https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/os-desastres-naturais-que-impactaram-o-mundo-recentemente/>

O meio ambiente é um complexo sistema que interliga e sustenta as relações de todas as formas de vida, não é apenas o meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes etc.). Interações sociais, culturais e manifestações sociais como sistemas econômicos e políticos nos quais vivemos e interagimos fazem parte do meio ambiente (BUENO, 2008).

Portanto, o jornalismo ambiental é uma ferramenta que tem o poder de exhibir ao público questões complexas que mostram como os seres humanos e suas ações, os recursos naturais e os seres não-humanos estão interligados, para que as pessoas sejam capazes de participar e decidir sobre sua forma de viver e definir como exercer sua cidadania frente o meio ambiente e o planeta, contribuindo para a análise das consequências políticas, sociais, culturais e éticas de suas decisões (BUENO, 2008).

É possível nesse tipo de jornalismo, fazer uso tanto da existência de mídias específicas sobre questões ambientais (programas de TV, de rádio e revistas), quanto de matérias jornalísticas específicas, veiculadas nas diversas mídias e em diversos seguimentos editoriais, pois a relação do meio ambiente se estende a diversos assuntos, como educação, economia, política, dentre outros:

A Comunicação Ambiental e o Jornalismo Ambiental se interessam por um número formidável de pauta e questões o que, certamente, define esses campos como multi e interdisciplinares, já que, para seu entendimento, concorrem vários saberes e competências. A multiplicidade tem impacto na própria cobertura do meio ambiente pela mídia, de tal modo que se pode contemplar matérias em vários cadernos, editoriais ou veículos (cidades, política, economia, ciência, tecnologia, saúde, etc.). Essa generosidade temática não pode afastar o comunicador e o jornalista ambiental de uma visão sistêmica, ou seja, eles precisam ter presente que as pessoas, a natureza, o meio físico e biológico, a cultura e a sociedade estão umbilicalmente conectados (BUENO, 2008, p.164).

O desafio, portanto, é o de conectar a cobertura de assuntos específicos ao problema geral, isto é, independente de qual seja o assunto ambiental, terá impacto em várias questões, que precisam ser esclarecidas. Uma reportagem sobre a contaminação de rios por pesticidas, por exemplo, não lida somente com a poluição, mas com a saúde das populações atingidas, a contaminação do solo irrigado por esses rios degradados (que não são, necessariamente, o local de origem no qual a contaminação iniciou), questões políticas de liberação de

agrotóxicos e econômicas, devido aos interesses dos comerciantes de pesticidas envolvidos, dentre outras.

Apesar da complexidade de assuntos e ligação com tantas áreas da vida em sociedade, o jornalismo ainda explora pouco a questão ambiental. Ora os assuntos são restritos a algumas temáticas, como por exemplo, explorando lugares de natureza exótica²⁹, ora são questões fragmentadas, fora do contexto geral, e muitas vezes pautadas por interesses mercadológicos (GERN; LIMA, 2018). Dessa forma, uma reportagem sobre poluição de rios ou extinção de alguma espécie animal dificilmente vai abarcar todas as questões envolvidas no problema.

Isso ocorre porque ao cobrir questões ambientais, jornalistas procuram principalmente autoridades e fontes oficiais acessíveis e respeitáveis. Esse é o senso comum, que infelizmente acaba por tornar a reportagem tendenciosa, por não dar voz a todos os envolvidos no assunto. Fontes oficiais costumam priorizar o ponto de vista do poder vigente, pautado no capitalismo e no uso da natureza como instrumento de progresso, e o ponto de vista sustentável é visto como um impedimento ao lucro desmedido. Assim, aqueles repórteres que procuram se aprofundar no assunto, vasculhar arquivos e entrevistar fontes com pontos de vista dissidentes são, por um lado, condenados pela "perda da objetividade" (FROME, 1998). Por outro lado, a especialidade é muito comum e legitimada nas reportagens sobre meio ambiente. Todavia, Bueno enfatiza que o saber ambiental "é resultado da articulação de múltiplos saberes" (BUENO, 2008, p.110) e não privilégio somente de instâncias especializadas.

As reportagens sobre animais costumam abarcar, em sua maioria, pautas sobre a "vida selvagem", seja mostrando como determinadas espécies vivem, seja sobre a questão da extinção de espécies. Nas reportagens sobre a vida dos animais é comum o tratamento antropomorfizado, isto é, a comparação das atitudes dos animais em relação ao comportamento humano, encontrando semelhanças que os aproximem, de forma a gerar empatia e interesse através de uma identidade comum. Espécies de maior interesse ou maior

²⁹ Programas como o Globo Repórter do canal de Tv aberto Rede Globo, e canais por assinatura como Discovery e NationalGeographic são exemplos de programas que comumente exibem reportagens sobre a natureza selvagem.

semelhança com os seres humanos são preferidas, em detrimento de espécies que não são consideradas importantes, até mesmo descartáveis (SILVA, 2016).

Quando são tema de reportagens, animais domésticos costumam aparecer sob o viés antropocêntrico nos casos em que a ênfase é na relação de dominância do ser humano enquanto proprietário do “objeto” animal. E até mesmo antropomórfico quando a ênfase é no comportamento animal como se humano fosse. Por exemplo, em uma das reportagens que analisamos, *Animais de estimação de Roraima fazem sucesso nas redes sociais*³⁰, podemos verificar a humanização dos animais através do uso de roupas e perfis em redes sociais. Esse viés antropomórfico é uma forma de identificação e simpatização com a notícia que será veiculada, aproximando os animais dos padrões da nossa sociedade e atribuindo-lhes valores que nos aproximem através da tolerância e simpatia (SILVA, 2016). No entanto, conforme Plumwood (2002), esse tipo de estratégia de identificação através do antropomorfismo não prioriza o ponto de vista do animal. Cabe ao jornalismo ambiental pontuar esses discursos também com fontes que falem por eles, como ocorre na reportagem referenciada, através da entrevista com o veterinário que discorre sobre esse tipo de prática.

Redmalm (2021) tem um pensamento interessante que explica o porquê dos animais domésticos, embora configurarem enquanto parte do meio ambiente, não serem costumeiramente notícia (a menos que ataquem alguém, sejam vetor de alguma doença ou pratiquem alguma ação extraordinária): culturalmente, temos necessidade de categorizar e classificar tudo o que conhecemos, e o que foge aos padrões, as anomalias, são ignoradas, evitadas ou destruídas:

Animais de estimação são criaturas liminares: levam uma vida no limiar entre a natureza e a cultura; eles vão e voltam entre esses dois domínios e lembram aos humanos que a fronteira entre eles é porosa (REDMALM, D. In DEMELLO, 2021, p.201-202, tradução nossa)³¹.

³⁰ G1RR. Hora do pet: animais de estimação de Roraima fazem sucesso nas redes sociais. Boa Vista: Organizações Grupo Globo, 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8136919/>. Acesso em: 26 dez 2021.

³¹ Pets are liminal creatures: they lead a life on the threshold between nature and culture; they pass back and forth between these two domains and remind humans that the boundary in between is porous.

Ou seja, como os animais de estimação estão numa fronteira híbrida, são parte da natureza, mas também são parte da nossa cultura cotidiana, nossa família, sendo considerados tanto humanos (antropomorfização) quanto animais, são anômalos e, enquanto anomalia, assunto complexo a se tratar. Seria um ponto sensível, um “vespeiro a se mexer”, por suscitar questões de direitos animais sobre os quais não é conveniente suscitar.

O jornalismo reitera como as coisas são, e como elas devem ser de acordo com os interesses daqueles que estão no poder e se beneficiam da exploração animal (JOY, 2014). São padrões de comportamento e pensamento que reproduzimos e foram estabelecidos em nossas vidas tão cedo que não éramos capazes de questionar se eram certos ou errados. E se fazemos a menção de qualquer pensamento ou atitude par sair dessa bolha, uma rede defensiva se faz presente (JOY, 2014). E o jornalismo ambiental muitas vezes faz parte dessas medidas protetivas, pois quanto vemos de interesse em divulgar o que ocorre nos matadouros, o sofrimento animal e humano envolvido, pois tanto aqueles que morrem quanto aqueles que os matam vivem em condições precárias? Quanto existe de interesse em mostrar o impacto das criações intensivas na devastação da natureza, na poluição do meio ambiente?

Suscitar o debate sobre direitos dos animais de estimação é suscitar o debate sobre os direitos de todos os animais. E qual é a forma de lidar com esse assunto sem trazer à pauta os direitos de outros animais, se muitas espécies consideradas comestíveis, como os porcos, já ocupam um vasto espaço na vida de muitas famílias? Ou até mesmo os cachorros, que são alimento em outras culturas? A maneira de jogar o carnismo para baixo do tapete é antropomorfizar o animal de estimação, é elevá-lo à categoria “quase” humana, para que não seja visto, neste caso, como qualquer outro animal e, portanto, possuidor de determinados direitos que os outros não possuem, assim como o é com os animais humanos.

3.1 JORNALISMO AMBIENTAL: PRINCÍPIOS E TÉCNICAS

O Jornalismo Ambiental tem como base os preceitos gerais do jornalismo tradicional, mas possui suas peculiaridades. A apuração e a exploração dos dados que envolvem o tema precisam ser mais detalhadas, pois questões ambientais possuem diversas áreas envolvidas tanto em suas origens quanto em suas consequências. Dessa forma, é preciso ir além do fato em si, fornecer histórico, evidências e traçar diagnósticos sobre o assunto. É através dessa postura responsável e crítica que o jornalismo ambiental pode ajudar a construir saberes ambientais (GIRARDI; SCHAWAAB; MARCONDES, 2008).

O objetivo do jornalismo ambiental não é somente a divulgação de fatos, pois lida com questões importantes para a vida no planeta. E quando falamos em vida, não nos referimos apenas à vida vegetal e aos animais em extinção, mas sim, a de todos nós, pois tudo o que acontece no planeta está interligado e afeta todos os seres. As ações humanas são as que mais impactam no meio ambiente. Como o jornalismo ambiental analisa os efeitos da atividade humana e seus impactos, torna-se importante contribuir na difusão de temas complexos, implicados em questões políticas, sociais, culturais e éticas, contribuindo no desenvolvimento da capacidade das pessoas entenderem e decidirem sobre cidadania planetária, como querem viver e assumir sua responsabilidade ecológica (BACCHETTA, 2000, in GIRARD et al, 2018).

Portanto, mesmo bebendo da matriz do jornalismo tradicional, é diferente deste, pois o mero relato de um fato não cabe no jornalismo ambiental, este requer um posicionamento diante dos acontecimentos, uma determinada postura que vai além do paradigma da objetividade jornalística:

O jornalismo ambiental precisa ter um caráter revolucionário, comprometido com a mudança de paradigmas, deve enxergar além das aparências e não ser complacente com aqueles que se apropriaram da temática ambiental para forçar ou reforçar a imagem (BUENO, 2007, p.17).

A isenção não é a tônica dessa especialidade do jornalismo, sua proposta é criar um engajamento político, social e cultural que seja mola propulsora de mudanças sociais em prol do meio ambiente, contribuindo para resistir às investidas de grandes interesses e pressões

de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, que muitas vezes são patrocinados ou reféns de interesses mercadológicos (BUENO, 2008).

Outra característica conceitual do jornalismo ambiental é sua militância, no sentido de que possui o compromisso de conscientizar e mobilizar as pessoas, fazê-las pensar sobre questões importantes. Informação é poder, e ao trazer para a população o conhecimento dos problemas do meio ambiente, permite que se supere desigualdades, inclusive com a denúncia dos grandes interesses. Não é possível ser neutro, é preciso tomar partido para investigar as causas e as consequências de ações que degradam o meio ambiente em benefício de grupos econômicos (BUENO, 2007). O objetivo aqui não é o da notícia pura e simples, a informação em si, mas a interpretação dos fatos, a capacidade de, a partir da notícia, compreender e transcrever para o público todas as imbricações existentes, as causas, os conflitos, todas as questões envolvidas e seus possíveis desdobramentos:

A escrita ambiental alcança mais fundo, com início, meio e fim integralmente unidos. Não pensa apenas em Quem, O Que, Quando, Onde, Por que e Como, mas em uma espécie em vez de um animal, uma floresta em vez de uma árvore e um ecossistema junto com espécies e floresta. Ele examina sistemas interligados que tocam todos os aspectos da vida: ciência, botânica, biologia, economia, história, política, ética e religião. Não é necessário conhecê-los todos, mas a capacidade de fazer perguntas e digerir respostas é uma habilidade em si, a base da escrita com amplitude e perspectiva³² (FROME, 1998, p.22, tradução nossa).

Para tanto, o jornalista deve ser capaz de transitar entre os pontos de vista dos variados sujeitos, das variadas fontes, para entender a questão como um todo. É preciso dar voz às diversas perspectivas, assimilá-las, entendê-las para só então, poder montar um quadro mais completo (e mais complexo) de uma questão. Segundo Wyss (2008), o jornalista ambiental tem a responsabilidade de balancear a objetividade da notícia com a defesa das questões ambientais. O rigor jornalístico se faz presente, por mais que tenha apreço pela defesa das causas ecológicas.

³²Environmental writing reaches deeper, with beginning, middle, and end integrally joined. It thinks not simply of Who, What, When, Where, Why, and How, but of a species instead of an animal, a Forest instead of a tree, and naecosystema long with species and forest. It examines interlocking systems that touch every aspect of life: science, botany, biology, economics, history, politics, ethics, and religion. It is not necessary to know the mall, but the ability to ask questions and digest answers is a skill in itself, the basis of writing with breadth and perspective.

Dessa forma, apesar de possuir a mesma base teórica, é diferente do jornalismo tradicional, pois suas diretrizes são baseadas em um posicionamento na forma de ver o mundo, uma consciência ecológica frente à posição dominante na sociedade. Relatar e escrever se tornam então extensão de uma postura específica. Poderíamos classificá-lo como uma espécie de serviço social, que dá voz às lutas e demandas e revela honestidade, credibilidade e propósito. Quase sempre envolve de alguma forma, em algum lugar, risco e sacrifício (FROME, 1998), visto que o jornalista é o profissional do qual se costuma esperar neutralidade e objetividade, e posicionar-se pode causar, em alguns casos, a perda da credibilidade. Além do que, esses jornalistas acabam lidando com interesses de grupos hegemônicos que não tem interesse algum nas denúncias efetuadas, correndo até mesmo risco de vida.

Jornalismo ambiental e saber ambiental não são uma exclusividade dos que detêm o monopólio da fala, nem de interesses de quem financia veículos de comunicação, deve estar em sintonia com o pluralismo e a diversidade.

O jornalismo é uma instituição essencial responsável por responsabilizar os poderosos, informar e educar o eleitorado, reforçar os valores da sociedade, servir como fórum para o debate cívico sobre questões essenciais e definir a agenda pública. Para que o jornalismo seja bem-sucedido e responsável como profissão, para servir ao interesse público em uma sociedade democrática, ele deve falar a verdade ao poder; representar de forma justa uma gama diversificada de perspectivas relevantes, incluindo vozes marginalizadas; trabalhar independentemente da influência econômica e dos interesses adquiridos; prestar contas ao público; e minimizar danos indevidos aos seres vivos.³³(LINNÉ, 2016, p.257, tradução nossa)

O jornalismo ambiental deve analisar todas as nuances de uma questão, dando voz tanto ao acadêmico, ao técnico, ao cientista, quanto ao pescador, o trabalhador rural, a população envolvida. Suas fontes englobam todos os envolvidos e afetados pelo assunto, é necessário, portanto, compatibilizar visões, experiências e conhecimentos (BUENO, 2008). No

³³ Journalism is an essential institution responsible for holding the powerful accountable, informing and educating the electorate, reinforcing society's values, serving as a forum for civic debate on essential issues, and setting the public agenda. For journalism to be successful and responsible as a profession, to serve in the public interest in a democratic society, it must speak truth to power; fairly represent a diverse array of relevant perspectives, including marginalized voices; work independently of economic influence and vested interest; be accountable to the public; and minimize undue harm to living beings

caso dos animais, são sujeitos desprovidos de voz, nesses casos, entrevista-se fontes que falem pelos animais, como associações protetoras, ONGs, zoólogos e veterinários, por exemplo.

A produção das notícias no jornalismo ambiental esbarra também no problema da fragmentação da produção jornalística, que acaba por limitar sua cobertura, pois as questões ambientais são complexas, um conjunto de saberes que forma todo um sistema:

O saber ambiental tem sido penalizado pelo chamado mosaico informativo que caracteriza a produção midiática, que lhe retira a perspectiva integrada e a sua dimensão histórica, contemplando-o a partir de fragmentos de cobertura que descartam o contexto, as conexões e, portanto, o verdadeiro “ethos” deste campo (BUENO, 2007, p.17-18).

A segmentação da informação jornalística em temas, cadernos e editoriais não ligados entre si compromete o olhar em perspectiva, do saber ambiental como um todo, o que acaba por criar olhares parciais que geram visões equivocadas dos problemas e suas soluções (BUENO, 2007). Quando se reduz a cobertura ambiental a um recorte (econômico, científico, político, etc.), são criadas leituras inadequadas sobre a questão, pois a informação limitada acaba por legitimar conceitos inadequados (BUENO, 2008). Um exemplo relativo à domesticação de animais é o uso do termo “dono” para se referir a tutores de animais domésticos, o que acaba por estabelecer uma relação de posse entre o ser humano e o animal, como se este fosse um objeto. Esse tipo de leitura permite que as pessoas se sintam no direito de tratar os animais que criam como bem entenderem, inclusive com maus tratos, simplesmente por lhes pertencer.

Para transcender essas limitações, físicas no caso do espaço em mídias impressas, e conceituais, nas quais os assuntos são divididos em pautas definidas e não se limitam a criar reportagens parciais, o jornalista ambiental acaba por migrar para formatos de mídia que possibilitem explorar todas as perspectivas do assunto, como livros, revistas especializadas e, mais recentemente, o webjornalismo, que através de seu espaço não limitante e a possibilidade de efetuar ligações com outras reportagens e arquivos, torna possível abranger a totalidade do que está envolvido no problema.

3.2 WEBJORNALISMO E MEIO AMBIENTE

Organizações jornalísticas encontraram nos sites uma opção diferenciada no modo de fazer notícia. Se no jornal impresso o espaço delimita o assunto, sendo necessário muitas vezes efetuar cortes e edições para que a reportagem se encaixe, na web é possível escrever de forma mais livre, sem recortes (CANAVILHAS, 2006). O jornalismo ambiental se beneficia especialmente desse formato, visto que é possível cobrir as diversas nuances de uma mesma notícia, seja na mesma página, através de subitens com diversos desdobramentos, quanto através de links para outras notícias de assuntos associados ao tema.

Os sites da Internet podem abrigar diversas histórias interligadas entre si, fatos históricos relevantes para determinado assunto, permitindo que os consumidores de notícias obtenham muito mais informações do que se pode oferecer em páginas impressas, programas de rádio ou TV, inclusive com opções de comunicação bidirecional, nas quais os leitores podem interagir ajudando a produzir notícias (WYSS, 2008). Leitores podem ser fonte de novas pautas que darão origem a novas reportagens como, por exemplo, denunciando crimes ambientais e maus tratos a animais.

Além disso, a internet abriu espaço para que outros materiais, como fotos extras, áudios, vídeos, documentos e bancos de dados inteiros fiquem disponíveis. Uma página de um site que possui uma reportagem, nunca é um assunto fechado, pois pode servir de ponto de referência para histórias subsequentes sobre o assunto, ou possuir links que levem a detalhes sobre fatos específicos ou a assuntos diversos que se relacionam ao primeiro de alguma forma (WYSS, 2008). É comum ir além da notícia, como é o caso da reportagem analisada *Veja como preparar o cachorro para a chegada de um bebê em casa*³⁴.

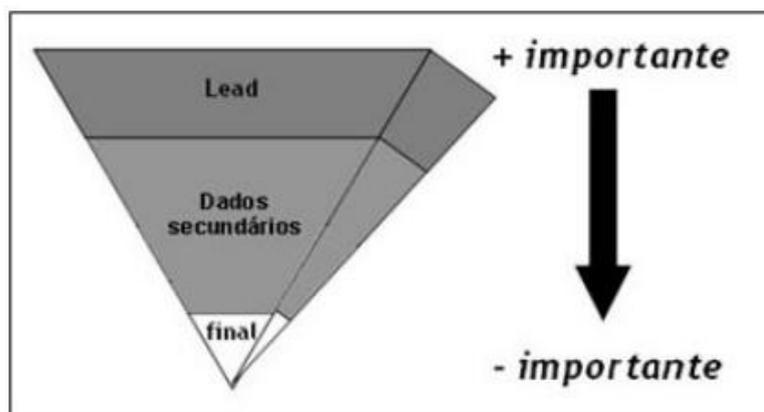
A web caiu como “uma luva” para o Jornalismo Ambiental, por permitir que a complexidade de seus assuntos seja retratada em um nível mais detalhado. Por não possuir limitação de espaço e permitir links para diversos assuntos correlatos, histórico e desenrolar dos fatos através de suítes, é possível criar várias camadas da notícia, do fato em si até outros níveis de aprofundamento. Nesse contexto, a técnica da pirâmide invertida, utilizada no

³⁴ G1RR. Hora do pet: Veja como preparar o cachorro para a chegada de um bebê em casa. Boa Vista: Organizações Grupo Globo, 2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8403518/>>. Acesso em: 01 out. 2020

jornalismo impresso deixou de fazer sentido, pois o espaço disponível na internet é virtualmente ilimitado:

A técnica da pirâmide invertida pode resumir-se em poucas palavras: a redacção de uma notícia começa pelos dados mais importantes – a resposta às perguntas O quê, quem, onde, como, quando e por quê – seguido de informações complementares organizadas em blocos decrescentes de interesse (CANAVILHAS, 2006, p.5).

Figura 01 – Pirâmide invertida



Fonte: CANAVILHAS, João. Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada

Se a web possibilita um olhar mais amplo às reportagens que a mídia impressa não tinha como promover, continuar com o uso de técnica da pirâmide invertida na internet é não permitir que uma das formas mais interessante das suas potencialidades seja explorada – a livre navegação entre os diversos assuntos que compõem a notícia (CANAVILHAS, 2006), como por exemplo, desdobramentos possíveis de um determinado fato. Se o jornalismo impresso não permitia que uma pauta ambiental do caderno Cidades tivesse desdobramento na seção de Economia, ou de Política, por questões de espaço, na web é possível efetuar o link entre todos esses assuntos. O espaço é virtualmente infinito e permite que o jornalista disponibilize novos horizontes de leitura, seja através de pequenos textos explicativos anexos, links para aprofundamento de determinado tópico da notícia, imagens, vídeos, áudios e documentos, isto é, elementos multimídia que permitem diversas camadas de informação (CANAVILHAS, 2006).

Dessa forma, o leitor é quem “dá as cartas”. Ele pode escolher a leitura rápida da notícia em si, ou se aprofundar em tópicos diversos sobre o assunto, seja através de outras informações escritas, seja através dos recursos multimídia. Isso possibilita ao Jornalismo Ambiental abarcar todas as questões históricas, econômicas, tecnológicas, culturais, sociais e de qualquer outra natureza que componham a situação que está sendo divulgada. O webjornalismo permite que o profissional não se limite a formatar a notícia para caber num espaço pré-definido, mas que se preocupe com sua estrutura, seus componentes informativos, visto que o espaço virtual é ilimitado (CANAVILHAS, 2006). Para o jornalismo ambiental, é o espaço perfeito de atuação, pois proporciona a possibilidade inclusive de manter o assunto através do tempo – uma notícia de hoje pode se tornar o histórico de um acontecimento daqui alguns anos, e fazer parte do contexto inicial que deu origem a novos fatos, inclusive sendo referenciada numa próxima reportagem.

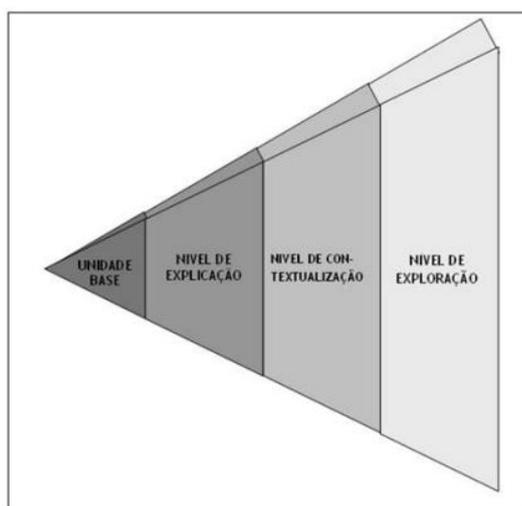
Utilizar a técnica da pirâmide invertida limita o leitor à mesma experiência do jornal impresso (CANAVILHAS, 2006). Ainda assim, é preciso estruturar a notícia de acordo com todos os tópicos envolvidos no assunto. É necessário dar ao leitor as informações básicas para o entendimento do fato, e somente então aprofundá-lo. Para tanto, uma nova técnica foi desenvolvida, chamada pirâmide deitada, na qual ainda existe uma hierarquia de níveis da notícia, sendo a unidade de base as informações essenciais (o quê, quando, quem e onde), o segundo nível, de explicação, informando como aconteceu e por que o fato aconteceu. O terceiro nível, de contextualização, entra com os elementos adicionais disponíveis na web através das ações multimídia, textos complementares, vídeo, som, infográficos, etc, e a última camada de informação, a de exploração, liga a notícia a arquivos externos e outras notícias ligadas ao assunto (CANAVILHAS, 2006).

Da mesma forma que a “quebra dos limites físicos” na web possibilita a utilização de um espaço praticamente ilimitado para disponibilização de material noticioso, sob os mais variados formatos (multi) mediáticos, abre-se a possibilidade de disponibilização online de todas as informações anteriormente produzidas e armazenadas, através de arquivos digitais, com sistemas sofisticados de indexação e recuperação de informação” (PALÁCIOS, 2003, p.25 apud CANAVILHAS, 2006, p.15-16).

A web, enquanto espaço midiático, assemelha-se a uma biblioteca digital, na qual é possível percorrer diversas obras relacionadas ao mesmo tema. A partir de um assunto, pode-se desdobrar em outros da mesma temática e até mesmo dar origem a pesquisas diferentes, partindo da mesma origem.

A troca da representação da pirâmide invertida para a pirâmide deitada é justamente o fato de que, como o espaço na web não é limitado, não é necessário estruturar a notícia de forma que a maior e principal parte do assunto seja apresentada logo de início, para somente depois detalhar alguns pormenores (aqueles que couberem), e caso o jornalista tenha uma capacidade de redação concisa, todos os possíveis. A pirâmide deitada dá mais liberdade de escrita, inclusive pelo fato de permitir recursos multimedia, pois o texto em si pode ser apenas uma introdução para uma entrevista exibida por vídeo ou um podcast, por exemplo. Através de um resumo base, abre-se o gancho para novos níveis de exploração, com camadas cada vez mais aprofundadas sobre o assunto. Ao invés de tentar abarcar tudo logo de início, o aprofundamento se dá através de subseções textuais, recursos multimedia, links para novas reportagens. Cabe ao leitor decidir se dispõe de tempo e/ou vontade de se aprofundar - poderá somente “passar o olho no assunto” ou até mesmo detalhar seu conhecimento com maestria.

Fig. 2: Pirâmide deitada



Fonte: CANAVILHAS, João. Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada

Embora pareça igual à pirâmide invertida, por possuir níveis de detalhamento da informação, a pirâmide deitada possui a diferença de que o leitor não precisa, obrigatoriamente, seguir a ordem na qual as informações aparecem, para entender o assunto.

É dada uma direção sugerida através das diversas camadas de informação, porém, cabe ao leitor decidir como explorar, não existe hierarquia na página web, mas sim estruturas em tópicos passíveis de exploração. O usuário pode optar por não concluir a leitura do texto e assistir a um vídeo disponível na página, por exemplo, ou ouvir o áudio de entrevistas, “pular” para outras notícias associadas e até mesmo, após a leitura, aprofundar-se no tema através da lista de arquivos associados ao tema.

O primeiro nível da pirâmide deitada envolve um texto resumido sobre o assunto como a pirâmide invertida, com o essencial: O quê, Quando, Quem e Onde. O segundo nível, de explicação, é o complemento do primeiro, explicando como e por quê aconteceu o fato noticiado. É a partir do terceiro nível, o de contextualização, que o espaço virtual permite que as informações iniciais se expandam, pois aqui é possível trazer mais informações em forma de texto, vídeo, som, gráficos sobre o que foi dito resumidamente nos dois primeiros. E por último, o nível de exploração é o que faz o link com outras notícias e reportagens ligadas ao assunto, seja através de sugestões de outras mídias, como livros, revistas, reportagens de tv, quanto para links na própria internet para outros sites e páginas nos quais o leitor pode se aprofundar sobre o assunto. (CANAVILHAS, 2006).

Esse formato múltiplo de informações cria para o público percepções diversas sobre o fato narrado. Em relação aos animais, é muito diferente ler uma reportagem e assistir a um vídeo. No vídeo, pode-se ver as reações do animal, seu comportamento, conseguimos identificar se está com medo, irritado, tranquilo. Não é possível que o repórter demonstre um animal acuado e diga que ele está satisfeito, a fala precisa se adequar à imagem. Já no textual é preciso, em primeiro lugar, acreditar na narrativa jornalística, pois não existe a imagem como contraprova. Além disso, dá mais espaço para que o jornalista utilize figuras de linguagem de identificação, que aproxime os animais dos humanos, antropomorfizando-os. Dessa forma, é interessante que o webjornalismo utilize mais recursos multimedia quanto possíveis, não se limitando ao textual, indo além da reportagem usual dos meios impressos, pois conseguirá abarcar de forma mais fidedigna o assunto abordado. Esse é seu diferencial.

Dessa forma, o Jornalismo Ambiental consegue abarcar todos os tópicos de um determinado assunto. Seja uma cobertura sobre desastre ambiental ou sobre a criação de animais domésticos, é possível contextualizar em tópicos os fatos que deram origem à questão atual, links para notícias relevantes já publicadas, contextos culturais, econômicos e diversas entrevistas com fontes envolvidas. O espaço virtual já não é mais um impedimento que fragmenta as questões ambientais, tornando-se um interessante meio de divulgação para essa especialização do jornalismo.

3.3. OS ANIMAIS NA COBERTURA JORNALÍSTICA AMBIENTAL

Enquanto jornalismo propriamente dito, o jornalismo ambiental tem compromisso com o interesse público, a democratização do conhecimento e a ampliação do debate. A partir de uma missão social, não pode ser utilizado como porta-voz de seguimentos da sociedade para legitimar poderes e privilégios (BUENO, 2007). No entanto, não é o que normalmente ocorre nas reportagens sobre animais, que normalmente não consultam fontes que falam por eles. Esse é um dos pontos de análise do nosso estudo sobre o discurso de domesticação e domesticidade animal - quais são as fontes que falam pelo subalterno (animais) e qual o peso que é dado aos seus discursos.

Normalmente, o discurso sobre domesticação e domesticidade possui um viés de assujeitamento do animal aos interesses humanos, que pode ser antropocêntrico e antropogênico ao mesmo tempo. Essa relação de dominação pode se dar através da relação de pertencimento do animal enquanto posse, sendo o ser humano seu “dono”, ou de forma mascarada através da antropomorfização, transformando o animal em algo o mais próximo possível do comportamento humano, sujeitando-o aos nossos hábitos e ao nosso habitat, ao invés de respeitar seu comportamento e espaço naturais. O discurso antropocêntrico costuma prevalecer, ora através da concepção da inferioridade dos animais pelo fato de não serem dotados de raciocínio, pensamento herdado da filosofia ocidental e do pensamento matriz cristã que até hoje permeia nossa cultura, para justificar que os tratemos como posse, ora camuflado pela identificação com as espécies que mais possuímos proximidade, buscando

atribuir-lhes características nossas para justificar o tratamento diferenciado que outras espécies não merecem, como pontua Plumwood (2002).

Historicamente, a posse de animais e a domesticação possuem ligação com o conceito de dinheiro e propriedade – inclusive em várias línguas, o equivalente à palavra gado tem o mesmo significado de posse capital, isto é, de poder aquisitivo, de posses. Os animais, portanto, estão ligados à propriedade privada de um indivíduo, como um recurso. (FRANCIONE, 2000). Isso faz cair por terra o discurso de que não consideramos os animais como coisas, visto que os tratamos moralmente tal qual objetos que possuímos, sem interesses ou direitos morais (FRANCIONE, 2000).

As ideologias acerca da natureza determinam como a cidadania ambiental se desenvolve. Se essas ideologias privilegiam valores antropocêntricos atribuídos aos animais, irão corroborar para que essa visão de mundo seja reiterada. O jornalismo ambiental, ao priorizar discursos ecologicamente engajados, ao invés de dar voz àqueles ligados a projeções de características humanas nos seres não-humanos, pode contribuir com uma bioética midiática de respeito à individualidade das espécies animais (ALMEIDA, 2015). Porém se as reportagens reiteram o ponto de vista antropocêntrico, inclusive antropomorfizando os animais, a mudança de paradigma se torna mais difícil. Portanto, o enfoque dado à reportagem é um ponto crucial no jornalismo ambiental.

Levando em consideração o ponto de vista ambiental, os sujeitos sociais vivem experiências distintas, pautadas pela diversidade de suas espécies, porém interligadas complexamente umas às outras. Humanos e animais não-humanos convivem de forma a criar laços complexos de relacionamentos. “Se a perspectiva objetiva da sociedade emerge de processos subjetivos, e estes, por sua vez, objetificam-se nos discursos, compreende-se a apreensão da natureza também por uma subjetividade própria e particular de ecossistemas e seus seres vivos” (ALMEIDA, 2015, p.95). Para que a subjetividade dos animais seja apreendida pelo discurso jornalístico, faz-se necessário “pensar” como a natureza, isto é, procurar dar voz ao ponto de vista de seres não-humanos sem a mediação do olhar antropocêntrico. Apreender a subjetividade de outros seres vivos através de suas necessidades próprias, e não através do olhar humano sobre estes seres.

Ao longo dos séculos, as ciências naturais e sociais procuraram entender como o organismo animal funciona, se raciocinam, se sentem, porque agem como agem, mas somente recentemente o olhar do animal passou a ser considerado. Derrida (2002) deu início a um “flerte” na questão do “olhar animal sobre o mundo”, Singer (2002) considerou os sentimentos animais, porém não se preocupou em se aprofundar no seu ponto de vista. Plumwood (2002) foi quem mais se aprofundou no debate, assim como Boff (2012), que ao defenderem uma ética para com os animais e a natureza, colocam os interesses das outras espécies em pauta.

O jornalismo ambiental, nesse sentido, pode contribuir como debate não apenas de questões ambientais complexas e tecnológicas, mas também de questões de dimensão local, de relacionamento entre humanos e animais, mediadas por soluções simples, que abarcam o dia-a-dia das pessoas. Questões essas que fazem parte de problemas cotidianos e interesse do público. Incluir essas pautas no debate faz o jornalista trazer um maior engajamento, pois promove a sua participação no processo de tomada de decisões (BUENO, 2007).

Esse viés de utilidade pública, de auxílio no entendimento de questões cotidianas, porém não menos importantes, aproxima o jornalismo ambiental do seu público, e não apenas de pautas que parecem estar distantes da realidade próxima. Porém, frequentemente esse viés é relegado para que se torne veículo de vendedores de produtos e serviços, geralmente antagônicos à ideia de proteção e de respeito à qualidade de vida (BUENO, 2007). “Os bichos não consomem notícias, mas o crescente interesse humano por eles, bem como as relações comerciais inerentes ao nosso modelo econômico, fazem com que estejam presentes na cobertura jornalística” (BAPTISTELLA, 2018, p.5). Isso é uma das consequências da cultura antropocêntrica que coloca os interesses humanos acima dos interesses das outras espécies. Apesar de existir uma diversidade de assuntos relacionados aos animais não-humanos, a maioria das coberturas são pouco aprofundadas em reflexões éticas, não levando em consideração a subjetividade dos animais.

Baptistella (2018) cita a cobertura de um surto de toxoplasmose em Cuiabá, em 2011, pela imprensa local. As reportagens, de forma superficial, denominaram-na doença do gato”, e mesmo quando haviam entrevistas com veterinários que explicavam não serem os felinos os transmissores principais e perigosos da doença, as reportagens davam ênfase a fontes e

falas que condenavam os felinos e que davam a entender que os animais de estimação podem ser perigosos ao convívio humano. O especismo prevaleceu como “principal compromisso do jornalismo” (BAPTISTELLA, 2018), e como consequência, muitos gatos domésticos foram abandonados em abrigos e nas ruas da cidade. A autora explica que a necessidade de produzir textos rapidamente, para o consumo diário das notícias, leva a critérios de noticiabilidade que priorizam fontes de mais fácil acesso, de certa forma, um discurso pronto, e que as fontes que falam pelos animais muitas vezes precisam ser melhor apuradas e investigadas, e até mesmo ter um discurso traduzido para o vocabulário comum, como, por exemplo o discurso de veterinários, que possuem um vocabulário específico da área de atuação. Tudo isso torna a notícia algo mais trabalhoso e que demanda mais tempo, fazendo da superficialidade a via mais utilizada.

Conforme Almiron e Cole (2016), a mídia possui papel central na fabricação do nosso consentimento para a exploração de animais não-humanos, tanto quanto para a de humanos, principalmente no que tange à ética para com os animais não selvagens. Para que o poder coercitivo continue a opressão, é necessário o consentimento da maioria dos humanos, e esse consentimento é fabricado e reiterado pela mídia capitalista ao apoiar a ideologia do poder, justificando a exploração animal. Os autores reiteram que a pesquisa acadêmica sobre a responsabilidade da mídia na manutenção da opressão se faz necessária, para expor essa parcialidade existente (ALMIRON; COLE, 2016).

Uma visão do CAMS [Estudo crítico animal e de mídia] argumenta que a mesma ideologia sobre (des) valorização hierárquica com base nas espécies informa quais mídias são feitas, qual conteúdo elas contêm e qual mensagem hegemônica elas expressam. Tipicamente animais não-humanos na mídia funcionam como objetos de fronteira, como o teste de limite, entre o que os humanos são e o que não são. À medida que aprendemos mais sobre eles, a linha é continuamente desenhada e redesenhada para manter a diferença.³⁵ (MERSKIN, 2016, p.17, tradução nossa)

Merskin ressalta que uma crítica aos estudos do comportamento e relacionamento humano-animal é a de que os animais são estudados enquanto objetos e não como indivíduos

³⁵ A CAMS view argues that the same ideology about hierarchical (de)valuation on the basis of species informs what media are made, what content they contain, and what hegemonic message they express. Typically nonhuman animals in media function as boundary objects, as the limit test, between what humans are and are not. As we learn more about them the line is continuously drawn and redrawn to maintain difference.

que possuem sentimentos e seu próprio ponto de vista. Assim como Plumwood (2002), Merskin aponta para a necessidade de se pesquisar e demonstrar a representação animal como ela verdadeiramente ocorre, incluindo a tortura e o assassinato infligidos a bilhões de animais não-humanos a cada ano (MERSKIN, 2016).

A educação formal e os meios de comunicação de massa poderiam promover uma revolução de proporções inimagináveis, disseminando a ideologia abolicionista animal. No entanto, essas instituições desempenham o papel de reproduzir e legitimar as visões de mundo dominantes. E o especismo não foge à regra: além da programação usual, os comerciais de TV nos inundam diariamente com imagens e mensagens irrealistas sobre os animais. (BRÜGGER, 2022, p. 29).

Nesse contexto, o jornalismo ambiental poderia preencher uma brecha importante, ao dar a um assunto o devido tratamento, através de reportagens especializadas, entrevistando diversas fontes e se aprofundando nas causas e consequências dos diversos cenários envolvidos na questão.

3.4 FONTES JORNALÍSTICAS E OS ANIMAIS

Em suas reportagens, os jornalistas geralmente dão preferência a fontes oficiais e especializadas nas reportagens ambientais. Bueno (2007) usa o termo “lattelização” para explicar essa preferência por titulações acadêmicas das fontes. Esse é um critério de convencimento do público, visto que um título de especialista confere uma aura de autoridade e credibilidade para quem o detém.

No entanto, basear a pesquisa somente em fontes oficiais e técnicas incorre primeiro, no risco de utilizar fontes ligadas a interesses econômicos que financiam pesquisas e em segundo lugar, de preterir diversos agentes de conhecimento que não passam pelo conhecimento formal, mas que detém vasta experiência no assunto. O ponto de vista de fontes não oficiais e subalternas, principalmente aquelas que falam pelos animais, trazem o contraponto necessário aos discursos hegemônicos e não podem ser deixadas de fora. Jornalismo e saber ambiental devem respeitar o pluralismo e a diversidade de pontos de vista de todos os envolvidos no assunto, sem estigmatizar saberes populares. Sua missão está na

compatibilização desses pontos de vista e experiências que possam contribuir para o melhor entendimento na relação entre o ser humano e o meio ambiente (BUENO, 2007).

Se o protagonismo no jornalismo ambiental, como explica Bueno, não se limita às fontes especializadas e oficiais, como o pesquisador ou o cientista, mas inclui também os excluídos sociais, como o povo da floresta, o agricultor familiar e o cidadão de rua (BUENO, 2007), deveria, portanto, também incluir o ponto de vista dos animais em suas reportagens sobre meio ambiente. Mas como dar voz aos animais, se estes não podem falar por si? Uma alternativa para incluir o ponto de vista de fontes animais nas reportagens é recorrer a fontes secundárias que ajudem a entender o ponto de vista do animal. Veterinários, tratadores, tutores, associações de proteção, todas essas fontes são importantes para compor o quadro que se quer relatar. Para compreender o animal em questão, ou sua espécie, e sua natureza, as informações precisam ser obtidas através daqueles que com eles convivam de perto.

Pesquisar o animal e/ou a espécie em questão, seu habitat e hábitos e traçar como determinado fato, no caso, o fato da notícia, impacta a vida deste ou destes animais. Para tanto é preciso recorrer a fontes técnicas especializadas como biólogos e zoólogos, no caso de animais selvagens, ou tutores e representantes de associações protetoras de animais e veterinários, no caso de animais domésticos. De qualquer forma, a fonte animal nunca é representada de forma direta, é sempre mediada por alguma outra fonte humana, o que os sujeita aos discursos antropocêntricos.

Discursos antropocêntricos a respeito da natureza são os comumente valorizados pela mídia, pois essa é uma forma de criar identidade e simpatia com outras espécies. Projeções de comportamentos humanos nos animais e espaços naturais são comuns e raros são os enfoques que procuram analisar seres vivos não-humanos através de seus pontos de vista. A linha de pensamento bioético costuma estar mais presente em programas de televisão com temática ecológica (ALMEIDA, 2015). Todavia, normalmente as temáticas desses programas não obedecem uma agenda de interesse da natureza e dos animais, mas sim assuntos que agucem a curiosidade humana, dando preferência para determinadas espécies e preterindo outras.

Para que uma visão bioética dos animais não-humanos seja possível, é necessário que o jornalista contemple novas formas de subjetividade. Almeida explica que isso é possível ao se colocar a natureza como sujeito de sua própria história, utilizando recursos narrativos, informativos e interpretativos nas reportagens, além de dados e informações. Esses recursos permitem que se dê voz à subjetividade do ponto de vista da natureza e dos animais, não os submetendo a uma ideologia exclusivamente antropocêntrica (ALMEIDA, 2015). No webjornalismo, o espaço para que essas subjetividades sejam contempladas pode acontecer de diversas maneiras – a descrição de um determinado comportamento animal, a explicação de fontes especializadas sobre suas necessidades e inclusive dos meios multimedia, com vídeos nos quais podemos ver o comportamento dos animais em questão.

Esses recursos permitem que o público possa compreender o ponto de vista dos animais, com o mínimo olhar antropocêntrico possível, visto que recursos visuais e fontes especializadas em seu comportamento como zoólogos e veterinários, podem demonstrar suas necessidades sem conflito de interesses, salientando os cuidados necessários para com os mesmos. No entanto, é importante salientar que o discurso do jornalista também é importante na construção da notícia, pois por mais que os recursos visuais e as fontes que representam os animais possam salientar sua subjetividade, se o texto jornalístico utilizar de termos que antropomorfizem os animais para gerar empatia, continuará corroborando com o ponto de vista antropocêntrico hegemônico. Essas questões serão consideradas na análise das webmatérias no próximo capítulo, quando analisarmos as estratégias discursivas de domesticação animal e de sentidos nas reportagens.

Segundo Mouillaud (2002) a mídia é apenas uma operadora de sentidos, porque não é possível receber um fato, na verdade ela recebe um real já “domesticado” (MOUILLAUD, 2002), pois a informação já chega com um sentido de valores para então ser devolvida ao público através do tratamento da mesma. As notícias não são um fato bruto, mas sim o resultado de acordos – implícitos ou explícitos – entre jornalistas e suas diversas fontes, sendo que a maioria delas são fontes oficiais que promovem e montam o acontecimento (MOUILLAUD, 2002). Bueno (2007) compartilha dessa percepção em relação às fontes oficiais no jornalismo ambiental. Dessa forma, o discurso de domesticação animal antropocêntrica,

sendo o discurso hegemônico, passa a ser a base desse “real domesticado” que chega até o jornalista como fato da notícia, e é o seu pano de fundo cultural de domesticidade.

Para Mouillaud, existe uma diferença entre acontecimento e informação. Acontecimento é o que está por trás da informação, independente de seu tratamento pelas mídias, informação é o que será veiculado. Ele atribui um status realista ao acontecimento, porém, ao ser noticiado, este passa a possuir a forma da informação, isto é, conforma-se aos parâmetros usados no ato de se tornar notícia, o paradigma factual (MOUILLAUD, 2002). Há aqui, por parte do jornalismo, uma operação de fatos e de sentidos: para um acontecimento se tornar informação, é necessário que seja um fato importante e/ou interessante num dado recorte temporal. Trazendo para a discussão sobre os animais no jornalismo, como se dá essa operação de fatos e sentidos? Qual o critério de escolha dos acontecimentos que se tornarão notícias? Quais as fontes interessadas? São os interesses animais ou os do ser humano (olhar antropocêntrico) sobre um determinado assunto em relação aos animais que será privilegiado? Aliado à essas questões, existe também, segundo Mouillaud, o fato de que as fontes não oficiais de informação não sejam devidamente citadas pelos jornalistas, ao contrário das fontes oficiais que são citadas com seus respectivos status:

A diferença de tratamento corresponde a uma diferença de status entre a “fonte” e o “agente”. Esta diferença não deve ser considerada como pertencente a priori, a diferentes vozes. Ela lhes é atribuída pela estratégia do jornal. Tratar uma voz como uma fonte é postular que ela não tem ligações, que se poderia chamar de “orgânicas”, com seu enunciado e, conseqüentemente, também não tem interesse engajado em sua produção. Esta é a razão pela qual a fonte pode ser destacada de seu discurso (MOUILLAUD, 2002, p.119-120).

Sabemos não ser possível referenciar os animais como fontes, pois estes não falam por si. Portanto, serão mediados por fontes oficiais e não oficiais. Não é possível aqui uma transcrição fidedigna do ponto de vista animal. Ao falarmos por eles, mesmo que seja em sua defesa, teremos seus sentidos mediados por humanos, isto é, a fonte primária passará, a priori, pela domesticidade de sentidos. Analisaremos no próximo capítulo, se esses discursos são majoritariamente antropocêntricos, antropogênicos ou se existem fontes que falam pelos animais através de uma atitude de respeito à identificação com os seres não-humanos, como preconizava Plumwood (2002), já que uma relação de identidade passa por um viés de domesticação e domesticidade.

4. DOMESTICAÇÃO E DOMESTICIDADE ANIMAL NO WEBJORNALISMO DO PORTAL G1 RORAIMA

Os animais humanos moldam o comportamento do animal não-humano na domesticação, em seu próprio favor, adequando-os ao modo de vida de determinada cultura. Para tanto, a espécie domesticada deve servir a alguma utilidade. Domesticação significa dominação: as duas palavras têm o mesmo sentido raiz de domínio sobre outro ser – de trazê-lo para a casa ou domínio de alguém. Algumas espécies foram domesticadas para o uso na alimentação, outros para serviços como o transporte.

No entanto, no que se refere às espécies de companhia, mais especificamente os cães e os gatos, essa relação se deu de forma inicialmente comensal. Os lobos, ancestrais dos cães, se aproximaram dos humanos entre 40 e 20 mil anos, para comer os restos de caça³⁶ e os gatos, mais recentemente, em torno de 10 mil a 8 mil anos, quando já havia uma cultura agrícola que atraiu ratos em tornos das sobras e do lixo produzido, os gatos então, passaram a viver próximos dos aglomerados humanos para se alimentarem desses ratos³⁷. Com o passar do tempo, e a gradual mudança de um estado selvagem para um comportamento mais dócil, essa relação passou a ser de mutualismo, beneficiando ambas as espécies. Nós os alimentávamos e eles, por sua vez, afugentavam predadores e ajudavam a caçar - no caso dos cães - e eliminavam pragas como ratos e cobras, no caso dos gatos. Isto é, ao longo do passar de milhares de anos essa relação foi se tornando benéfica também para o ser humano. No entanto, os animais que passaram a ser criados – e procriados – dentro dos limites territoriais humanos foram gradualmente perdendo a maior parte de seu comportamento natural, e se tornando quase totalmente dependente de cuidados das pessoas. Foram adquirindo uma domesticidade e docilidade cada vez maior.

Domesticação e domesticidade caminham juntas. O animal de estimação passou a ser, então, um instrumento não somente de guarda, mas também de companhia. Cada vez mais os seres humanos passaram a criar laços de afeição com essas espécies, e os animais que

³⁶ <https://societificacom.br/a-domesticacao-dos-caes-pode-ser-mais-antiga-do-que-se-imaginava/>

³⁷ <https://www.natgeo.pt/animais/2018/06/os-gatos-domesticaram-se-eles-proprios>
<https://sciam.com.br/a-longa-e-incompleta-domesticacao-do-gato/>

inicialmente se tornaram “voluntariamente” presos, por ser algo vantajoso, deram origem a descendentes que nunca conheceram a vida selvagem. A representação desses animais deixa de ser o seu estado anterior natural para adquirir sentido de companhia afetiva. Porém, em nossa sociedade, esta não é a simples companhia de um animal de determinada espécie, mas sim um objeto de investimento emocional e muitas vezes, de uma complexa estrutura social. Por exemplo, em muitos casos o animal de companhia é uma forma de se preparar para a domesticidade familiar, um passo anterior à vinda de filhos. Acaba-se por construir os mesmos laços emocionais que temos com as crianças. Em outros casos, trocamos, deliberadamente, crianças por pets, por considerarmos estes como eternos bebês, sempre sujeitos às nossas vontades e ao nosso domínio, criaturas que podemos criar e moldar da maneira que desejarmos. Com a vantagem de que os animais não se tornam adultos e complexos, não terão opinião própria nem sairão de casa e nos abandonarão. Dessa forma, são eternamente um objeto de posse - criaturas mudas e indefesas que são melhores quando obedientes, amorosas e satisfazem as necessidades daqueles que com elas se importam e as controlam. Nesse tipo de relacionamento, é extremamente comum que os animais sejam antropomorfizados para satisfazer essa necessidade de conexão emocional do ser humano, num processo de domesticidade que transfere o sentido de animal de estimação para uma companhia “quase” humana. Quase porque ainda é considerado um ser inferior, condicionado às ordens e vontades do animal humano.

As cinco reportagens do *G1 Roraima* que analisaremos consistem em assuntos relativos a essa dinâmica do relacionamento entre seres humanos e seus animais de estimação. Selecionamos cinco reportagens compreendidas entre os anos de 2017 e 2021 para análise. Levaremos em conta a presença da domesticação e domesticidade de animais no discurso jornalístico. Adotamos como método de pesquisa a análise pós-fenomenológica da perspectiva das fontes, oficiais, não oficiais, discursos dominantes e subalternos para problematizar a questão e identificar na condução da narrativa os pontos de vista e visão de mundo que são enfatizados. Utilizamos o método de análise pós-fenomenológica por ser esta uma forma de pesquisa aberta, que permite compreender a ambiguidade dos discursos e os vários pontos de vista dos grupos nele inseridos, de forma a obter uma compreensão do significado das experiências sob o ponto de vista de cada fonte (ORBE, 1998).

4.1 O PORTAL G1 RORAIMA

O *G1* é o portal de jornalismo na internet do Grupo Globo³⁸, coordenado pela Central Globo de Jornalismo e com redações em todos os Estados do Brasil. Criado em setembro de 2006, foi o primeiro site de conteúdo digital exclusivamente jornalístico da empresa, com redação própria e cobertura jornalística em tempo integral. A partir de 2010, integrou redes afiliadas do Rio de Janeiro e São Paulo e mais tarde, de outros Estados, incluindo a Rede Amazônica³⁹, à qual pertence a emissora afiliada de Roraima.

O *G1 Roraima* é um portal das organizações Globo fundado em 2013. É gerenciado pela equipe de jornalismo da Rede Amazônica Boa Vista, emissora de televisão sediada na capital do estado de Roraima, afiliada da TV Globo. A emissora, que possui 47 anos de operação no Estado, faz parte do Grupo Rede Amazônica, complexo de emissoras de rádio e televisão espalhadas pelo norte brasileiro⁴⁰.

A cobertura jornalística do portal *G1 Roraima* em relação ao meio ambiente e natureza são, em sua maioria, relativas a crimes ambientais e preservação do bioma florestal, da fauna e flora. Efetuamos uma pesquisa quantitativa no portal, nas matérias dos últimos 24 meses, pelas palavras chave “meio ambiente”, “ambiental”, “animal”, “animais” e “clima”, com o objetivo de buscar reportagens e notícias que abordassem temas relativos ao jornalismo ambiental. Um total de 53% das reportagens identificadas no período dos dois últimos anos são referentes ao garimpo ilegal, crimes ambientais, tráfico de animais, e ataques às populações indígenas, sendo que cerca de 22% dessas mesmas reportagens envolvem

³⁸ Maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e da América Latina, que tem as seguintes empresas subsidiárias: Globo (que desde janeiro de 2020, com o projeto "Uma Só Globo" unificou as empresas TV Globo, rede de televisão comercial aberta brasileira; Globosat, responsável pelos canais de televisão por assinatura do grupo e Globo.com, portal da web); Editora Globo (responsável pela publicação das revistas impressas), Sistema Globo de Rádio e Globo Ventures, além de ser mantenedor da Fundação Roberto Marinho, instituição privada sem fins lucrativos que desenvolve projetos voltados para o ensino formal e informal bem como projetos educacionais visando à preservação e à revitalização do patrimônio histórico, cultural e natural nos mais diversos pontos do Brasil. Wikipedia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/G1>>. Acesso em 22 jul. 2022.

³⁹ Rede Amazônica é uma rede de televisão comercial aberta brasileira com sede na cidade de Manaus. Criada em 10 de agosto de 1972, é a maior rede de televisão da Região Norte do Brasil com 13 emissoras afiliadas à TV Globo em cinco estados (Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima). São mais de 150 municípios cobertos e cerca de 6,2 milhões de telespectadores potenciais. Wikipedia. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_Amazônica>. Acesso em 22 jul. 2022.

⁴⁰ Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_Amazônica_Boa_Vista>. Acesso em 31 jul. 2022.

resgate de animais selvagens perdidos em locais urbanos ou retirados do comércio ilegal. Visto que se encontra na região Norte do país na qual existe a floresta amazônica e toda uma gama de fauna e flora selvagem, é natural que esse seja o enfoque principal. Reportagens sobre clima e desastres causados por catástrofes naturais como tempestades correspondem a 12% e sobre o avanço do agronegócio na região (incluindo novas tecnologias agripecuárias) 14%. As reportagens referentes especificamente ao assunto desta pesquisa, animais domésticos, incluindo tanto pautas como resgate de animais abandonados, maus-tratos, comportamento animal e vida em sociedade totalizaram 21%.

No que se refere ao meio ambiente doméstico das cidades, e, em relação aos animais domésticos, a maior parte das reportagens versam sobre vacinação antirrábica e maus tratos, tanto aos animais em situação de rua quanto pelos próprios tutores. Porém, nos últimos anos, com o aumento do número de animais de estimação nos lares do país, reportagens sobre adoção, comportamento animal e dicas de como cuidar dos pets também entraram em pauta. A relação humano-animal no que tange aos animais de estimação passou a ser assunto de um número maior de reportagens.

Nossa pesquisa será pautada nos pressupostos do jornalismo ambiental no que concerne ao meio ambiente doméstico da relação entre animais humanos e não-humanos. Bueno afirma que “o jornalismo ambiental é, antes de tudo, jornalismo” (BUENO, 2007, p.14) e, desta forma possui compromisso com o interesse público, a democratização do conhecimento e deve ampliar o debate sobre assuntos de interesse da população. Dessa forma, com o estreitamento dos laços entre humanos e animais, é natural que cada vez mais as reportagens voltem seu interesse para o relacionamento entre seres humanos e animais domésticos, entre tutores e seus pets, assuntos de dimensão local, que fazem parte do cotidiano das pessoas e é assunto de relevância para as mesmas (BUENO, 2007).

Animais de estimação estão no limiar entre fazer parte da natureza, mas também parte do nosso cotidiano, de nossa família. Na cultura antropocêntrica, são considerados tanto humanos (antropomorfização), quanto animais. No entanto, nas reportagens analisadas, ainda é comum uma cobertura sob um viés especista, no qual os interesses humanos se sobrepõem à expressão de comportamento natural e ao conforto dos animais.

Abordar assuntos cotidianos não torna o que se noticia menos importante. Sendo o jornalismo uma forma de conhecimento, o jornalismo ambiental é, portanto, uma forma de educação ambiental, e abordar assuntos sobre a relação humano-animal e, conseqüentemente, sobre a relação com animais de estimação é uma forma de proporcionar ao seu público o acesso à informação que permite o debate e o pleno exercício da cidadania, além de servir como subsídio para um modo de pensar sistêmico (GIRARDI; SCHAWAAB; MARCONDES, 2008).

O Jornalismo ambiental

[...] engloba, desta forma, aspectos éticos do homem no ambiente; ecológicos, da relação entre os seres vivos e o meio; políticos, nos movimentos dos diferentes setores da sociedade sobre a questão ambiental; econômicos, na atenção às relações de uso do meio ambiente; sociais, na interferência direta na vida dos cidadãos; legislativos, na proteção que gere benefícios amplos; culturais e estéticos, de manutenção do patrimônio natural e cultural, formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, criações científicas e saberes tradicionais, valorizando as diferenças. Todos estes elementos permitem ver que a formação do jornalista para a pauta ambiental não deve estar estigmatizada no binômio fauna e flora. (GIRARDI; SCHAWAAB; MARCONDES, 2008, p.18).

O relacionamento entre humanos e animais de estimação abarca pautas de diversas editorias, comportamental, cultural, econômica, política, como por exemplo, como criá-los de forma saudável, o comércio pet, saúde animal e humana, abandono, castração, questões sanitárias, etc., isto é, diversos assuntos relativos ao meio ambiente e de interesse da opinião pública, o que justifica o aumento no número desse tipo de reportagens presentes no portal.

4.2 A DOMESTICAÇÃO EM MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO PORTAL

Por ser uma prática presente em nosso cotidiano desde que nos diferenciamos enquanto espécie, por fazer parte da nossa cultura de forma que é impossível separar o animal humano da prática de domesticação e também por, nos dias atuais, os animais de estimação terem alçado um novo status no relacionamento com os seres humanos, a ponto de serem

tratados até mesmo como um indivíduo de nossa espécie, reportagens com enfoque na domesticação são bastante comuns no jornalismo, seja em reportagens sobre o relacionamento humano-animal em si, seja na consequências dessa relação antropocêntrica, que mistura especismo e antropomorfização ao mesmo tempo em que eleva o animal a um status emocional equivalente ao vínculo entre humanos.

Não sabemos ao certo em que momento o animal humano começou a domesticar outras espécies, sejam animais ou vegetais. Historicamente, possuímos comprovações arqueológicas de eras nas quais a domesticação já existia, mas o conhecimento de exatamente quando e como tudo começou, é fruto de especulações. Muitos estudiosos defendiam e defendem a teoria de que o ser humano sempre possuiu um nível de intelectualidade superior ao de outras espécies e, mesmo tendo evoluído seu pensamento ao longo dos milhares de anos, a diferença já existia. Ingold (2003) diz que as relações humano-animais são definidas unicamente sob o ponto de vista humano, porque os animais não criam suas próprias narrativas.

Assim como os humanos têm uma história de suas relações com os animais, os animais também têm uma história de suas relações com os humanos. Somente os humanos, no entanto, constroem narrativas dessa história. Tais narrativas vão desde o que podemos considerar como mitos de origem totêmica até relatos supostamente “científicos” das origens da domesticação. E, por mais que decidamos distinguir entre mito e ciência, eles têm em comum o fato de nos contarem tanto sobre como os narradores veem sua própria humanidade quanto sobre suas atitudes e relações com animais não-humanos.⁴¹ (INGOLD, 2003, p.1, tradução nossa).

Tendemos a nos definir como apartados da natureza, uma espécie superior, separando a humanidade da natureza, ao invés de nos considerarmos como parte dessa evolução. Ingold cita que Darwin, em seus estudos, afirmando que desde um período remoto, o homem submetia os animais e plantas à domesticação. A separação do que é considerado humanidade e do que é natureza está implícita no conceito de domesticação. A natureza social

⁴¹ Just as humans have a history of their relations with animals, so also animals have a history of their relations with humans. Only humans, however, construct narratives of this history. Such narratives range from what we might regard as myths of totemic origin to supposedly ‘scientific’ accounts of the origins of domestication. And however we might choose to distinguish between myth and science, they have in common that they tell us as much about how the narrators view their own humanity as they do about their attitudes and relations to non-human animals.

e cultural do ser humano é entendida como premissa para que lhe seja outorgado o direito de dominância sobre as outras espécies (INGOLD, 2003). Darwin acreditava, inclusive, que as mudanças na evolução das espécies, mesmo que causadas através da intervenção humana, são de âmbito biológico, pois o ser humano não consegue promover, por vontade própria, as alterações necessárias no organismo de outros seres vivos, e a mudança é lenta e gradual através da natureza, ao longo de várias eras (DARWIN, 2018).

No entanto, na época de Darwin, a domesticação de animais era vista quase exclusivamente sobre o ponto de vista biológico; os estudos sobre a evolução cultural e comportamental dos animais vieram muito depois, com o debate sobre a capacidade de sentir, a definição de conceito de sensibilidade (SINGER, 2002) e finalmente, a comprovação de que animais são capazes não somente de sentimentos como dor, medo, afeto, mas também de estados de consciência, isto é, são capazes de comportamentos intencionais, traduzindo, são capazes de possuir níveis diversos de raciocínio (DECLARAÇÃO DE CAMBRIDGE SOBRE A CONSCIÊNCIA, 2012).

No entanto, mesmo acreditando que os animais possuem sentimento e raciocínio próprios, amando-os e cuidando dos mesmos “quase como membros da família”, os animais nunca deixaram de ser integrados como objetos em nossa sociedade, uma propriedade com valor econômico que pode ser “possuída, herdada, trocada” (INGOLD, 2003). Não podemos possuir algo a qual nós pertencemos, e, desta forma, a separação humana da natureza caminha junto com a domesticação.

Dessa maneira, os animais são integrados como objetos na sociedade, tornando-se uma propriedade com valor econômico no que o autor denomina “apropriação social da natureza” (INGOLD, 2003). Nesse contexto, nos colocamos acima das outras espécies, só nós podemos possuir, todas as outras passam a ser classificadas como algo a ser possuído. Não podemos possuir algo a qual nós pertencemos, e, desta forma, a separação humana da natureza caminha junto com a domesticação.

Francione (2000) explica que o status dos animais de estimação não iniciou tendo por base o afeto, a domesticação está ligada ao status dos animais enquanto recursos, e recursos nos pertencem por direito de propriedade. Por mais que tenhamos desenvolvido afeto por eles, vivemos numa esquizofrenia moral na qual entendemos e aceitamos que os animais

possuem direito e interesses morais, ignoramos esses interesses em favor de nosso benefício, o direito de os tratar como propriedade (FRANCIONE, 2005).

É nesse contexto paradoxal de afeto e dominação, de relação subjetiva emocional com a prática e objetiva, em que as leis nos outorgam o direito de possuir outras espécies, que as reportagens serão analisadas a seguir. Poderemos constatar, em vários momentos, a evidência dessa ambiguidade no relacionamento humano-animal.

A reportagem *Cartório de RR passa a emitir registro de nascimento a animais de estimação com sobrenome do dono* é resultado de uma entrevista com fontes oficiais e especializadas sobre a emissão de um registro de identificação para animais que o cartório de Boa Vista-RR passou a oferecer a partir do ano de 2017. Nela se intercalam o discurso do jornalista, da fonte oficial do cartório, representado na entrevista por um tabelião e da fonte especializada, voluntária de uma associação de proteção animal e tutora do cachorro presente na reportagem.

A narrativa jornalística tem caráter noticioso, visto que o objetivo é informar o novo serviço oferecido pelo cartório. O jornalista transita entre seu discurso, da fonte oficial do cartório e da fonte da associação de proteção animal. As falas das fontes são intercaladas entre discurso direto, discurso indireto citado e paráfrases. A reportagem possui um discurso balanceado entre as perspectivas do jornalista, do tabelião e da tutora, porém, como veremos adiante, a tutora e membro da associação não é uma fonte que fala diretamente pelos animais, representando seus interesses, mas sim seus próprios interesses em relação ao animal em questão. Houve lacunas no tratamento das perspectivas dos sujeitos não-humanos que poderiam ser exploradas na reportagem. O enquadramento do ponto de vista do animal foi subestimado, tendo em vista que não houve nenhuma fonte que falasse em nome do ponto de vista do animal em relação ao suposto benefício do serviço prestado.

A segunda reportagem analisada, *Cães da raça pitbull são os principais alvos de furtos em Roraima*, possui semelhanças com a primeira, porém explora melhor os recursos multimídia com vídeo, fotos e infográfico. Consiste num conteúdo predominantemente informativo sobre o aumento no número de cães roubados no primeiro semestre de 2021 em relação ao ano de 2019, principalmente os da raça pitbull. Os discursos presentes são do

jornalista, de uma tutora que teve seu cachorro roubado e de um delegado de polícia responsável pelas investigações. As falas das fontes são intercaladas entre discurso direto, discurso indireto citado e paráfrases. Não há uma fonte especializada que fale pelos animais, pois a fala da tutora é sobre sua perda, e a do policial se refere especificamente aos roubos.

As três reportagens em vídeo selecionadas fazem parte de reportagens veiculadas no telejornal *Jornal de Roraima*, da Rede Amazônica Boa Vista, afiliada ao portal G1. A primeira é basicamente informativa, sobre um evento direcionado a tutores e seus cães, e as duas últimas fazem parte da editoria do site intitulada *Hora do Pet*, sobre a relação entre humanos e seus animais de estimação.

Cãofolia é opção para donos de animais de estimação em Boa Vista é uma reportagem em vídeo de 3 minutos e 11 segundos. Informa sobre um evento de Carnaval em uma praça específica da cidade, ao qual cachorros de estimação podem ser levados para brincadeiras e concurso de fantasia. Após assistir todo o vídeo, podemos entender que o intuito da atividade de carnaval intitulada Cãofolia é promover arrecadação de doações para a ONG Radarr, que atua no resgate, cuidados e doação de animais resgatados das ruas. O evento é uma parceria da ONG com o Clube do Shih Tzu, grupo de tutores de cachorro da raça. O evento consta de um concurso de fantasias para os cães desta raça e sorteio de brindes para aqueles que levarem doações para a ONG. No entanto, não é possível entender, até a parte final da reportagem, que se trata de um evento beneficente para angariar fundos em benefício da instituição, pois somente nos minutos finais o fato é esclarecido pela repórter e pela entrevistada. A vídeo reportagem possui discursos diretos da apresentadora do telejornal na introdução, da repórter e da representante da ONG responsável pela organização do evento.

A vídeo reportagem *Hora do pet: animais de estimação de Roraima fazem sucesso nas redes sociais* é do ano de 2019 e possui 4 minutos e 17 segundos. Faz parte dos vídeos sobre comportamento animal. O assunto da matéria são dois cachorros da raça Shih Tzu que possuem instagram. Através desse caso específico, será abordado o tema de criar perfis para animais em redes sociais. A repórter entrevista a tutora que mostra a rotina dos “dog influencers” em relação às fotos e filmagens para postagens. Nesta reportagem, a fonte especializada que fala pelos animais é um veterinário, consultado para explicar as consequências de submeter os animais de estimação a esse tipo de rotina.

E por último, analisamos a vídeo reportagem *Veja como preparar o cachorro para a chegada de um bebê em casa*, do ano de 2020, com 5 minutos e 57 segundos. O repórter entrevista um casal que possui a guarda de duas cadelas, tratadas desde filhotes como filhas, e que possui a mesma rotina e tratamento dos humanos da casa. No entanto, com a chegada do primeiro filho do casal, precisaram fazer adaptações na rotina dos animais, que tiveram que deixar determinados hábitos adquiridos como, por exemplo, dormir na cama com os tutores. É demonstrado como era a vida com os animais antes e depois da chegada do primeiro filho, e como foram feitas as adaptações. Como fonte especializada, também foi consultado um veterinário para dar o parecer sobre as adaptações necessárias em casos semelhantes.

A domesticação nas reportagens se faz presente principalmente pelas palavras usadas com sentido de posse. Dentre outra palavra e termos, a palavra mais utilizada nas duas reportagens textuais é “dono” ou “dona”, em referência aos tutores dos animais, subentendendo uma relação objetivada e de domínio dos seres humanos sobre os animais com os quais convivem. Verificamos nas duas reportagens termos que apontam para uma domesticação com sentido de dominação – além de dono, termos como “provar que o animal é nosso” e “ninguém pode tomar” demonstram um sentido de posse em relação aos animais, o que corrobora a definição de domesticação desenvolvida ao longo dos anos, a partir do surgimento da agricultura e conseqüente domínio sobre as espécies, herdada da junção das ideias gregas (hierarquia natural de Aristóteles) com a doutrina cristã de superioridade humana sobre todos os seres vivos (SERPELL; PAUL, 2003). Esse viés está presente mais acentuadamente nas reportagens textuais. As reportagens em vídeo demonstram menos o sentido de dominância por parte dos humanos, focando mais no relacionamento interativo, apesar de antropocêntrico.

Na primeira reportagem, *Cartório de RR passa a emitir registro de nascimento a animais de estimação com sobrenome do dono* a palavra é usada em vários parágrafos, começando pelo primeiro, que abre com o discurso do jornalista: “**Donos** de animais domésticos agora podem obter o registro de guarda, uma espécie de certidão de nascimento, dos bichos que muitas vezes são tratados como integrantes da família [grifo nosso]” (G1RR, 2017).

No quarto parágrafo novamente, agora no discurso da tutora:

Letícia é uma das voluntárias da Yawara e se apegou a Gaspar em uma das ocasiões em que visitou o abrigo, por isso resolveu adotá-lo. Para a estudante, que também é **dona** de outros três cães, o registro dá segurança ao **dono** e se torna **algo que “ninguém pode tomar”** [grifos nossos] (G1RR, 2017).

Figura 03 – Reportagem sobre o registro de animais em cartório

The image shows a screenshot of a news article from G1 Roraima. The header includes the G1 logo and 'RORAIMA' with a small logo. The main title is 'Cartório de RR passa a emitir registro de nascimento a animais de estimação com sobrenome do dono'. Below the title, it says 'Documento custa R\$ 70 e é emitido no Cartório do 1º Ofício, em Boa Vista.' The author is 'Por G1 RR' and the date is '21/07/2017 19h07 - Atualizado há 5 anos'. There are social media sharing icons for Facebook, Twitter, WhatsApp, Telegram, LinkedIn, and a general share icon.



O cão Gaspar Lapóla foi o primeiro pet registrado em Boa Vista — Foto: Valéria Oliveira/G1 RR

Fonte: G1 Roraima.

No quinto e sexto parágrafos, novamente o discurso da tutora e o do jornalista: "É uma maneira de **provar que o animal é nosso**, até porque eu considero os animais como membros da família. Me sinto mãe deles. No meu coração o Gaspar já era registrado. Hoje foi só a

oficialização", disse. O 'Identpet' é emitido com o nome do animal, raça, cor, tamanho, data de nascimento e o **nome do dono** [grifos nossos]" (G1RR, 2017).

O discurso direto citado da fonte oficial do cartório também utiliza o mesmo termo no oitavo parágrafo: "Nossa intenção é valorizar essa relação e dar segurança tanto ao **dono** quanto ao animal, disse Loureiro [grifo nosso]." (G1RR, 2017).

Na segunda reportagem, *Cães da raça pitbull são os principais alvos de furtos em Roraima*, o primeiro parágrafo abre com a informação de uma pitbull filhote que foi roubada de sua residência – "No início do mês, a cadela da raça pitbull, Meggie, foi levada do quintal de casa por dois homens e, até esta terça-feira (17), não foi encontrada pela **dona** [grifo nosso]" (RODRIGUES, 2021). Mais uma vez, a palavra "dona" foi utilizada com o sentido de posse. O segundo e terceiro parágrafos são informativos, contendo dados sobre como o roubo aconteceu e as tentativas de encontrar a cachorra por parte da tutora.

No quarto parágrafo, temos o discurso direto citado da tutora: "(...) A Meggie **pertence** a uma criança de 9 anos, meu filho, que está inconformado [grifo nosso]" (RODRIGUES, 2021). O verbo *pertence* demonstra aqui uma relação de posse com o animal. Ela é um objeto do filho da tutora. Pode parecer um mero detalhe, mas a maneira como nos referimos aos animais com os quais nos relacionamos diz muito sobre a natureza desse relacionamento. Apesar de amarmos nossos animais de estimação, os consideramos *pertences*. A tutora poderia ter dito que o filho gosta muito da cachorra, que a ama, que sente sua falta, que é sua companheira, mas o verbo escolhido foi *pertencer*. "Meu filho chora todo a noite, era a cadelinha **dele** [grifo nosso]" (RODRIGUES, 2021). O animal em questão é representado como um sujeito subalterno. Não está presente aqui a preocupação com o estado de saúde do animal, se está sendo bem tratado, apenas a preocupação com o ser humano que o perdeu. No sexto parágrafo, o discurso direto citado é complementado com a expressão "Meu filho chora toda noite, era **a cadelinha dele** [grifo nosso]" (RODRIGUES, 2021).

Figura 04 – Reportagem sobre furtos de cães em Roraima

MENU | g1 RORAIMA RORAIMA

Cães da raça pitbull são os principais alvos de furtos em Roraima

Número de furtos de cães da raça pitbull passou de cinco casos em 2019 para 11 somente nos seis primeiros meses deste ano. Responsável por investigar, Polícia Civil atribui à popularidade da raça e da acessibilidade dos preços na hora da compra.

Por Caique Rodrigues, G1 RR — Boa Vista
17/08/2021 08h23 · Atualizado há um ano

f t w g e l s



Video mostra cão da raça pitbull sendo levado do quintal de casa em Boa Vista

Fonte: G1 Roraima

Após o depoimento da tutora, a reportagem se volta para a cobertura de roubo de animais da raça pitbull, e oitavo parágrafo abre com o subtítulo **Furto de pitbulls**. O texto então se volta ao roubo específico, do fato particular para o contexto geral, trazendo dados numéricos e estatísticos sobre o furto desta raça e incluindo, também, um infográfico com as outras raças de cachorros mais furtadas, além da quantidade de animais de cada uma delas roubados entre 2019 e 2021. Para explicar a motivação desses roubos, a reportagem traz o depoimento de um delegado, diretor do Departamento de Polícia Judiciária da Capital.

No décimo primeiro parágrafo, o jornalista através do discurso indireto, cita o depoimento do delegado, de que o furto da raça acontece com mais frequência devido ao seu valor enquanto mercadoria, pois são revendidos mais facilmente, gerando mais lucro. O décimo segundo parágrafo constitui o discurso direto do delegado: “Esses cães furtados, geralmente, são vendidos em aplicativos de compra e venda, e também através de grupos de criadores. Por ser uma raça mais popular e com o valor mais acessível, atribuo esse aumento à acessibilidade da raça” (RODRIGUES, 2021).

Os termos que se referem ao animal enquanto posse permanecem nessa segunda parte da reportagem e o termo dono é mantido. Para a justiça, de acordo com as leis vigentes no país, animais são considerados como pertence, e não enquanto seres vivos, portanto, neste caso de roubo, o delegado se referir aos animais enquanto posse está de acordo com a visão oficial corrente.

Na reportagem *Hora do pet: animais de estimação de Roraima fazem sucesso nas redes sociais*, a domesticação com viés antropocêntrico aparece no momento em que repórter e tutora conversam sobre a personalidade de cada um dos animais de estimação: a fêmea é mais calma e o macho mais brincalhão.

Tutora: “O Berlin [cachorro da tutora] é mais brincalhão. Eu digo que ele é como se fosse cão para família que tem criança, né? Porque ele é bem divertido, gosta de brincar. A Lisa não, ela é mais quietinha, gosto de colo”.

Repórter: “Uma menina né? ”.

Tutora: “é, uma lady”. (G1RR, 2019)

Quando a tutora faz referência ao cachorro ser um cão para família com criança, seu discurso corrobora com a ideia de que os animais cumprem um papel de utilidade para a família que o adota. Darwin (2018) afirmava que os seres humanos escolheram as espécies a serem domesticadas com base na sua utilidade e na facilidade de criá-los no ambiente humano, um ambiente de confinamento, limitado ao espaço que os domesticadores ocupassem. No caso dos animais de estimação, sua utilidade atualmente pode ser apenas o de oferecer companhia, como também, em alguns casos, cuidar das residências. No caso da cachorrinha da segunda reportagem, sobre os pitbulls, fica claro que sua função naquela família é o de oferecer companhia ao filho da entrevistada, ela “pertence” ao garoto. E nesta

última, sobre os animais “influencers”, o cachorro poderia ser útil, pelo seu comportamento brincalhão, para fazer companhia a alguma criança. O relacionamento humano-animal aqui representado é pautado não pelos laços de afeto, mas pelo que os animais podem nos proporcionar.

Figura 05 – Reportagem sobre perfis de animais em redes sociais



Fonte: G1 Roraima

As palavras dono ou dona, amplamente utilizadas nas reportagens, poderiam ser trocadas por um termo mais condizente. O uso da palavra “tutor” seria mais adequado para se referir ao ser humano provedor dos cuidados necessários que os animais de estimação necessitam. Em zoológicos e reservas ambientais, o termo utilizado é o de tratador, porém aqueles que adotam animais domésticos possuem uma relação de afeto com os animais, embora não possuam parentesco. Ou seja, os animais passam a integrar o núcleo familiar, independente da espécie à qual pertençam, e são cuidados, tutorados por um ou mais seres humanos que por eles se responsabiliza. Portanto, tutor seria um termo mais próximo para representar uma relação que não seja antropocêntrica.

4.3 A DOMESTICIDADE EM MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO PORTAL

Enquanto a domesticação é um tema recorrente no jornalismo, a domesticidade é menos abordada e, quando existe, costuma aparecer de maneira implícita. Como estamos inseridos na ideologia antropocêntrica, e em um esquema de categorização que não percebemos nem questionamos (JOY, 2014), os sentidos antropocêntricos da domesticidade animal nos é dado como fato e não opinião. Por sermos espectadores das notícias, simplesmente nos colocamos também como agentes, enquanto os animais são os objetos a serem observados. Desta forma, inconscientemente, não atribuímos subjetividades a eles (MALAMUD, 2016). Dado que uma das características atuais da mídia é a de contribuir na manutenção do status quo vigente, são raras as reportagens que questionem a maneira como enxergamos os animais de estimação, enquanto extensões de nós mesmos, através da antropomorfização.

As reportagens analisadas a seguir possuem diversos discursos que demonstram o relacionamento humano-animal a ultrapassar a fronteira de relacionamento entre as espécies, adentrando não somente no contexto de dominação inerente à domesticação, mas também numa ideologia de sentidos nos quais os animais de estimação são retirados de seu papel enquanto espécie para ocupar um status à parte na sociedade, nem “bicho” nem ser humano, numa espécie de humanização e infantilização que os caracteriza como eternos bebês humanos, sujeitos à vontade e aos cuidados de seus “donos” enquanto viverem.

Em *Cartório de RR passa a emitir registro de nascimento a animais de estimação com sobrenome do dono*, logo no primeiro parágrafo, temos embutido no discurso do jornalista um juízo de valor: “Donos de animais domésticos agora podem obter o registro de guarda, uma espécie de certidão de nascimento, **dos bichos que muitas vezes são tratados como integrantes da família** [grifos nossos]” (G1RR, 2017). Ao mencionar que os bichos muitas vezes são tratados como integrantes da família, supõe-se que o jornalista não considera essa uma prática comum, visto que eles não são membros da família, mas sim “tratados” como tal. A percepção dessa conotação de que existe uma crítica embutida é corroborada, ainda no primeiro parágrafo, quando o jornalista completa: “O documento passou a ser oferecido nesta sexta-feira (21) no Cartório do 1º Ofício, em Boa Vista, e pode até ter o sobrenome dos guardiões para provar o **'parentesco'** [grifo nosso]” (G1RR, 2017). Aqui, a palavra parentesco

é grafada entre aspas. O discurso antropocêntrico se materializa através da antropomorfização presente nos termos “muitas vezes são tratados como integrantes da família” e “parentesco”.

Faz-se necessário pontuar aqui que é tudo muito sutil. Por um lado, sabe-se que não possuímos parentesco real com nossos animais de estimação. Mas eles são sim, integrantes de diversas famílias que por eles possuem laços afetivos. Caso o discurso do jornalista falasse sobre “os animais que adotamos e passam a fazer parte da nossa família”, não haveria uma conotação crítica nas aspas em parentesco, visto que seria apenas a ênfase de que não possuímos laço de sangue com estes animais. No entanto, a junção do termo “muitas vezes serem tratados como tal” e as aspas em parentesco subentendem um discurso em consonância com uma visão vigente de animais como seres inferiores que, indevidamente são alçados a uma categoria à qual não deveriam pertencer. Esse é o discurso do jornalista, o agente da narrativa e possui sua própria subjetividade e opinião sobre o assunto. Ao deixar implícito seu ponto de vista, a reportagem acaba por tender a um viés especista, pois para o leitor pode não ficar claro que aquilo é uma opinião, a qual reforça uma determinada maneira antropocêntrica de se relacionar com o animal.

O agente que "causa" a narrativa torna-se parte do interesse, apenas porque não podemos apontar claramente aquele agente no momento do desfecho. É a contingência que constitui a individuação - no retorno do sujeito como agente - que protege o interesse do domínio intersubjetivo. (BHABHA, 1998, p.264)

É importante salientar: o que aparenta ser uma reportagem meramente informativa, carrega um conteúdo de fundo opinativo nas entrelinhas. A contingência a que Bhabha se refere é a opinião oculta do jornalista (agente) da narrativa. Sua opinião faz parte do discurso de uma forma subjetiva e indireta. Essa liminaridade entre opinião e o fato (acontecimento exterior) por vezes passa despercebida na margem do discurso (BHABHA, 1998) e o que aparentemente seria uma reportagem informativa, carrega um juízo por parte do discurso do jornalista, que pode direcionar indiretamente a opinião do leitor.

No segundo parágrafo, o viés antropocêntrico se faz presente no momento em que o discurso do jornalista cita que o primeiro cão que recebeu o registro é “um cão sem raça definida”, como se fizesse diferença mencionar sua raça. Num discurso sobre humanos, não

faria diferença para esse assunto (registro em cartório) se a pessoa em questão é branca, preta ou indígena, então por que a existência ou não de raça faz diferença ao mencionar o animal? O especismo presente na relação com os animais domésticos contém também um evidente racismo. Não só os animais são inferiores aos seres humanos como algumas raças são inferiores a outra, ou a mistura de raças inferior às raças consideradas puras.

O quinto parágrafo abre com o discurso direto da tutora, que mostra a ambiguidade no relacionamento humano x animal, entre o olhar antropocêntrico e bioético: “ ‘É uma maneira de **provar que o animal é nosso**, até porque **eu considero os animais como membros da família**. Me sinto **mãe** deles. No meu coração o Gaspar já era registrado. Hoje foi só a oficialização’, disse [grifos nossos]” (G1RR, 2017). Ao mesmo tempo em que a tutora se sente mãe do animal, ela demonstra a relação de posse, de objetificação, ao sentir necessidade de provar a posse.

No sétimo parágrafo, temos a opinião do tabelião citada de forma direta: “Hoje, para muitas pessoas, os animais domésticos **são mais importantes até que** alguns seres humanos. Então ter um documento que prove essa relação é muito importante. Nossa intenção é valorizar essa relação e dar segurança tanto ao dono quanto ao animal” [grifos nossos] (G1RR, 2017). Subentende-se aqui, através da expressão grifada, um julgamento de que esse não é um comportamento adequado. Essa é uma opinião pessoal subentendida da fonte. No entanto, como funcionário do cartório, informa que é importante oferecer o serviço. Podemos verificar aqui um recorte entre a opinião pessoal do sujeito que representa a fonte oficial, o tabelião, e o discurso oficial de representação dessa fonte. O interesse da fonte oficial é oferecer o serviço, mas o tabelião considera que algumas pessoas colocam os animais acima de alguns seres humanos, dando a entender que esse comportamento é um exagero.

Na segunda parte da reportagem (**Documentos para registro do animal de estimação**), o jornalista informa os documentos e procedimentos necessários para emissão da identificação, e na terceira e última (**Parte da taxa de registro será doado a Yawara**), informa que a identificação no cartório não beneficia apenas quem quer registrar seu animal de estimação, mas também a ONG, fonte especializada, até o momento representada pela tutora entrevistada, pois parte da renda é revertida para a mesma, que faz serviços comunitários através de resgate, cuidados e promovem adoções de animais resgatados das ruas. Nessa

parte, a reportagem transita entre os discursos da fonte oficial, representada pela citação indireta do tabelião, e da fonte especializada, no discurso direto citado da diretora-geral da ONG, que finaliza com a fala de incentivo à oficialização do registro no cartório.

Existe uma compatibilização dos discursos do jornalista, do representante da fonte oficial (tabelião), e das fontes que deveriam falar pelos animais (tutora e diretora-geral da ONG). Todas as fontes pressupõem o viés antropocêntrico de relacionamento com o animal, num discurso de dominância. Ainda que no discurso da tutora exista a ambiguidade da relação afetiva, esta se dá através da identidade em relação ao animal (PLUMWOOD, 2002) e não através de relação de respeito à identificação da “subjetividade” do animal. A territorialidade do cartório implica nessa relação de identidade, pois limita seu espaço ao domínio humano – o espaço do animal passa a ser o espaço do humano (“nosso animal”). A territorialidade do cartório reforça as territorialidades domésticas de dominação.

A narrativa jornalística não transita pelas perspectivas entre humanos e não-humanos – somente a perspectiva humana é levada em consideração. Os sujeitos sem voz (animais) são apenas representados como sujeitos subalternos aos humanos - os discursos a respeito deles são provenientes do testemunho das fontes. É o tutor quem dá importância ao registro de identificação. Para a perspectiva do animal, nada muda, visto este não ser capaz de entender o que significa. Existe aí uma lacuna no tratamento das perspectivas de sujeitos humanos e não-humanos, pois não há na reportagem a justificativa da importância de tal documento sob o ponto de vista exclusivo do animal, caso exista.

Quem seria o sujeito animal nesta reportagem? Não apenas o cachorro específico que está recebendo o registro naquele momento, mas também outros animais que vierem a ter o documento, e também os animais resgatados pela ONG e beneficiados com a doação de parte do valor arrecadado. A reportagem poderia ser complementada com o ponto de vista de fontes que falassem pelos animais não-humanos e opinassem se e como o registro seria importante para o animal. Quais são as vantagens para a vida do animal, ao receber o registro? Traria algum benefício?

Além disso, os recursos disponíveis no webjornalismo para o enriquecimento informativo do assunto abordado são pouco explorados. De acordo com a pirâmide deitada

proposta por Canavilhas (2006), podemos verificar que o texto atende a unidade de base, que são as informações essenciais e o nível seguinte, de explicação – o registro, como funciona, procedimentos necessários. Os níveis de contextualização e de exploração não foram aproveitados. Por exemplo, o registro poderia ser utilizado em caso de o animal fugir ou se perder, para identificá-lo? Como isso aconteceria? Um chip de identificação não seria mais eficaz em caso de fuga ou roubo? Um infográfico com as semelhanças e diferenças entre métodos de identificação de animais domésticos tutorados (coleira com GPS, chip, registro) e suas finalidades também poderiam ser um complemento. Por fim, poderiam ser explorados links para assuntos relacionados, como o que ocorre com animais domésticos em situação de rua, sobre os animais recolhidos pelos centros de zoonoses e a importância da posse responsável. Outra opção seria um link para o site da ONG, e até mesmo um box mostrando o trabalho efetuado com animais resgatados, para demonstrar como as doações seriam aplicadas. Além do predomínio do discurso antropocêntrico de dominação das espécies não-humanas, houve também pouco aprofundamento nas questões que enfatizam o ponto de vista dos animais.

Os termos “parentesco”, “considerar os animais como membro da família”, “mãe deles” e “são mais importantes até que alguns seres humanos” apontam para uma domesticidade antropomórfica, na quais os animais são destituídos de seu sentido animal para serem vistos como algo o mais próximo de um ser humano. Tanto que o animal está sendo registrado em cartório com sobrenome, tal qual uma criança quando nasce.

Na segunda reportagem analisada, *Cães da raça pitbull são os principais alvos de furtos em Roraima*, além da questão da posse, demonstrada no capítulo anterior, existe uma valoração do animal em termos sentimentais, das necessidades emocionais que eles suprem. A tutora que teve a cachorra roubada enfatiza o quanto ela “pertence” a uma criança que está inconsolável com a perda. “A Meggie **pertence** a uma criança [grifo nosso]” (RODRIGUES, 2021).

No sétimo parágrafo, o discurso direto citado da tutora é:

“Só quem cria um cachorro sabe o **valor sentimental**. É **como um integrante da família**. A gente cuida com todo o amor e eles retribuem. Ele dá alegria para a casa, faz parte do dia-a-dia. O **valor de uma perda** dessas é inestimável, não tem como descrever”, descreve Ana Paula [grifos nossos]” (RODRIGUES, 2021)

Valor sentimental e valor da perda misturam sentidos de domesticidade antropocêntrica com a afeição pelo animal.

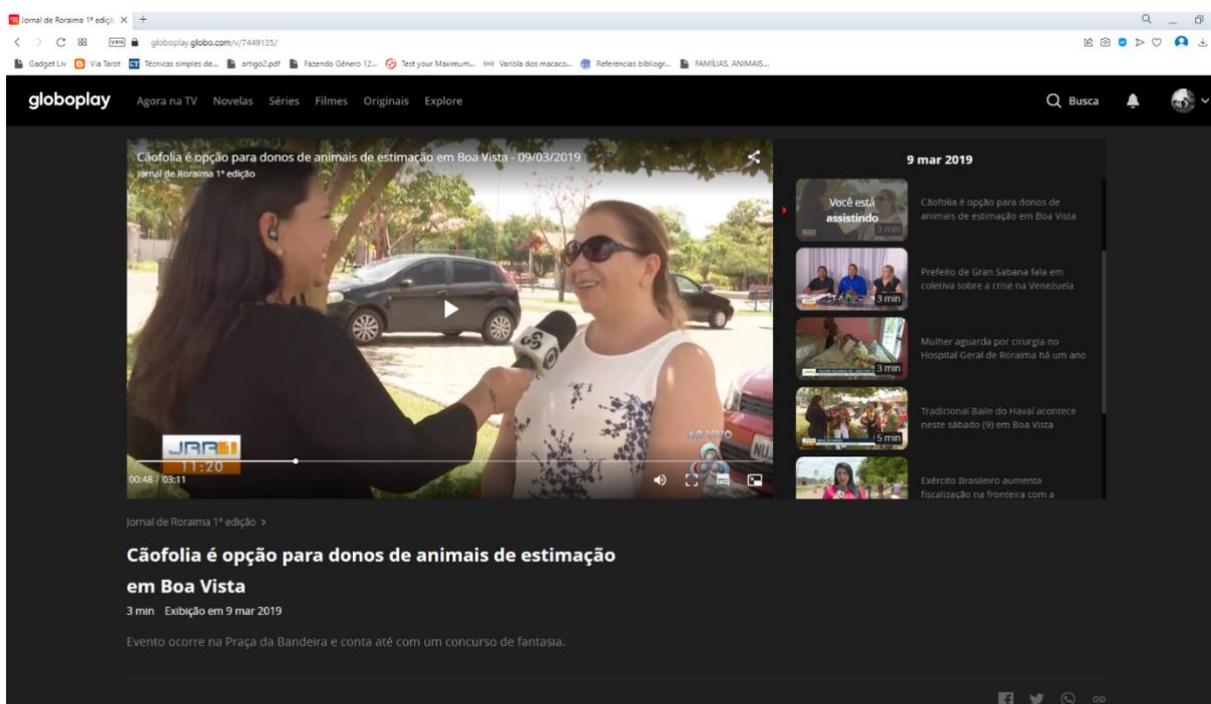
Na vídeo-reportagem *Cãofolia é opção para donos de animais de estimação em Boa Vista*, o título já se mostra problemático pois “opção para donos de animais de estimação” subentende que é um evento para agradar os seres humanos tutores de pets, e não o contrário. A apresentadora afirma que “é a vez dos cachorros curtirem o Carnaval, com direito a ‘cãocurso’ de fantasia e tudo” (G1RR, 2019). Temos presente aqui a antropomorfização, pois Carnaval é uma festa que faz sentido para os seres humanos, um evento cultural. Para os animais, não faz diferença correr na pracinha e interagir com outros cachorros hoje, amanhã, no Carnaval ou outro feriado. O sentido de “folia carnavalesca” é restrito apenas para os seres humanos. A repórter complementa, na entrevista que “as pessoas que estão em casa duvidam, mas os pets também têm o direito de ter essa folia”, opinião corroborada pela presidente da ONG, que afirma que “eles são bem animados”.

O discurso da entrevistada, que poderia ser considerada a fonte especializada que deveria falar pelos animais, enfatiza a importância do evento para a ONG, no quesito doações de alimento para os animais e materiais de higiene de cuidados com os mesmos. No entanto, não temos clareza se há algum benefício para os animais que participarão do evento, pelo contrário, o concurso de fantasia e o excesso de animais em um mesmo espaço, podem causar stress em muitos animais. Plumwood considera esse tipo de tratamento, no qual o animal é travestido de humano e obrigado a participar de acontecimentos que não condizem com sua natureza, uma forma duvidosa de tratamento antropocêntrico:

Quando um macaco é vestido com roupas humanas, feito para andar de bicicleta de circo e ridicularizado como uma forma degenerada do humano, quando na mesma representação as próprias diferenças e excelências do animal são negadas ou negligenciadas, temos claramente uma forma altamente questionável de antropomorfismo, o que também é provavelmente uma forma de antropocentrismo. Observe, entretanto, que esse tipo de antropomorfismo paternalista e negador da diferença não é de forma alguma inevitável na representação de não-humanos em termos intencionais e que expressa uma dinâmica colonizadora. A preocupação com a falta de respeito pela diferença não humana pode validamente se estender para cobrir até mesmo tentativas bem-intencionadas de direitos dos animais de assimilar animais dentro do modelo da pessoa, em contextos onde não houve nenhuma tentativa associada de desconstruir

o dualismo pessoa / propriedade formador do liberalismo⁴². (PLUMWOOD, 2002, p.59-60, tradução nossa)

Figura 06 - Reportagem sobre carnaval para cães



Fonte: G1 Roraima

O evento foi promovido para ajudar a ONG, mas não faz sentido algum para os animais que fossem participar, levados por seus tutores. Não temos nesta reportagem uma fonte especializada que represente o interesse dos animais. Apesar de termos presente a representante de uma ONG que resgata e ajuda animais abandonados, os animais em questão na notícia, são aqueles que participariam do evento e teoricamente possuem interesse no mesmo.

⁴² When a monkey is dressed in human clothes, made to ride a circus bicycle and ridiculed as a degenerate form of the human, when in the same representation the animal's own differences and excellences are denied or neglected, we clearly have a highly objectionable form of anthropomorphism, which is also likely a form of anthropocentrism. Notice though that this kind of patronising and difference-denying anthropomorphism is by no means inevitable in the representation of non-humans in intentional terms, and that it expresses a colonising dynamic. The concern about lack of respect for non-human difference can validly extend to cover even wellmeaning animal rights attempts to assimilate animals within the model of the person, in contexts where there has been no associated attempt to deconstruct the person/property dualism formative of liberalism.

A quarta reportagem, *Hora do pet: animais de estimação de Roraima fazem sucesso nas redes sociais*, é um bate papo descontraído entre repórter e a tutora de um casal de cães da raça Shih Tzu que possuem perfil na rede social do Instagram, o qual tem um número considerável de seguidores (mais de 6 mil). A rotina dos animais é exibida - os cães são postos pela tutora em poses específicas, para o registro em fotos e vídeos, podendo usar roupas e acessórios e colocados em cenários definidos para gerar engajamento nas redes sociais. A reportagem mostra, em determinado momento, a tutora arrumando um dos cães com roupas para prepará-los para uma nova foto. A tutora diz no depoimento que “é como um álbum de fotos para registrar os momentos felizes deles” (G1RR, 2019), complementado pelo discurso indireto citado da repórter: “Segundo a Gleiciane [entrevistada], o perfil é usado como interação com os seguidores, respeitando os limites e as características dos animais” (G1RR, 2019).

Perfis de animais em redes sociais é muito comum - quem tem animais em casa normalmente gosta de registrar alguma ação ou até mesmo uma pose bonita ao dormir. Eu mesma tenho várias fotos deles publicadas. No entanto, existe uma diferença entre um vídeo ou foto espontânea, na qual registramos um momento natural para os animais (como uma determinada postura dormindo), e submetê-los a uma foto “posada”, como um modelo, colocando roupas e os obrigando a ficar em determinados lugares ou em determinadas posições até conseguir um ângulo interessante. A questão do engajamento também evidencia o interesse exclusivamente humano por trás dessa prática – perfis com muitos seguidores acabam por atrair publicidade e patrocínio, o tutor acaba por submeter os animais a mais rotinas específicas para a divulgação de determinados produtos dos patrocinadores a fim de gerar retorno monetário para si. Apesar de a entrevistada afirmar (no discurso indireto citado pela repórter) que os limites e as características dos animais são respeitados, não é uma característica natural dos animais ter um perfil no Instagram. Não é um ato da vontade do animal, mas sim dos seres humanos que com eles convivem. Este é o ato de suprir uma vontade e/ou necessidade humana de interação social e retorno financeiro (quando há). Plumwood afirma que esse tipo de atitude que humaniza os pets provém da falta de empatia pela especificidade do comportamento do animal:

A questão do antropomorfismo pode muitas vezes ser levantada com alguma validade maior no contexto da negação da diferença, que é uma parte fundamental das estruturas de subordinação e colonização às quais os animais estão sujeitos. A acusação de antropomorfismo pode, então, legitimamente chamar nossa atenção para uma perda de sensibilidade e respeito pela diferença animal na representação humanizante⁴³ (PLUMWOOD, 2002, p.59, tradução nossa).

Apesar da tutora afirmar “tenho que suprir o que os instintos deles pedem, mesmo sendo domésticos” ela também afirma que “diz para muitas pessoas que eles são seus filhos, porque não tem filhos humanos, mas trata eles como filhos” (G1RR, 2019). Esse paradoxo constitui a relação de ambiguidade presente nas relações atuais entre humanos e seus animais de estimação: temos afeto por eles, mas os humanizamos para que preencham uma lacuna, eles substituem possíveis filhos humanos e, conseqüentemente, passam a ser tratados como tal. Há uma confusão do que seja as necessidades da expressão do comportamento natural dos animais e as necessidades humanas. Ao mesmo tempo em que a tutora afirma que supre suas necessidades, ela os submete à ssua próprias necessidades, conforme à falta de respeito e sensibilidade que Plumwood demonstrou ocorrer.

A reportagem conta, ainda, com uma fonte especializada que defende o ponto de vista animal – um veterinário é entrevistado para dar seu parecer se é saudável para os animais serem submetidos a esse tipo de atitude. O veterinário demonstra ser contra tal prática:

Esse susto causa um martírio para ele fazer esse trabalho, tira roupa, bota roupa, você vê que ele está estressado, está cansado, está ofegante, então não se deve fazer isso por muito tempo ou não se fazer com esses animais, certo? Então tudo é uma questão de você saber dosar, conhecer o animal, se ele gosta disso. (G1RR, 2019)

O diferencial nesta reportagem foi buscar o contraponto da opinião especializada sobre os animais, a qual defendeu seus interesses, explicando que não é interessante para eles esse tipo de prática.

⁴³ The question of anthropomorphism can often be raised with some greater validity in the context of the denial of difference which is a key part of structures of subordination and colonisation to which animals are subject. The charge of anthropomorphism may then legitimately draw our attention to a loss of sensitivity to and respect for animal difference in humanising representation.

Na quinta e última reportagem, *Veja como preparar o cachorro para a chegada de um bebê em casa*, aparentemente temos um discurso mais compatível com um tratamento de não dominância para com os animais. O apresentador do telejornal abre a matéria dizendo “em muitas casas os animais de estimação são tratados como se fossem pessoas da família”. O repórter complementa “família é muito mais do que o DNA, é aquele grupo de seres com quem você se sente verdadeiramente em casa, onde amor e carinho são essenciais” (G1RR, 2020). Ele apresenta então, a família, constituída de um casal, um bebê e as “filhas mais velhas do casal”, duas cadelinhas jovens, de uns dois anos de idade.

No entanto, verificamos ao longo da reportagem, que esse relacionamento é baseado na identidade dos seres humanos em relação aos animais, através da antropomorfização nos termos de Val Plumwood (2002). Antes da chegada do bebê, as cachorras eram tratadas como crianças humanas, tinham festas de aniversário, passavam o tempo todo com os tutores e dormiam na cama.

Repórter: Elas têm cerca de dois anos e digamos que são as filhas mais velhas do casal, vieram bem antes do Julian, tanto que já tiveram até festas de aniversário com ‘cãoovidados’ e tudo. A própria Bruna nunca as tratou somente com simples pets, por isso houve aquele medo de deixar elas de lado com a chegada do novo integrante.

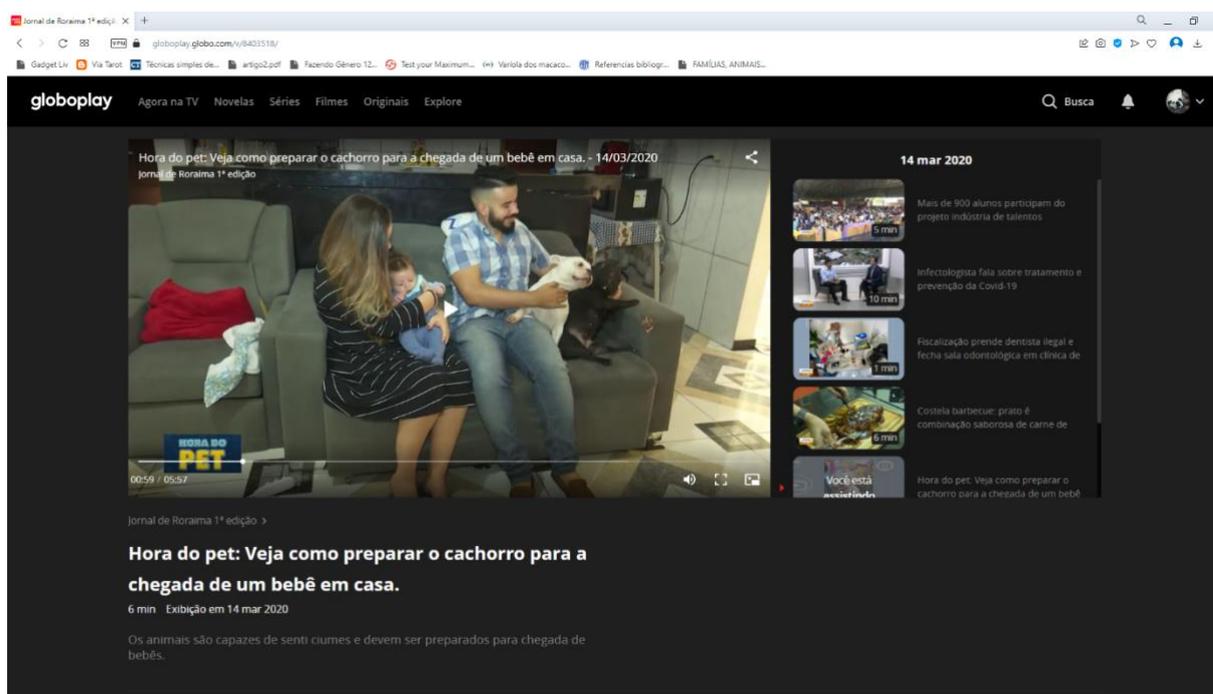
Entrevistada: A gente tratava elas como bebezinho. Quando a Glúten chegou eu fiquei até dormindo na sala para ela se adaptar com a casa (...) antes era completamente atenção delas, a gente tratava como filho mesmo, agora com o Julian meu tempo é 100% dele, a gente tenta dividir um pouco a atenção, principalmente o Tiago que fica mais com elas, mas a atenção está bem dividida, principalmente da minha parte. (G1RR, 2020)

A rotina dos entrevistados muda com a chegada do filho, as cachorras não dormem mais na cama, ganharam caminhas específicas para animais, convivem e recebem muito menos atenção da tutora, envolta nos cuidados com o bebê, tendo mais contato com o tutor no dia-a-dia. Os animais não se adaptaram facilmente, demonstrando comportamento de ciúmes:

Repórter: No começo não foi aquela maravilha não, teve aquela birra de irmão, você acredita que com ciúmes, elas decidiram fazer xixi no berço do Julian, poxa vida hein! Talvez isso tenha sido resultado das mudanças que precisaram acontecer. Cafeína e Glúten que eram acostumadas a passar o dia deitadas com o casal, assistindo TV e descansando, agora precisaram ganhar uma caminha nova. Foi tudo uma questão de se adaptar, porque adaptação é a palavra chave. (G1RR, 2020)

No antropomorfismo, nós humanizamos os animais, os acostumamos com a rotina de vida humana, e quando um filho humano surge, voltamos a tratá-los como um animal. No entanto, isso os confunde, pois foram adaptados a viver de uma determinada forma, que já foi assimilada, tornada rotina. Clutton-Brock afirma que “as raças de animais domesticados sofrem evolução cultural tanto quanto as sociedades humanas” (CLUTTON-BROCK, 2003, p.27). Eles perdem boa parte de seus instintos naturais a serem adaptados ao nosso ambiente e ao nosso convívio. Ao retirar deles aquilo ao qual estavam acostumados, gera-se um stress emocional e confusão mental, pois não entendem o porquê das mudanças.

Figura 07 – Reportagem sobre adaptação de animais de estimação para a vinda de um bebê na família



Fonte: G1 Roraima.

Situação semelhante aconteceu ao macaco Tião⁴⁴, que viveu 33 anos no zoológico do Rio de Janeiro e ficou famoso por ter sua candidatura a prefeito da cidade, lançada em 1988 pelos humoristas do Casseta e Planeta⁴⁵ (à época, os votos ainda aconteciam em cédulas de papel), chegando a receber 10% dos votos válidos. Nascido em cativeiro, filho de dois

⁴⁴ https://pt.wikipedia.org/wiki/Macaco_Tião

⁴⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Casseta_%26_Planeta

chimpanzés que viviam no zoológico, Tião foi adotado pelo chefe dos tratadores e alçado a uma vida de criança humana, com direito a dormir na casa do tratador e passar o dia fora da jaula, na administração do zoológico e acompanhando as atividades diárias do seu “padrasto”. Tião provavelmente entendeu que era diferente dos outros animais enjaulados, e não podemos afirmar, apenas especular, que ele possivelmente se sentiu como qualquer outro ser humano, identificando-se muito mais conosco do que com os outros animais do zoológico. No entanto, na adolescência, começou a mudar o comportamento, assim como qualquer adolescente humano: tornou-se mais teimoso e passou a recusar ordens do tratador, que, por não ser seu verdadeiro pai, não teve a paciência que teria com um humano nesta fase de transição para a vida adulta e enjaulou Tião como todos os outros animais do zoológico.

Ao longo da vida, até a sua morte, Tião tornou-se mal-humorado, tentou fugir várias vezes e precisou fazer uso de calmantes para ser contido. Também não tinha interesse pelas fêmeas de sua espécie, mas demonstrava interesse por mulheres. Segundo um tratador, “o negócio dele era loura de bota” (KAZ, 2017). Tião viveu e morreu infeliz porque assimilou um estilo de vida humano ao ser antropomorfizado, e após adaptado a uma existência tipicamente humana, teve sua rotina suprimida para viver no cárcere de uma jaula. Se tivesse sido criado desde a infância nos limites do espaço destinado aos Chimpanzés no zoológico, talvez pudesse ter tido uma existência menos sofrida.

O mesmo ocorre com animais de estimação alçados à categoria de “filhos de quatro patas” que, com a chegada de crianças humanas na família, são automaticamente devolvidos ao seu posto de pet, de cachorro ou gato, como se instintivamente eles soubessem que “aquele é o lugar deles” e que a partir de então agirão como qualquer exemplar de sua espécie. No entanto, eles foram ensinados a viver de uma determinada forma e desconhecem outra vida, aquela inerente à sua espécie.

A reportagem conta também com a fala de uma fonte especializada, um veterinário que explica ao telespectador como é feita a transição na chegada de um filho humano, de forma que os animais não se sintam relegados ao segundo plano e passem pela adaptação sem stress:

Veterinário: Os filhos pet já estavam ali presente, então vamos ter que trabalhar bastante essa fase de adaptação, sempre mantendo a atenção necessária para os

filhos pets, mantendo eles ali, junto nas atividades; adaptar de certa forma a rotina da família que vai ter algumas alterações. Essa adaptação deve ocorrer durante a gestação, onde vai introduzindo peças de roupas para os filhotes, para eles já irem se adaptando ao próprio carrinho de bebê, de certa forma apresentar o quarto da criança para eles verem que ali vai ter um novo integrante ter toda essa atenção com eles.

Embora os tutores tenham tomado o cuidado de dar atenção aos animais no processo de mudança, com a retirada de alguns privilégios adquiridos, por mais que os animais se adaptem, não é possível retornarem a um estado mais “natural” de existência, pois já estão condicionados e condenados a se comportarem antropomorficamente.

Tanto em relação à domesticação quanto à domesticidade, constatamos a prevalência de um viés especista presente nas reportagens, uma sobreposição dos interesses humanos em detrimento das outras espécies. As normas humanas são a base de comparação e de ordenação hierárquica de importância e consideração ética (PLUMWOOD, 2002). No entanto, nos discursos em que a domesticação se faz presente, esse especismo é mais claro e ocorre no sentido do animal enquanto propriedade dos seres humanos, através de expressões com significado de posse. Já no discurso de domesticidade, isso fica mais velado, pois através do antropomorfismo, subentende-se que esses animais são mais valorizados, justamente por seus tutores acreditarem que os estão tratando como pessoas, até mesmo como filhos. No entanto, através da análise das matérias, pudemos constatar que os animais de estimação estiveram presentes quase como uma extensão dos desejos e necessidades dos tutores, como no caso dos cachorros que possuíam rede social, mas quando necessário, eram novamente relegados ao status de animal não-humano, a exemplo das cachorras que tiveram que se adaptar à chegada do filho humano de seus tutores. Essa dinâmica de acontecimentos demonstra que esses animais nunca foram realmente um membro da família com o mesmo status que os seres humanos gozam, pois em situações nos quais não convém mais tratá-los como “membros da família”, são devolvidos ao posto de animal de estimação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe imparcialidade na comunicação. De acordo com Brügger (2022,) isso pode se concretizar de várias formas, dentre elas, o silenciamento e a superficialidade ao lidar com determinados assuntos podem promover um apagamento de questões morais subjacentes ao assunto em pauta, que deixam de ser discutidos e, conseqüentemente, questionados. Outra maneira de lidar com os assuntos de forma parcial é através do pressuposto mencionado por Bueno (2008) – a redução da reportagem a dimensões técnicas ou puramente informativas - ao invés de desenvolver questões que demandam ponderações éticas mais aprofundadas (BRÜGGER, 2022). Nas reportagens analisadas, ficou evidente o caráter de domesticação e domesticidade baseado no sentido da superioridade da nossa espécie em relação aos animais, incluindo nossos pets.

A subalternidade animal presente nos discursos de domesticação, os quais enfatizaram os animais enquanto propriedade de seus tutores, são frutos da abordagem instrumental presente no sistema capitalista no qual vivemos, que tratam o animal não-humano, com poucas exceções, como propriedade, isento de preocupação ética (PLUMWOOD, 2002). Brügger (2022) afirma que o paradigma dominante, da instrumentalização, ajudou a criar um conceito de natureza objetificada enquanto conjunto de recursos para a espécie humana. Esse conceito é corroborado pela herança das matrizes filosófica e religiosa abordadas na introdução desta pesquisa.

A ausência de fontes que falem pelos animais, na maioria das reportagens, é uma das conseqüências da cultura antropocêntrica na qual a agência da natureza ou é negada ou feita de modo a coincidir com os interesses humanos, considerados mais importantes.

Uma vez que se pensa que a esfera não humana não tem agência própria e é vazia de propósito, considera-se apropriado que o colonizador humano imponha seus próprios propósitos. A ética centrada no homem vê a natureza como possuidora de significado e valor apenas quando é feita para servir ao ser humano / colonizador como um meio para seus fins. Assim, obtemos a divisão característica da

modernidade em que as considerações éticas se aplicam à esfera humana, mas não à esfera não humana⁴⁶ (PLUMWOOD, 2002, p.109, tradução nossa).

Dessa forma, os animais são representados de acordo com perspectivas instrumentais, negando-lhe o papel de sujeito, assujeitando-o ao papel de objeto de consumo e também objeto de afeto, mas tendo sua voz silenciada. Apesar de duas das reportagens contarem com o depoimento de veterinários defendendo o ponto de vista animal no processo social de domesticação ao qual estão submetidos, apenas uma delas contém um conteúdo de crítica ao comportamento imposto aos animais (*Hora do pet: animais de estimação de Roraima fazem sucesso nas redes sociais*).

No que tange à domesticidade, a antropomorfização se fez presente nas reportagens analisadas, através de um comportamento que Plumwood denominou como identidade, intrínseco ao antropomorfismo. Ficou evidente nos termos usados nas reportagens, principalmente naquela intitulada *Veja como preparar o cachorro para a chegada de um bebê em casa*, a humanização dos pets. Ao desenvolvermos laços de afetividade com os animais de estimação, tendemos a tratá-los como humanos, como se estivéssemos proporcionando a eles algum tipo de “vantagem”, isto é, inconscientemente nos consideramos superiores e possuidores de determinados confortos e regalias, os quais apenas aqueles animais que amamos merecem, e, por conseguinte, passamos a lhes imbuir características e comportamentos humanos. Porém, ao humanizar os animais, sua “subjetividade” própria da espécie não é respeitada. Ao sobrepormos nossa natureza à deles, tratamos como subalternos.

Plumwood (2002) considera subalterno o tratamento dado a eles e explica que sobrepomos nossa natureza à dos animais ao lhes atribuir características e comportamentos humanos e enfatiza a necessidade de nos comunicarmos com outras espécies à maneira própria da sua expressão de comportamento natural.

⁴⁶ Since the non-human sphere is thought to have no agency of its own and to be empty of purpose, it is thought appropriate that the human coloniser impose his own purposes. Human-centred ethics views nature as possessing meaning and value only when it is made to serve the human/ coloniser as a means to his or her ends. Thus we get the split characteristic of modernity in which ethical considerations apply to the human sphere but not to the non-human sphere.

Devemos alcançar a solidariedade com o outro em sua diferença e, apesar da ambiguidade do termo ‘identificação’, solidariedade aqui não pode ser interpretada como identidade; solidariedade e respeito não podem ser entendidos como processos de superação ou eliminação da alteridade ou diferença, e nem a ética nem a motivação podem ser derivadas do estabelecimento de equivalência ética para consigo mesmo ou da extensão do egoísmo a uma classe mais ampla de grandes Eus⁴⁷. (PLUMWOOD, 2002, p.200, tradução nossa).

A antropomorfização evidencia outra questão presente em nossas práticas cotidianas – a do especismo seletivo, no qual valor moral é concedido a algumas espécies, enquanto outras continuam relegadas apenas ao valor instrumental. Animais de estimação, geralmente cães e gatos, são tratados como integrantes das famílias e a eles são designadas considerações morais. Outras espécies, incluindo animais domesticados para a alimentação, são entendidos como recursos (BRÜGGER, 2022).

Para além do especismo seletivo, ainda praticamos o que Brügger define como “especismo seletivo intraespecífico”, no qual há segregação de raças puras daqueles sem raça definida, que normalmente são mais sujeitas ao abandono. Essa modalidade ficou evidente na reportagem *Cães da raça pitbull são os principais alvos de furtos em Roraima*. No entanto, o valor intrínseco das raças puras é meramente seu valor enquanto produto comercial, e não estão isentas de um tratamento cruel. “Se tais animais foram ‘inventados’ para serem vendidos, para servir a algum propósito, não são vistos verdadeiramente como vidas, mas como produtos passíveis de devolução ou desistência” (BRÜGGER, 2022, p. 27).

As reportagens de âmbito ambiental no que tange aos animais estão longe de abarcar a totalidade daquilo ao qual o jornalismo ambiental se propõe. Animais domésticos são uma pauta subproveitada, mas que traz debates importantes na sociedade, para além dos direitos dos animais, como, por exemplo, a superpopulação dessas espécies, seja por abandono ou falta de controle de natalidade, que conseqüentemente também afetam o meio ambiente.

⁴⁷ We must attain solidarity with the other in their difference, and despite the ambiguity of the term ‘identification’, solidarity here cannot be interpreted as identity; solidarity and respect na not be understood as processes of overcoming or eliminating otherness or difference, and neither ethics norm motivation can be derived from establish in gethical equivalence to self or from extending egoism to a widerclass of big Selves.

Sabemos existir uma desfasagem temporal nas reportagens cotidianas, nas quais o jornalista tem um espaço e tempo delimitado para desenvolver a notícia. No entanto, o formato do webjornalismo, como pontuou Canavilhas (2006), permite que o assunto seja ampliado para abarcar vários níveis de informações e debates - no entanto, isso foi pouco explorado no material analisado. No que tange especificamente às reportagens de vídeo, estas fazem parte de quadros de programas televisivos que são agrupados em editorias no portal da web, e apenas a reportagem sobre o *CãoFolia* foi parcial no que tange às fontes animais, as outras duas tiveram o ponto de vista do animal abordado. Nas reportagens textuais, o animal sequer foi abordado enquanto sujeito, aparecendo de forma indireta e como objeto - tanto de um serviço prestado, quanto de um crime.

Entendemos que falta aos profissionais da área uma mudança em sua formação no que tange ao jornalismo ambiental, tanto no entendimento técnico de suas funções informativa, pedagógica e política (BUENO, 2008), quanto do entendimento dos valores antropocêntricos e especista vigente em nossa cultura, para que possam atingir um melhor equilíbrio em suas reportagens, no que tange às perspectivas das fontes de sujeitos humanos e não-humanos. Bueno afirma que

O jornalismo ambiental não pode abrir mão da militância, entendida aqui como o compromisso primeiro e inadiável dos jornalistas com a conscientização, com a mobilização de braços e mentes, com a superação das desigualdades, com a denúncia de grandes interesses. (...) A militância em jornalismo ambiental implica dominar os conceitos básicos, estar comprometido com uma perspectiva crítica, contextualizar as questões ambientais, politizar o debate. (BUENO, 2007, p.21-22)

Concordamos com Bueno e Brügger que os meios de comunicação poderiam mudar esse quadro, disseminando uma ideologia mais bioética e de cuidado animal, através de discursos mais éticos em relação aos animais, no aprofundamento dos assuntos de importância para outras espécies, no questionamento do tratamento humanizado que damos aos nossos pets e, principalmente, buscando dar voz a fontes que falem pelos animais. No entanto, essas instituições, geralmente, desempenham o papel de reproduzir e legitimar as visões de mundo dominantes.

Esperamos que essa pesquisa seja apenas um ponto de partida para que cada vez mais jornalistas, futuros jornalistas e pesquisadores questionem tanto a relevância do jornalismo ambiental enquanto disciplina dos cursos de comunicação, quanto o papel do jornalista em um mundo mais igualitário do ponto de vista de outras espécies. Há uma necessidade de mudança em nossa formação. Intencionamos dar continuidade a pesquisas relativas ao papel do jornalismo na relação humano x animais domésticos, apontando questões passíveis de debate e propondo resoluções possíveis. Levando em consideração que a representação da mídia sobre os animais pode influenciar na opinião e no comportamento das pessoas em relação a eles, inclusive em medidas favoráveis ou não ao seu bem-estar, pretendemos, em uma futura tese de doutorado, averiguar de forma mais intensiva e extensiva, através de análises quantitativas e de conteúdo, se a representação dos animais de estimação no jornalismo de referência é feita majoritariamente sob uma ótica especista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Simão Farias. Cidadania de seres não humanos e ecossistemas: pressupostos para proposta em educomunicação e jornalismo ambiental. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental**. São Paulo: Anais do ENPJA - ISSN 2359-2230, p.93-107, 2015. Disponível em: <<https://anaisenpja.files.wordpress.com/2016/01/93-107-farias.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

ALMEIDA, Simão Farias. Contingências socioambientais do roteiro do filme Aquarius. **ESFERAS**, v.21, p.167-184, 2021. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/13093/7561>>. Acesso em 26 dez. 2021.

ALMIRON, Núria; COLE, Matthew. The convergence of two critical approaches. In: ALMIRON, Núria; COLE, Matthew; FREEMAN, Carrie P. (Orgs). **Critical animal and media studies: communication for nonhuman animal advocacy**. New York: Routledge, 2016. p.1-7

BAPTISTELLA, Eveline dos Santos Teixeira. **A representação dos animais na imprensa: uma proposta de reflexão ética**. Revista Comunicação, Cultura E Sociedade, V.8, Núm.08, ed.008, p.03–21, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/rccs.v8i8.2930>. Acesso em 20 abr.2022.

BAUMONT, Clarissa de; GIRARDI, Ilza M. T.; PEDROSO, Rosa Nívea. Jornalismo e cidadania ecológica: análise da temática do aquecimento global no Caderno Ambiente Zero Hora. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; MARCONDES, Adalberto Wodianer Marcondes (Orgs). **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008. p.189-227.

BERNA, Vilmar Sidney Demamam. Desafios para a Comunicação Ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; MARCONDES, Adalberto Wodianer Marcondes (Orgs). **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008. p. 89-104.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOFF, Leonardo. **O cuidado necessário**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BRÜGGER, Paula. **Jornalismo Especista: Textos e Fragmentos de Olhares sobre os Animais não Humanos na Mídia**. Curitiba: Editora Appris, 2022. Edição do Kindle.

BUENO, Wilson da Costa. As síndromes do jornalismo ambiental brasileiro. In: **Mídia, ecologia e sociedade**. MELO, José Marques de (Org.) São Paulo: INTERCOM, 2008. p.161-172.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Marajoara Editorial, 2007.

CANAVILHAS, João. Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada. In: **Comunicación local: da pesquisa á producción. Anais do Congresso Internacional Lusocom**, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CERBONE, David R. **Understanding phenomenology**. Durham: Acumen, 2006.

CLUTTON-BROCK, Juliet. The unnatural world. Behavioural aspects of humans and animals in the process of domestication. In: MANNING, Aubrey; SERPELL, James (Orgs.). **Animals and human society. Changing perspectives**. New York: Taylor & Francis e-Library, 2003. p.23-35

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene F. **The “Anthropocene”**. Global Change Newsletter, n.41, 2000, p.17-18. Disponível em:

<<http://www.igbp.net/publications/globalchangemagazine/globalchangemagazine/globalchangelettersno4159.5.5831d9ad13275d51c098000309.html>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Edipro, 2018.

DECLARAÇÃO de Cambridge sobre a consciência em animais humanos e não humanos. Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, 31 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/172-noticias/noticias-2012/511936-declaracao-de-cambridge-sobre-a-consciencia-em-animais-humanos-e-nao-humanos>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

DEMELLO, Margo. **Animals and society**. 2nd ed. New York: Columbia University Press, 2021.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DESCARTES, Rene. **Discurso do método**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e no ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; MARCONDES, Adalberto Wodianer (Orgs). **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008.

DURAND, Guy. **Introdução geral à bioética: história, conceitos e instrumentos**. São Paulo: Loyola, 2007.

DÜRBECK, Gabriele. Narratives of the anthropocene. In: ALBRECHT, Monika. **Postcolonialism Cross-Examined. Multidirectional Perspectives on Imperial and Colonial Pasts and the Neocolonial Present**. New York: Routledge, 2020.

EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRANCIONE, Gary. Animals: Property or Persons? In: CASS, Sunstein Robert; NUSSBAUM, Martha Craven. (ed.). **Animal rights: current debates and new directions**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 108-142.

FRANCIONE, Gary L. **Introduction to Animal Rights. Your child or the dog?**. Philadelphia: Temple University Press, 2000.

Brügger, Paula. Jornalismo Especista: Textos e Fragmentos de Olhares sobre os Animais não Humanos na Mídia (p. 42). Editora Appris. Edição do Kindle.

FRANCISCO, Papa. **Carta encíclica Laudato Si'**. Vaticano, 2015. Disponível em: <<https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/NFC-Carta-Enciclica-laudato-si.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

FROME, Michael. **Green Ink: An Introduction to Environmental Journalism**. Utah: University of Utah Press, 1998.

GAMBIN, Lee. **Massacred by mother nature**. Baltimore: Midnight Marquee Press, 2012.

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

GERN, Augusta; LIMA, Myriam Del Vecchio de. Aprender e ensinar o jornalismo ambiental. In: GIRARD, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE,

Roberto Villar (Orgs.). **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p.25-38.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; MARCONDES, Adalberto Wodianer (Orgs.). **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008.

GIRARD, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar (Orgs.). **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

GIRARD, Ilza Maria Tourinho. Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de jornalismo ambiental. In: GIRARD, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar (Orgs.). **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 13-24.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

G1RR. **Cãofolia é opção para donos de animais de estimação em Boa Vista**. Boa Vista: Organizações Grupo Globo, 09 mar. 2019. Diário. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7449135/>>. Acesso em: 28 set. 2020.

G1RR. **Cartório de RR passa a emitir registro de nascimento a animais de estimação com sobrenome do dono**. Boa Vista: Organizações Grupo Globo, 21 jul. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/cartorio-de-rr-passa-a-emitir-registro-de-nascimento-a-animais-de-estimacao-com-sobrenome-do-dono.ghtml>>. Acesso em: 23 set. 2020.

G1RR. **Hora do pet: animais de estimação de Roraima fazem sucesso nas redes sociais**. Boa Vista: Organizações Grupo Globo, 30 nov. 2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8136919/>>. Acesso em: 26 set. 2020.

G1RR. **Hora do pet: Veja como preparar o cachorro para a chegada de um bebê em casa**. Boa Vista: Organizações Grupo Globo, 14 mar. 2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8403518/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

HAMMOND, Michael; HOWARTH, Jane; KEA, Russell. **Understanding phenomenology**. Oxford: Blackwell, 1991.

HECK, José. **Bioética: autopreservação, enigmas e responsabilidade**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/2995/2995.PDF>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

HIDDLESTON, Jane. **Understanding postcolonialism**. Stocksfield: Acumen, 2009.

HUGGAN, Graham; TIFFIN, Helen. **Postcolonial Ecocriticism. Literature, Animals, Environment**. New York: Routledge, 2015.

HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

INGOLD, Tim. From trust to domination. An alternative history of human-animal relations. In: MANNING, Aubrey; SERPELL, James (Orgs.). **Animals and human society. Changing perspectives**. New York: Taylor & Francis e-Library, 2003. p.1-22

JOY, Melanie. **Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas. Uma introdução ao carnismo: o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não**. São Paulo: Cultrix, 2014.

KAZ, Roberto. **O candidato enjaulado**. In: UOL – Folha de São Paulo, Revista Piauí. São Paulo, 04 out. 2017. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/o-candidato-enjaulado/> >. Acesso em: 28 set. 2022.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Novos ensaios sobre o entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

LINNÉ, Tobias. Tears, connections, action! Teaching critical animal and media studies. In: ALMIRON, Núria; COLE, Matthew; FREEMAN, Carrie P. (Orgs). **Critical animal and media studies: communication for nonhuman animal advocacy**. New York: Routledge, 2016. p.251-264.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1973.

LOOSE, Eloísa Beling. Matérias ambientais na Folha de S. Paulo: do manual à teoria da noticiabilidade. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; MARCONDES, Adalberto Wodianer (Orgs). **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008. p.289-301.

MACACO Tião. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. [São Francisco, CA: Fundação Wikimedia], 2017. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Macaco_Tião](https://en.wikipedia.org/wiki/Macaco_Ti%C3%A3o)>. Acesso em: 27 set. 2022.

MANNING, Aubrey; SERPELL, James (Orgs.). **Animals and human society. Changing perspectives**. New York: Taylor & Francis e-Library, 2003.

MALAMUD, Randy. Looking at humans. Looking at animals. In: ALMIRON, Núria; COLE, Matthew; FREEMAN, Carrie P. (Orgs). **Critical animal and media studies: communication for nonhuman animal advocacy**. New York: Routledge, 2016. p.154-168.

MERSKIN, Debra. Media theories and the Crossroads of critical animal and media studies. In: ALMIRON, Núria; COLE, Matthew; FREEMAN, Carrie P. (Orgs). **Critical animal and media studies: communication for nonhuman animal advocacy**. New York: Routledge, 2016. p.11-25

MICHELOTTI, Gabriela. A interação entre movimento ambientalista, meios de comunicação e ciência na problematização da crise ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; MARCONDES, Adalberto Wodianer (Orgs). **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008. p.56-64.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.

MORTIMER-SANDILANDS, Catriona; ERICKSON, Bruce. **Queer ecologies: sex, nature, politics, desire**. Indiana: Indiana University Press, 2010.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002. p.117-144.

MOUILLAUD, Maurice. O sistema das citações. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002. p.49-83.

NELSON, Peter. **10 dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente**. Brasília: WWF Brasil, 1994.

NETO, Efraim. Pressupostos teóricos que cercam a produção do Jornalismo Ambiental diário. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; MARCONDES, Adalberto Wodianer (Orgs.). **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008. p.275-288.

PEARCE, Fred. **With speed and violence: why scientists fear tipping points in climate change**. Boston: Beacon Press, 2007.

PESTANO, Adelfa Fiallo. Actualidad y perspectiva de laRed de Comunicación Ambiental de América Latina y el Caribe. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni; MARCONDES, Adalberto Wodianer (Orgs.). **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008. p.34-38.

PLUMWOOD, Val. **Environmental Culture: the ecological crisis of reason**. New York: Routledge, 2002.

REDMALM, D. Pets as Holy Anomalies. In: DEMELLO, M. **Animals and society**. 2nd ed. New York: Columbia University Press, 2021. p.201-203.

RODRIGUES, Caíque. **Cães da raça pitbull são os principais alvos de furtos em Roraima**. In: Organizações Grupo Globo - Rede Amazônica, G1 Roraima. Boa Vista. 17 out. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/08/17/caes-da-raca-pitbull-sao-os-principais-alvos-de-furtos-em-roraima.ghtml>>. Acesso em: 10 set. 2022.

SERPELL, James; PAUL, Elizabeth. Pets and the development of positive attitudes to animals. In: MANNING, Aubrey; SERPELL, James (Orgs.). **Animals and human society. Changing perspectives**. New York: Taylor & Francis e-Library, 2003. p.127-144.

SILVA, Eutalita Bezerra da. Os animais, nossos amigos: apontamentos sobre a relação entre homens e animais não humanos no programa de televisão do Nordeste Viver e preservar. In:

ALMEIDA, Simão Farias; SILVA, Ângela Maria (Orgs). **Mídia, informação e meio ambiente**. p.93-123. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. p.93-123.

SINGER, Peter. **Animal liberation**. New York: Ecco, 2002.

TAYLOR, Nik. Suffering is not enough. Media depictions of violence to other animals and social change. In: ALMIRON, Núria; COLE, Matthew; FREEMAN, Carrie P. (Orgs). **Critical animal and media studies: communication for nonhuman animal advocacy**. New York: Routledge, 2016. p.42-55.

TØNNESEN, Morten; OMA, Kristin Armstrong; RATTASEPP, Silver. **Thinking about animals in the age of the anthropocene**. London: Lexington Books, 2016.

ANEXOS

Cartório de RR passa a emitir registro de nascimento a animais de estimação com sobrenome do dono

Documento custa R\$ 70 e é emitido no Cartório do 1º Ofício, em Boa Vista.

Por G1 RR
21/07/2017 19h07 · Atualizado há 5 anos

globo.com g1 ge gshow globoplay

RORAIMA

ASSINE JÁ ADRIANA

BUSCAR

Facebook Twitter WhatsApp Telegram LinkedIn



O cão Gaspar Lapóla foi o primeiro pet registrado em Boa Vista — Foto: Valéria Oliveira/G1 RR

Donos de animais domésticos agora podem obter o registro de guarda, uma espécie de certidão de nascimento, dos bichos que muitas vezes são tratados como integrantes da família. O documento passou a ser oferecido nesta sexta-feira (21) no Cartório do 1º Ofício, em Boa Vista, e pode até ter o sobrenome dos guardiões para provar o 'parentesco'.

Com 6 anos, Gaspar, um cão sem raça definida, foi o primeiro pet da capital a ter o 'Identpet', como também é chamado o registro de guarda.

O documento foi emitido no nome da Yawara, uma associação de proteção animal, mas levou o sobrenome da estudante Letícia Lapóla, que a partir de agora assume a guarda dele.

Letícia é uma das voluntárias da Yawara e se apegou a Gaspar em uma das ocasiões em que visitou o abrigo, por isso resolveu adotá-lo. Para a estudante, que também é dona de outros três cães, o registro dá segurança ao dono e se torna algo que 'ninguém pode tomar'.

"É uma maneira de provar que o animal é nosso, até porque eu considero os animais como membros da família. Me sinto mãe deles. No meu coração o Gaspar já era registrado. Hoje foi só a oficialização", disse.

O 'Identpet' é emitido com o nome do animal, raça, cor, tamanho, data de nascimento e o nome do dono. Caso o bicho tenha cicatrizes ou outras características, essas informações também são acrescentadas ao documento.

No cartório, segundo explicou o tabelião Josiel Loureiro, ficam arquivadas fotos do animal em casos de perda, por exemplo.

"Hoje, para muitas pessoas, os animais domésticos são mais importantes até que alguns seres humanos. Então ter um documento que prove essa relação é muito importante. Nossa intenção é valorizar essa relação e dar segurança tanto ao dono quanto ao animal", disse Loureiro.

O registro de guarda de animais domésticos é um documento que também auxilia na busca por animais perdidos ou roubados e até em casos de disputa de guarda.

Documentos para registro do animal de estimação

Para registrar o animal de estimação é necessário todos os documentos pessoais do dono, comprovante de residência e fotos do animal. No cartório, o interessado preenche um formulário e aguarda um dia para receber o 'Identpet'.

"De preferência que os donos tragam foto do bichinho com o guardião. A emissão demora em média 24 horas, pois fazemos uma verificação prévia no sistema para ver se o animal não possui algum outro registro", explicou o tabelião.

Parte da taxa de registro será doado a Yawara

Conforme José Loureiro, a cada animal registrado no cartório serão doados R\$ 5 para a ONG Yawara. A ideia é contribuir para que a associação continue com o trabalho de resgatar animais de rua.

Atualmente o grupo cuida de 40 animais, entre cães e gatos.

"Nosso trabalho é resgatar das ruas e disponibilizar os animais para adoção. Com isso temos muitas despesas, principalmente com clínicas veterinárias. A partir de hoje, além de incentivarmos a adoção dos nossos bichos, também vamos orientar para que os donos oficializem o registro no cartório", frisou a diretora-geral da Yawara, Débora Almeida.



Cartório irá doar R\$ 5 de cada animal registrado para associação que resgata e cuida de animais de rua em Boa Vista — Foto: Valéria Oliveira/G1 RR

Cães da raça pitbull são os principais alvos de furtos em Roraima

Número de furtos de cães da raça pitbull passou de cinco casos em 2019 para 11 somente nos seis primeiros meses deste ano. Responsável por investigar, Polícia Civil atribui à popularidade da raça e da acessibilidade dos preços na hora da compra.

Por Caíque Rodrigues, G1 RR — Boa Vista
17/08/2021 08h23 · Atualizado há um ano



Video mostra cão da raça pitbull sendo levado do quintal de casa em Boa Vista

No início do mês, a cadela da raça pitbull, Meggie, foi levada do quintal de casa por dois homens e, até esta terça-feira (17), não foi encontrada pela dona, a assistente administrativa Ana Paula Mesquita. A cachorra está entre os 20 cães furtados este ano em Roraima e entrou para o ranking da raça que é o maior alvo de furtos no estado.

Meggie foi furtada no último dia 8 de agosto no bairro Caimbé, zona Oeste de Boa Vista. Câmeras de segurança flagraram quando um homem pulou quintal, pegou a cachorra e depois deixou o imóvel com outro suspeito que o aguardava do lado de fora em uma bicicleta. Dos 20 cães furtados este ano no estado, 11 foram da raça pitbull, conforme dados da Polícia Civil levantados à pedido do **G1**.

Desde o furto de Meggie, Ana Paula faz campanhas na internet para localizá-la. Ela também registrou um Boletim de Ocorrência e o caso é investigado pelo 2º Distrito Policial.

"Estou divulgando na internet, nas redes sociais, já andei por todo o bairro atrás, mando mensagem para as pessoas me ajudarem. Eles pularam o meu muro para furtar. A Meggie pertence a uma criança de 9 anos, meu filho, que está inconformado", relata.

Ana Paula afirmou que Meggie tem três meses de idade e esta com família desde que tinha 20 dias de nascida. Ela define a perda como algo "estorrecedor".

"Estou me sentindo de mãos atadas pois, desde domingo [dia do furto], não tenho mais paz. Estou fazendo de tudo e até o momento não consigo recuperar a Meggie. Meu filho chora todo a noite, era a cadelinha dele".

"Só quem cria um cachorro sabe o valor sentimental. É como um integrante da família. A gente cuida com todo o amor e eles retribuem. Ele dá alegria para a casa, faz parte do dia-a-dia. O valor de uma perda dessas é inestimável, não tem como descrever", descreve Ana Paula.



Meggie foi furtada de dentro da casa da dona — Foto: Arquivo Pessoal

Furtos de Pitbulls

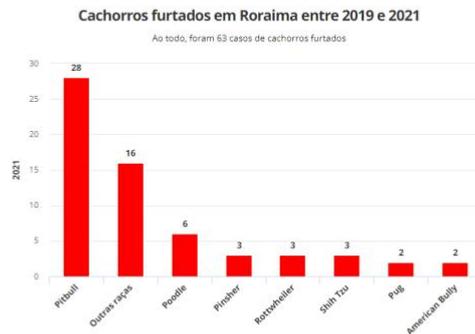
Além de Meggie, outros pitbulls são furtados com frequência em Roraima. Desde 2019 foram registrados 28 casos, sendo cinco em 2019, 12 em 2020, e 11 em 2021 - em seis meses os números já somam quase o mesmo registrado em todo o ano anterior.



Meggie tem 3 meses e pertence ao filho de Ana Paula — Foto: Arquivo Pessoal

Seguido dos cães da raça pitbull, aparecem os poodles, com seis registros, e os pinshers, rottweilers e shih tzu, com três casos cada.

Até junho deste anos, foram registrado 20 casos de furtos de cachorros no estado - uma crescente se comparado aos nove casos registrados no mesmo período em 2020, e aos três em 2019.



Fonte: Governo de Roraima

Para o delegado Fernando Olegário, diretor do Departamento de Polícia Judiciária da Capital (DPJC), os cães da raça pitbull são os mais furtados por conta da popularidade da raça e da acessibilidade dos preços na hora da compra.

"Esses cães furtados, geralmente, são vendidos em aplicativos de compra e venda, e também através de grupos de criadores. Por ser uma raça mais popular e com o valor mais acessível, atribuo esse aumento à acessibilidade da raça", avalia.

No entanto, de acordo com o delegado, a maioria dos casos são solucionados e os cães devolvidos aos donos.

"Para evitar estar comprando um animal furtado, primeiro procure descobrir se há informações a respeito do pai e da mãe do animal, depois se esse criador possui um canil cadastrado. Outra medida é se há um amigo ou conhecido que já comprou um cão dessa raça com o vendedor".

Em casos de desaparecimento, o delegado orienta que os donos registrem um Boletim de Ocorrência o mais rápido possível. Outra dica é tentar adquirir coleiras de identificação.

"Uma coleira com identificação tendo os dados do dono as vezes facilita a solução do caso. Há também uma ferramenta de fácil acesso hoje que é uma coleira com GPS", explica.

Em todo o ano de 2020, foram 28 casos de cachorros furtados, enquanto em 2019 foram 15 ao todo.

BOA VISTA

Jornal de Roraima 1ª edição

globoplay.globo.com/v/7149135/

Gadget Liv Via Terc Tecnicas simples de... artigo2.pdf Fazendo Gênero 12... Test your Maximum... Variola dos macaco... Referencias bibliogr... FAMILIAS ANIMAS...

globoplay Agora na TV Novelas Séries Filmes Originais Explore Busca

Cãofolia é opção para donos de animais de estimação em Boa Vista - 09/03/2019
Jornal de Roraima 1ª edição

9 mar 2019

Você está assistindo Cãofolia é opção para donos de animais de estimação em Boa Vista 3 min

Prefeito de Gran Sabana fala em coletiva sobre a crise na Venezuela 3 min

Mulher aguarda por cirurgia no Hospital Geral de Roraima há um ano 3 min

Tradicional Baile do Faveli acontece neste sábado (9) em Boa Vista 5 min

Exército Brasileiro aumenta fiscalização na fronteira com a 3 min

Jornal de Roraima 1ª edição >

Cãofolia é opção para donos de animais de estimação em Boa Vista

3 min Exibição em 9 mar 2019

Evento ocorre na Praça da Bandeira e conta até com um concurso de fantasia.

f t w o

Jornal de Roraima 1ª edição

globoplay.globo.com/v/6136919/

Gadget Liv Via Terc Tecnicas simples de... artigo2.pdf Fazendo Gênero 12... Test your Maximum... Variola dos macaco... Referencias bibliogr... FAMILIAS ANIMAS...

globoplay Agora na TV Novelas Séries Filmes Originais Explore Busca

Hora do pet: animais de estimação de Roraima fazem sucesso nas redes sociais - 30/11/2019
Jornal de Roraima 1ª edição

30 nov 2019

Chef de cozinha em RR ensina receita de pizza doce e salgada no quadro 8 min

Você está assistindo Hora do pet: animais de estimação de Roraima fazem sucesso nas redes 4 min

Banda de RR Jam Rock fala sobre repertório e planos futuros 8 min

Jornal de Roraima 1ª edição >

Hora do pet: animais de estimação de Roraima fazem sucesso nas redes sociais

4 min Exibição em 30 nov 2019

Bichinhos que encantam crianças e adultos passam a fazer parte da família.

f t w o

Jornal de Roraima 1ª edição x +

globoplay.globo.com/v/8431518/

Gadget Lin Via Tarot Técnicas simples de... artigo2.pdf Fazendo Gênero 12... Test your Maximum... (H) Variola dos macaco... Referencias bibliogr... FAMÍLIAS, ANIMAIS...

globoplay Agora na TV Novelas Séries Filmes Originais Explore

Busca

Hora do pet: Veja como preparar o cachorro para a chegada de um bebê em casa. - 14/03/2020
Jornal de Roraima 1ª edição



00:59 / 05:57

14 mar 2020

- Mais de 900 alunos participam do projeto indústria de talentos 5 min
- Infeccionista fala sobre tratamento e prevenção da Covid-19 10 min
- Fiscalização prende dentista ilegal e fecha sala odontológica em clínica de 1 min
- Cozinha barbaquear: prato é combinação saborosa de carne de 6 min
- Você está assistindo

Hora do pet: Veja como preparar o cachorro para a chegada de um bebê

Jornal de Roraima 1ª edição >

Hora do pet: Veja como preparar o cachorro para a chegada de um bebê em casa.

6 min Exibição em 14 mar 2020

Os animais são capazes de senti ciúmes e devem ser preparados para chegada de bebês.